

# PROGRAMA DE GOVERNO PARTICIPATIVO VAI DAR ROQUE



COLIGAÇÃO AMOR POR RIBEIRÃO: FE BRASIL: PT - PC do B - PV | Federação PSOL: REDE / PMB  
CNPJ: JORGE ROQUE: 56.649.435/0001-16 | CNPJ: FORNECEDOR: 03.740.544/0001-88 | TIRAGEM: 20 UNIDADES

PREFEITO É  
**ROQUE** 13  
vice **ARTEMÍZIA**

FRENTE POPULAR



Partido Verde



PCdoB



REDE SUSTENTABILIDADE



PSOL



PMB PARTIDO DA MESA DO BRASIL



UP





## **Companheiras e companheiros,**

As eleições de 2024 representam uma grande oportunidade para os partidos que compõem a Frente Popular apresentarem à população de Ribeirão Preto seu projeto para uma cidade que pode ser mais, e para todos.

Uma cidade mais justa e mais igual, que reconheça a diversidade e a pluralidade do seu povo, e não deixe ninguém para trás.

O resultado de meses de estudos, consultas e debates, a partir de 23 grupos temáticos (GTs), é este Programa de Governo Participativo “Vai Dar Roque”, aqui apresentado. O PGP, como é chamado, partiu, inicialmente, de diretrizes estratégicas que não podem faltar em um programa de uma frente partidária como a nossa, de histórica tradição popular e progressista.

Convocou especialistas, técnicos, gestores, pesquisadores, mandatos legislativos, militantes, lideranças comunitárias e moradores em geral para traçar diagnósticos a respeito de cada um dos temas propostos.

Baseado em estudos e discussões sobre a realidade atual, mas também resgatando e comparando com o que foi feito em gestões anteriores lideradas pelo PT e aliados, foi traçado um panorama da situação atual em cada área.

As propostas ora apresentadas estão agrupadas em quatro eixos centrais, cada qual composto por subtemas que ajudam a compreender mais facilmente nosso projeto de cidade, que coloque Ribeirão Preto definitivamente no século 21.

Este é um período da história que exige muito mais de cada um de nós — sobretudo para envidar os esforços necessários para enfrentar as desigualdades sociais e enfrentar as grandes questões do nosso tempo.

Fizemos o convite para a população soltar, enfim, sua voz, e colocar para fora suas necessidades, desejos e, principalmente, seus sonhos, em busca de construir, de modo democrático e altamente participativo, a cidade para todos nós.

O resultado é, agora, apresentado. Mas essa construção não termina aqui. As pessoas ainda poderão, a partir deste momento, e até o final do processo eleitoral, enviar suas propostas e sugestões para nos ajudar a construir, continuamente, este Programa de Governo Participativo, que corresponde ao período 2025/2028.

Ajude a espalhar esta luz e esperança por todos os cantos da cidade!

E continue a mandar sugestões e ideias, junte sua voz à nossa. Vamos, juntos, vencer estas eleições para, então, a partir de janeiro, começar a construir, com você, a Ribeirão que todos sonhamos. Quando a gente quer, a gente pode!

**Um abraço,**

**Jorge Roque, candidato a prefeito**

# SUMÁRIO

## Introdução

### **Eixo 1 - Planejamento urbano, ambiental e gestão de território**

- 1.1. Mobilidade
- 1.2. Habitação
- 1.3. Clima
- 1.4. Segurança
- 1.5. Cidade Inteligente

### **Eixo 2 - Desenvolvimento econômico sustentável e solidário**

- 2.1. Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda
- 2.2. Desenvolvimento Agrário
- 2.3. Economia Solidária
- 2.4. Turismo

### **Eixo 3 - Garantia de Direitos e Políticas Sociais**

- 3.1. Saúde
- 3.2. Educação
- 3.3. Assistência Social
- 3.4. Cultura
- 3.5. Esporte e Lazer
- 3.6. Igualdade Racial
- 3.7. Infância e Adolescência
- 3.8. Juventude
- 3.9. Mulheres
- 3.10. Diversidade
- 3.11. Pessoas com Deficiência
- 3.12. Pessoas Idosas
- 3.13. Direito Animal

### **Eixo 4 - Participação e Controle Social**

- 4.1. Gestão Participativa



# INTRODUÇÃO

Ribeirão Preto já foi considerada, no passado, uma das melhores cidades do Brasil para se viver. Com empregos, escolas, saúde e repleta de oportunidades. Durante as duas gestões do PT e partidos aliados (1993/1996 e 2001/2004), a cidade se tornou um verdadeiro laboratório de boas políticas públicas.

Seja no combate à pobreza e programas inovadores como o Renda Mínima, ação pioneira que serviria de inspiração para o Bolsa Família, criado, mais tarde, por Lula em todo o País. Seja com as políticas de infância e juventude, com programas premiados, como o Ribeirão Criança e o Ribeirão Jovem. Ou, ainda, com seus ousados e criativos programas de habitação popular, que deram um teto para mais de 15.000 famílias. Ou, ainda, na Educação e na Cultura, com as bibliotecas nos bairros e a Feira do Livro.

Mas, de repente, muita coisa se perdeu. Vieram outras gestões e, com elas, programas premiados e vitoriosos foram esquecidos e abandonados.

A Saúde, por exemplo, grande orgulho da cidade, é, atualmente, a pior segundo avaliação dos usuários. É a área da Prefeitura que, atualmente, gera as maiores queixas da população, que percebe que nossa ampla rede de postos vem sendo mal aproveitada, em virtude da má gestão e da falta de planejamento.

A Educação, outro orgulho da população, não consegue sequer acompanhar o desempenho dos municípios do mesmo porte e vem ocupando nada honrosas posições nas pesquisas de avaliação.

Áreas como a habitação sofrem ainda mais: há oito anos a prefeitura não constrói uma só casa para famílias de baixa renda. Com isso, as favelas não param de crescer, e o drama da falta de moradia atinge dezenas de milhares de pessoas mais vulneráveis.

Só que Ribeirão pode mais. E pode fazer diferente e melhor.

A Frente Popular - que reúne partidos e federações do campo democrático e popular para disputar a Prefeitura de Ribeirão nas eleições de 2024 - vai trazer de volta a alegria perdida. E avançar muito mais!

É preciso resgatar a capacidade de sonhar dos ribeirão-pretanos e voltar a ter esperança de que uma cidade melhor e mais justa é possível. Uma cidade mais saudável e educadora. Enfim, uma cidade boa de se viver. Com trabalho, dignidade e oportunidades para toda a sua gente.

O Programa de Governo Participativo “Vai Dar Roque”, ora apresentado pela Frente Popular, debatido e construído a centenas de mãos, de forma democrática e participativa, reafirma nossos compromissos com o desenvolvimento social e econômico do município. Seu objetivo é propiciar mais bem-estar, mais emprego e renda, com respeito às pessoas, sejam elas quem e como forem, e ao próprio ambiente em que vivemos. É isso que faz uma cidade mais feliz!

O caminho para isso é ter a população discutindo junto e escolhendo, democraticamente, as melhores decisões para o presente e o futuro da cidade. Nas gestões do PT e partidos aliados, isso tem nome: Orçamento Participativo! Como foi no passado, os moradores vão escolher onde e como usar o dinheiro público, e votar nas prioridades para a sua rua e o seu bairro.

A democracia começa antes mesmo das eleições. Nosso programa de governo foi elaborado, de modo altamente participativo, com técnicos, especialistas, líderes comunitários, mandatos, militantes e moradores. O documento final traz diagnósticos e propostas realistas para que Ribeirão seja, cada vez mais:

- **Uma cidade mais saudável!**
- **Uma cidade educadora!**
- **Uma cidade boa de se viver!**

**Uma Cidade Mais Saudável** se faz com uma boa atenção primária à saúde, uma rede eficaz de atendimento às pessoas com doenças e, em especial, com medidas preventivas que busquem o bem-estar das pessoas. Mas também é uma cidade que respeita e cuida, do nascer ao envelhecer, de todos os seus moradores, independente de classe social, raça, etnia, religião, trabalho ou gênero.

**Uma Cidade Educadora** é a que cuida bem da Educação formal de seus moradores e garante, além de escola, também cultura, esportes, lazer e saúde para suas crianças e adolescentes. E que não deixa que nenhum deles fique sem comer um só dia do ano. E que vai além, pois compreende o papel do ensino para se ter um trânsito mais educado, para lidar com doenças como a dengue e cuidar do clima e da natureza, para que todos possam ter uma vida mais digna.

**Uma Cidade Boa Para se Viver** é aquela que assegura a todos os seus cidadãos condições favoráveis para que tenham seus direitos básicos garantidos, para poderem se desenvolver como indivíduos, em segurança, e com oportunidades para que possam se realizar na vida e no trabalho.

As propostas que seguem estão agrupadas a partir de quatro eixos básicos: Planejamento urbano, ambiental e gestão de território; Desenvolvimento econômico sustentável e solidário; Garantia de Direitos e Políticas Sociais; e Participação e Controle Social.

Elas foram formuladas nos 23 Grupos Temáticos (GTs) que foram constituídos, compostos por moradores, lideranças comunitárias, pessoas com experiências em gestão, técnicos, atuais e antigos mandatos na Câmara de Vereadores, pesquisadores e especialistas.

A partir de enunciados estratégicos formulados para cada uma das áreas, foram elaborados diagnósticos e apresentadas proposições, amplamente debatidas nas plenárias, em um processo altamente participativo. O resultado, este Programa de Governo Participativo (PGP), expõe, assim, nossos compromissos com você para tornar Ribeirão Preto uma cidade Saudável, Educadora e boa de se viver! E, sobretudo, democrática!

**EIXO 01**

**Planejamento Urbano, Ambiental  
e Gestão do Território**



## Planejamento Urbano, Ambiental e Gestão de Território

Ribeirão Preto sofre com a síndrome das grandes obras sem um bom planejamento em certas regiões, e com dirigentes que não se sensibilizam com a falta de infraestrutura em áreas vulneráveis, as mais afetadas por desastres ambientais.

Parte da população vive em moradias sem água, esgoto ou luz. O déficit habitacional atinge 50 mil pessoas – 15 mil em favelas – e, em 8 anos, a Prefeitura não construiu uma só casa para famílias de baixa renda.

Falta manutenção de espaços públicos, a zeladoria, e não são poucas as áreas que padecem com o descaso.

Na Segurança, a cidade ostenta o título de capital das drogas, e combater a violência contra mulheres e crianças é um desafio constante.

Com um clima quente e seco, Ribeirão ressenete-se da falta de investimento em arborização. O fogo tem sido presença constante nas secas – vide a catástrofe de agosto de 2024.

Embora esteja no mapa de cidades sujeitas a crises pelas mudanças climáticas, não há plano de macrodrenagem ou mitigação de riscos. Por quase dois anos, ficou sem coleta seletiva, o que aumentou o efeito estufa e os riscos ambientais inerentes.

Privilegiada com uma das maiores reservas de água do mundo, o Aquífero Guarani, Ribeirão corre o risco de vê-lo esgotado por não adotar medidas de proteção das áreas de recarga e por não combater o desperdício.

O resultado é uma ocupação territorial desigual e problemas graves de infraestrutura e desconexão entre áreas periféricas e o centro urbano. É uma lógica perversa causada pela falta de um planejamento pautado na compreensão de que o direito à cidade é de todos.

Afinal, mobilidade, meio ambiente, abastecimento, gestão de resíduos sólidos e habitação são condições essenciais para ter uma cidade saudável e boa de se viver!

## Mobilidade urbana é qualidade de vida

### 1. Enunciado

A mobilidade urbana deve ser um dos temas que terão ampla discussão nas eleições municipais de 2024, dada a crise que pode ser observada principalmente nas maiores cidades, como Ribeirão Preto.

Mas a identificação dos problemas depende de vários pontos de vista de observação e os critérios para a formulação de propostas de solução dependem de valores políticos.

Para quem usa automóvel, a preocupação é circular livremente, sem congestionamentos, e ter facilidade para estacionar, principalmente em vagas gratuitas estrategicamente posicionadas na cidade e implantadas pela prefeitura.

Para aqueles que usam o transporte público coletivo, a melhoria da qualidade, a redução do tempo de viagem e do valor das tarifas são as principais preocupações.

Aqueles que andam a pé e, ao menos, tentam usar a bicicleta em deslocamentos de curta distância enfrentam a falta de infraestrutura, a má qualidade das calçadas e a insegurança causada pela alta velocidade e a violência do trânsito.

Historicamente, tem prevalecido a visão das necessidades dos usuários do transporte individual, o que resulta na visão tradicional e no senso comum de resolver problemas de congestionamento, ampliar sistema viário com obras caras e aumentar a velocidade do tráfego em geral.

Essa visão tem gerado elevado gasto público, que é apropriado pelas parcelas de mais alta renda, sem resolver os congestionamentos e os problemas estruturais observados, principalmente para aqueles que têm renda mais baixa ou moram nos bairros periféricos.

O transporte coletivo perde qualidade, há aumento generalizado nos tempos de deslocamento, elevado número de sinistros e vítimas de trânsito, maior consumo de combustíveis e, conseqüentemente, maiores são as emissões de poluentes locais, que degradam a qualidade do ar, bem como de gases de efeito estufa, que causam as mudanças globais do clima.

A história tem mostrado também que um plano baseado na solução do transporte individual tem inviabilizado os deslocamentos a pé e de bicicleta em curtas distâncias, bem como a melhoria necessária no transporte público coletivo.

As necessidades dos pedestres, ciclistas e usuários do transporte público coletivo não são reconhecidas ou permanecem apenas no discurso oficial, sem se transformar em investimentos públicos.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei 12.587/2012, estabeleceu claramente uma nova orientação para a solução dos problemas de mobilidade urbana, que deve pautar as ações do governo federal, dos governos estaduais e municipais.

O planejamento da mobilidade deve ter início a partir da necessidade dos pedestres e ciclistas, o mais frágil do sistema, seguido pelas necessidades do transporte público coletivo e, por fim, dos demais veículos.

As soluções devem considerar também a necessidade da distribuição da carga urbana, uma vez que o abastecimento e a circulação de mercadorias no âmbito da cidade também estão incluídos na mobilidade urbana. Um grande desafio tem sido transformar esse comando legal em ações ao alcance dos prefeitos.

## 2. Diagnóstico

Em Ribeirão Preto, foi implantado, nos últimos anos, um conjunto de obras de infraestrutura<sup>1</sup> para o transporte coletivo, melhorias viárias e implantação de ciclovias.

Foram previstas intervenções em 11 corredores de ônibus, totalizando 56 quilômetros e 27 obras viárias. O investimento total se aproxima de R\$ 500 milhões, sendo cerca de R\$ 310 milhões provenientes de recursos do Governo Federal, principalmente por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), complementados pelo Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Finisa) e outras agências de crédito.

Os investimentos realizados em Ribeirão também estão de acordo com o Plano Diretor, Plano de Mobilidade Urbana<sup>2</sup> e a Lei Municipal nº 3.187/23, que instituiu a Política Municipal de Mobilidade Urbana.

A adoção de corredores e faixas exclusivas é uma medida adequada para priorizar a circulação dos ônibus, recomendada por toda a comunidade técnica do setor. Cabe lembrar a iniciativa pioneira de Curitiba, já na década de 1960, e os casos recentes em outras cidades médias e grandes.

Os principais benefícios desse tipo de infraestrutura é a redução do tempo de viagem, pois os ônibus não ficam presos no congestionamento causado pelos outros veículos, diminuição do consumo de combustíveis e, conseqüentemente, da emissão de poluentes locais e gases de efeito estufa.

Com a melhoria da circulação do transporte coletivo, há redução do tempo de viagem, e ele passa a ser mais atrativo, principalmente se associado à renovação de frota e à redução de custos para o usuário.

A circulação dos ônibus em vias exclusivas permite a programação e o cumprimento de horários, possibilitando que o usuário faça a integração com previsibilidade e ganho de tempo.

Outro aspecto importante é que os investimentos em transporte coletivo são recomendados internacionalmente, dados os impactos positivos da sua existência para toda a cidade, e não apenas para seus usuários.

O transporte coletivo é um serviço essencial e um Direito Social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Outro aspecto fundamental é que ele é o único serviço de mobilidade urbana que pode ser universalizado em uma cidade.

Essa característica decorre do fato de que nem todas as distâncias podem ser percorridas a pé ou de bicicleta, nem todos têm recursos para comprar uma motocicleta e muito menos um carro.

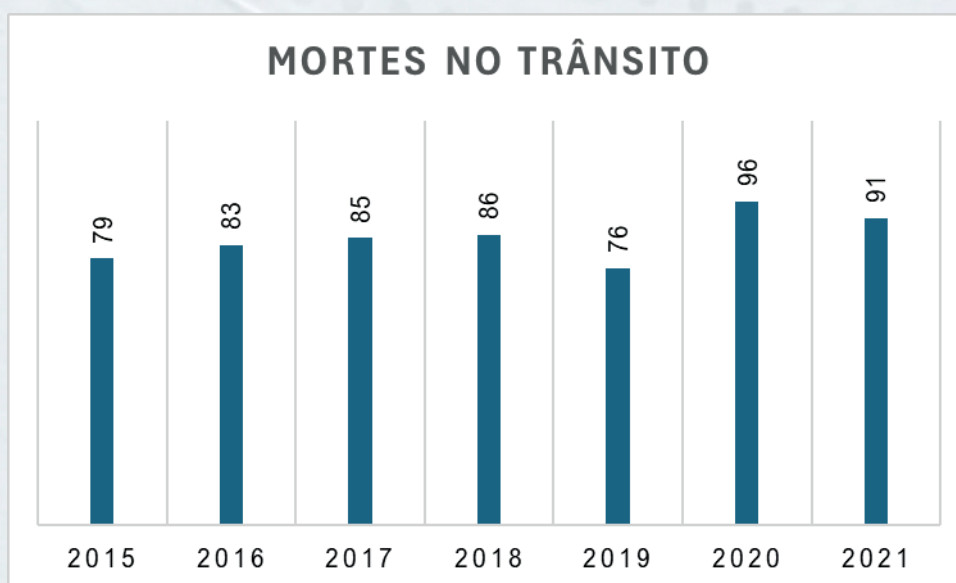
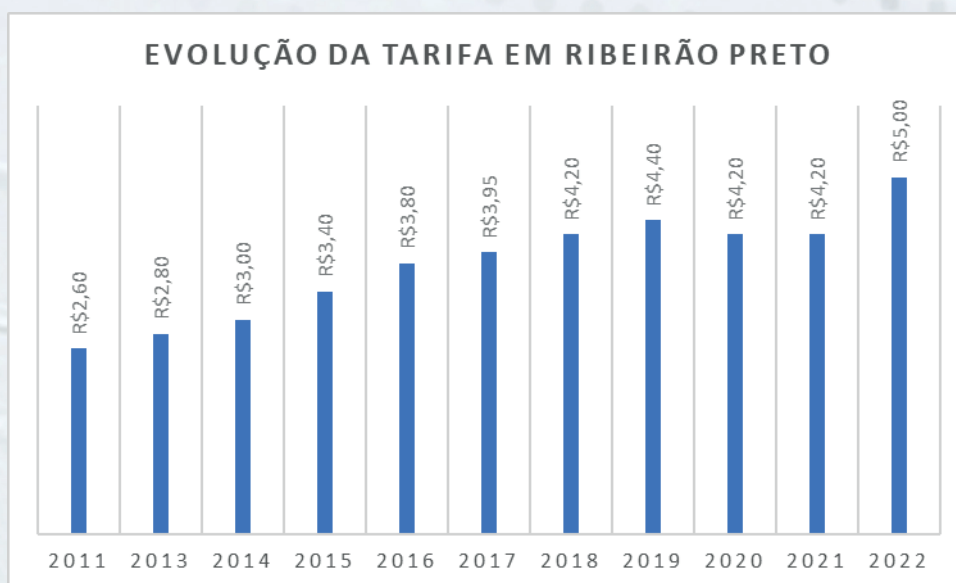
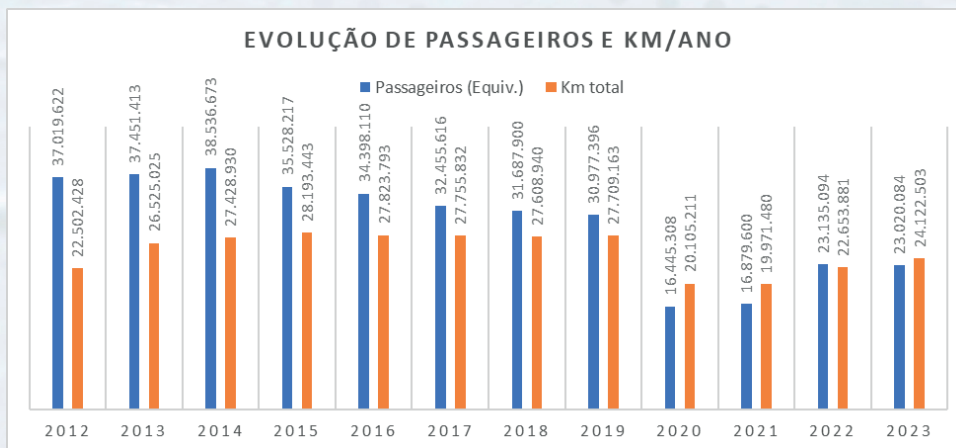
Dessa forma, o transporte coletivo organizado em uma rede única e integrada é o único serviço que pode ser acessado por toda a população, tanto na área urbana quanto rural de uma cidade.

**O serviço também viabiliza o alcance de vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU.** Dada sua importância, a disponibilidade de uma rede integrada para a cidade deve ter o financiamento social, ou seja, toda a sociedade deve contribuir para o custeio, independentemente da quantidade de vezes que usa o sistema.

Os usuários do transporte coletivo formam uma parcela importante da população e merecem as melhorias da qualidade do serviço, redução de custos e nova frota. Atualmente, cerca de 80 mil famílias usam os serviços de transporte público coletivo diariamente e, no ano de 2023, eram atendidas por uma frota de cerca de 350 ônibus.

A evolução do total de passageiros transportados na cidade e a quilometragem percorrida no transporte público coletivo, no período de 2012 a 2023, podem ser observados no Gráfico 1. A evolução da tarifa paga pelos usuários, por sua vez, pode ser observada no Gráfico 2.

1TRANSERP. Apresentação do Programa Ribeirão Mobilidade. Disponível em <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/planod/mobi-aud-tecnica-06-10.pdf>  
2Cidade de Ribeirão Preto. Lei Complementar nº 3.187, de 03 de julho de 2023. Institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Ribeirão Preto - PLANMOB/RP 2022. Disponível em [https://publico.camara.ribeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=11760](https://publico.camara.ribeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=11760)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Boletim de Informação Epidemiológica de Ribeirão Preto

Em 2021, o total de mortes foi de 91 pessoas, o que representa uma taxa de 13 mortes/100 mil habitantes. Além das mortes, há um considerável número de pessoas que sofrem lesões dos mais diversos tipos e gravidade.

Muitas delas passam a ter sequelas permanentes que, muitas vezes, se tornam deficiências físicas e mentais permanentes. Mais de 80% das vítimas são do sexo masculino e grande parte das vítimas tem entre 10 e 29 anos.

Reduzir as vítimas do trânsito deve ser um compromisso de toda a sociedade, dentro dos conceitos de “Visão Zero” e “Sistema Seguro”<sup>33</sup>. Segundo a Visão Zero, os seres humanos sempre cometem erros e, portanto, o sistema de mobilidade, os projetos de infraestrutura viária e a análise de segurança devem levar em conta a falibilidade humana.

A abordagem do sistema seguro considera que as pessoas que usam as vias têm a responsabilidade de atuar com precaução, respeitando as leis de trânsito, mas os que projetam, constroem, gerem as vias e os veículos têm a responsabilidade compartilhada de evitar os acidentes.

## 2. Propostas

- Implantar redes de caminhabilidade dotadas de acessibilidade para pessoas com deficiência, interligando os principais locais de serviços públicos aos corredores e pontos de parada de transporte público mais próximos.
- Construir e recuperar calçadas e acessos de pedestres nas imediações de terminais de transporte público, escolas, postos de saúde e outros equipamentos urbanos, com alargamento de calçadas, rebaixamento de sarjetas, elevação de piso, drenagem, sinalização, iluminação e paisagismo.
- Efetivar as faixas exclusivas de ônibus, pois muito se perde se as poucas vias destinadas ao transporte coletivo forem tomadas por outros veículos, levando os ônibus a ficarem parados em congestionamentos em prejuízo da operação, dos usuários e dos trabalhadores do setor (uma prova da iniquidade dos investimentos públicos que, na prática, são apropriados pelas parcelas de mais alta renda da população, que usam carros, quando deveriam favorecer usuários dos modos ativos e coletivos, o que propicia melhor qualidade de vida para a cidade).
- Criar as condições para implantação de tarifa zero de forma gradual e sustentável, por meio da ampliação das fontes municipais de financiamento para subsidiar o custo da população usuária.
- Efetivar as faixas exclusivas de ônibus, pois muito se perde se as poucas vias destinadas ao transporte coletivo forem tomadas por outros veículos, levando os ônibus a ficarem parados em congestionamentos em prejuízo da operação, dos usuários e dos trabalhadores do setor (uma prova da iniquidade dos investimentos públicos que, na prática, são apropriados pelas parcelas de mais alta renda da população, que usam carros, quando deveriam favorecer usuários dos modos ativos e coletivos, o que propicia melhor qualidade de vida para a cidade).
- Criar as condições para implantação de tarifa zero de forma gradual e sustentável, por meio da ampliação das fontes municipais de financiamento para subsidiar o custo da população usuária.
- Revisar os contratos de concessão, incluindo critérios de avaliação da qualidade e associar o pagamento de subsídio ao cumprimento do padrão de qualidade estabelecido pela Prefeitura.
- Implantar o programa de “Respeito à Faixa de Pedestre”, com prioridade de travessia para as pessoas e não para a passagem dos veículos, e reduzir a velocidade máxima permitida nas vias, visando a circulação segura.
- Implantar o programa de educação para o trânsito e aprimorar a fiscalização das infrações de trânsito, com punição dos maus condutores.

<sup>33</sup>PAVARINO, Victor. Os ODS e a Declaração de Brasília sobre Segurança Viária: eixos, convergências e possibilidades. III Encontro Estadual de Prevenção de Acidentes de Trânsito  
Goiânia-GO, 13 de abril de 2018.

- Desenvolver ações de proteção e segurança para motociclistas dos serviços de moto-entrega e estabelecer espaços de participação e diálogo com esses profissionais.
- Adotar o conceito do “Não Transporte”, planejando cidades compactas; estimulando a criação e o fortalecimento de subcentros urbanos, com acesso aos serviços essenciais; diminuindo e evitando a necessidade de viagens motorizadas.
- Promover a mudança de viagens do transporte individual motorizado para o transporte público coletivo e o ativo, por meio de medidas que desestimulem o uso do carro.
- Promover a descarbonização do sistema de mobilidade urbana com incentivos fiscais e econômicos destinados exclusivamente para a mudança de frota do transporte público coletivo, em ação combinada com a implantação de faixas e corredores exclusivos de ônibus.
- Melhorar a gestão pública, criando condições para que a administração planeje e implemente uma agenda transformadora da mobilidade urbana.
- Estimular a elaboração do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana, organizando um arranjo institucional que junte esforços com o governo estadual para investir e gerir, de forma coordenada e cooperada, os sistemas de transporte público.
- Instituir o Conselho da Cidade, ou colegiado equivalente, dedicado à discussão e controle da Política Municipal de Mobilidade Urbana.
- Difundir, de forma clara e compreensível, informações referentes ao sistema de mobilidade urbana, principalmente sobre o transporte público coletivo.

# HABITAÇÃO

## 1. Enunciado

O direito à moradia, como direito individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos foi garantido pela Constituição Brasileira, conforme a Emenda Constitucional nº 26, no ano 2000. A moradia digna é vetor de inclusão social e de garantia de padrão de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. Ter direito a um lar, bem mais que possuir uma casa, é ter acesso à segurança, dignidade e bem-estar para toda a família.

No Brasil, todas as regiões padecem com o déficit habitacional, variando apenas os índices. São responsáveis pelo seu agravamento o encolhimento das políticas públicas e a especulação imobiliária.

O governo Bolsonaro, ao acabar com o programa Minha Casa Minha Vida, abandonou os projetos que estavam em tramitação na prefeitura, tanto do Poder Público como das entidades organizadoras, agravando ainda mais a situação.

A retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, conjugado com um leque de alternativas, como retrofit e locação social nos centros urbanos, lotes urbanizados com materiais e assistência técnica onde houver disponibilidade de terra e empreendimentos autogeridos, representam caminhos para milhões de pessoas irem ao encontro da casa própria.

## 2. Diagnóstico

Em Ribeirão Preto, cidade com um dos maiores PIBs do Brasil, a questão habitacional continua a ser um desafio significativo.

Nos últimos oito anos, a administração atual fez a metade de moradias populares em comparação ao nosso primeiro governo. A demanda por moradias continua alta, e muitas famílias ainda se veem forçadas a ocupar áreas irregulares por falta de alternativas viáveis.

Em 2011, havia 42 comunidades consolidadas com 5.600 domicílios, de acordo com o IBGE. Em 2019, este número saltou para 87 comunidades e quase 10 mil pessoas vivendo em favelas. Em 2024, a prefeitura já admite que o número de favelas em Ribeirão Preto supera o número de 100 comunidades, com famílias vivendo em extrema vulnerabilidade.

As áreas ocupadas estão localizadas em áreas públicas (81%), em áreas particulares (3%) e em áreas mistas, particular e pública (16%), predominantemente nas regiões Norte e Oeste do município. Na última Conferência Municipal de Habitação, realizada em 2024, o quadro sobre déficit habitacional apresentado estima que cerca de 50 mil pessoas moram de aluguel ou em casa cedida, o que representa 13% dos domicílios de Ribeirão Preto.

A Prefeitura de Ribeirão Preto não conta com um órgão específico para fazer a gestão da política pública de habitação, pois não existe uma Secretaria Municipal de Habitação e, para piorar, o Conselho Municipal de Moradia só realiza suas reuniões uma vez por trimestre. A questão fundiária e de moradia é fundamental para o desenvolvimento sustentável e devem ser retomadas as experiências que tiveram êxito em administrações anteriores do PT e partidos aliados na cidade.

### 3. Propostas

- Instituir uma ampla política de participação popular de Habitação, com garantia de pleno funcionamento do Conselho Municipal da área e do Fundo Municipal de Habitação
- Estabelecer dotação orçamentária para os programas habitacionais indicados no Plano Local de Habitação de Interesse Social e regulamentar e fazer cumprir a lei da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, fortalecendo no âmbito do município o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e a Política Nacional de Habitação
- Retomar programas de lotes urbanizados, oferecendo à população assistência técnica gratuita para a construção de suas moradias
- Criar o Banco de Terras a partir de levantamento das áreas e imóveis pertencentes à Secretaria de Patrimônio da União para projetos de Habitação de Interesse Social
- Fortalecer e ampliar o alcance do Programa de Regularização Fundiária e Urbanização das comunidades
- Criar programas de incentivos para fazer retrofit de imóveis abandonados ou subutilizados na área central para fins de Habitação de Interesse Social
- Revitalizar conjuntos habitacionais antigos e organizar a população para a conserva de forma autogestionária
- Estimular e priorizar a contratação de cooperativas, profissionais e empresas locais para ações e obras de moradia e melhorias urbanas
- Regulamentar os instrumentos urbanísticos previstos na Constituição Federal, Estatuto das Cidades e Plano Diretor e fazer cumprir a função social da terra, evitando vazios urbanos e a especulação imobiliária, com critérios técnicos e participação deliberativa da população em conselhos, audiências públicas e demais espaços de decisão
- Criar programa de incentivo à implantação de sistemas de energia renovável, tais como fotovoltaica e solar, para obter maior eficiência e economicidade nos empreendimentos de Habitação de Interesse Social
- Regulamentar o programa do aluguel social, sobretudo em imóveis abandonados no município
- Realizar estudos visando a criação da Secretaria Municipal de Habitação e fortalecer os conselhos municipais de Urbanismo e Habitação, com caráter deliberativo, para promover, fiscalizar e acompanhar a regulamentação fundiária e a aplicação dos instrumentos urbanísticos
- Promover a ocupação efetiva dos espaços ociosos no município dotando da infraestrutura necessária, com base em levantamentos da Prefeitura e dos conselhos municipais
- Dotar os bairros periféricos de equipamentos públicos para acesso aos serviços públicos em coordenação com as áreas da Habitação, Educação, Assistência Social, Saúde, Cultura e Esportes, entre outros.

# CLIMA

## 1. Enunciado

A emergência climática define nosso tempo! A ciência nos tem mostrado a aceleração vertiginosa de indicadores que anunciam o colapso socioambiental. A ameaça existencial não só da vida humana, mas também a extinção de outras espécies é realidade, de um futuro que já se tornou presente.

Intensas ondas de calor ou de frio extremo; os baixos índices de umidade; as chuvas intensas e suas enchentes ou a escassez hídrica; a péssima qualidade do ar agravada por queimadas agrícolas e urbanas; a proliferação de doenças transmitidas por vetores e tantos outros eventos climáticos têm ocorrido com maior frequência e intensidade.

Os eventos climáticos extremos impactam e comprometem as relações políticas, produtivas e econômicas e a qualidade de vida de todos, mas é a população pobre e periférica quem está mais suscetível e mais sofre com as tragédias ambientais, pois ocupa, o que lhe restou, no processo de urbanização, as áreas de maior risco.

O momento é crucial, e estamos diante da maior crise da humanidade. É tempo de decidirmos sobre a possibilidade de sobrevivência do projeto humano e de nos reconhecermos responsáveis pela sobrevivência de outras espécies, pela preservação de ecossistemas e pela urgente defesa da biodiversidade.

Engana-se quem ainda pensa que catástrofes como as que atingiram o Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024 são meras fatalidades ocasionais. Ribeirão Preto, na verdade, é uma das 1.942 cidades brasileiras apontadas por mapeamento feito pelo governo federal como suscetíveis a desastres causados pelas mudanças do clima, como o que aconteceu em Porto Alegre, aqui também os cientistas já alertaram sobre os riscos de colapso socioambiental que ameaçam a cidade e a vida humana.

De todos os desafios que nos são postos, o mais urgente e inadiável consiste na definição de políticas socioambientais e no modelo de planejamento e execução de ações climáticas, com programas e medidas de mitigação e adaptação às mudanças do clima.

## 2. Diagnóstico

Clima e déficit verde - Ribeirão Preto é uma cidade de clima quente e seco, com arborização urbana visivelmente insuficiente. Há inúmeras áreas verdes ainda não implantadas, onde prevalece o mato, se descarta lixo e se atea fogo. Os incêndios ocorrem, sobretudo, perto de estradas, e o fogo levado pelo vento, em períodos secos, atinge o que resta de mata no município.

Saneamento e Doenças transmissíveis - Na periferia, a infraestrutura sanitária é deficitária e os serviços de água, de tratamento de esgoto e de resíduos sólidos não existem para todos, expondo a população mais vulnerável a doenças transmissíveis, como é o caso da dengue.

Resíduos Sólidos e Coleta seletiva - Os resíduos sólidos constituem o segundo maior emissor, no município, de gases de efeito estufa e, mesmo assim, Ribeirão Preto ficou um ano e meio sem coleta seletiva, e enviou, durante todo esse período, desnecessariamente, toneladas de resíduos para o aterro sanitário.

Abastecimento hídrico - O Aquífero Guarani, uma das principais reservas de água doce do mundo, localizada em áreas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, emite sinais de esgotamento como resultado da expansão urbana desenfreada sobre as áreas de afloramento e recarga. O Rio Pardo, afluente do Rio Grande e o rio mais importante do município, tem sido vítima do assoreamento, do desmatamento de suas áreas de preservação permanente, da contaminação pelo esgoto não tratado de municípios vizinhos e da poluição dos agrotóxicos da cana. A administração municipal, negando-se à adoção de medidas de proteção do Aquífero, estuda a opção de captação da água do Rio Pardo, que, além da qualidade inferior da água, seu nível baixa de forma preocupante em épocas de seca.

**Tabela 3: Índice de Perdas na Distribuição de Água**

Colocação Município	UF	Índice de Perdas
1 Palmas	TO	13,05
2 Limeira	SP	15,57
3 Santos	SP	17,25
4 Guarulhos	SP	18,13
5 Campo Grande	MS	19,42
6 Vitória da Conquista	BA	19,76
7 Campinas	SP	21,59
8 Goiânia	GO	22,53
9 Campina Grande	PB	24,53
10 Maringá	PR	24,75
(...)		
94 Nova Iguaçu	RJ	65,81
95 Ribeirão Preto	SP	66,82
96 Boa Vista	RR	67,23
97 Duque de Caxias	RJ	68,39
98 Belford Roxo	RJ	68,60
99 Porto Velho	RO	69,77
100 Manaus	AM	71,85

Fonte: Instituto Trata Brasil (2008)

## Drenagem Urbana

O Ribeirão sofre com o acúmulo das águas pluviais na área central e Baixada, em virtude das chuvas torrenciais cada vez mais recorrentes. Comunidades localizadas nas zonas Norte e Leste, assim como a Cidade Locomotiva, vêm sofrendo com grandes enchentes durante a última década.

Os transbordamentos constantes do Ribeirão Preto – que deu origem ao nome da cidade – têm causado prejuízos materiais e transtornos ao sistema viário. As enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos causados pelas chuvas evidenciam a precariedade do sistema de drenagem urbana, ocasionada pela falta de gestão e de análise dos riscos e vulnerabilidades territoriais. Apesar disso, a cidade ainda não possui seu Plano de Macrodrenagem Urbana.

## 3. Propostas:

- Criar aparato público de gestão e promoção de políticas e ações climáticas transversais entre as diversas áreas e políticas públicas municipais, visando descarbonizar a economia e buscar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a transição ecológica justa e a resiliência aos impactos da mudança climática.
- Instituir o Sistema de Monitoramento, Prevenção e Gerenciamento de Desastres Meteorológicos, Climatológicos, Geológicos e Hidrológicos, com rigidez nas sanções às irregularidades ambientais.
- Identificar e estabelecer medidas prioritárias para a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), mitigação e adaptação social, econômica, ambiental e territorial para as áreas urbanas e rurais.

- Garantir a arborização em 25% das calçadas das vias da cidade (Lei Municipal 3187/2023) e em pelo menos 30% da zona urbana, priorizando a expansão das áreas verdes públicas com intensa arborização viária, praças, parques, unidades de conservação e hortas urbanas.
- Implementar medidas para a conservação da vegetação nativa, adoção de sistemas agroflorestais, redução e/ou eliminação do uso de agrotóxicos, além do desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade local, em interação com comunidades urbanas e rurais.
- Induzir e incentivar empreendimentos públicos e privados passíveis de licenciamento ambiental ou de Estudo de Impacto de Vizinhança a adotar infraestrutura verde de pequena e média escala, como cisternas, alagados construídos para tratamento de efluentes, paredes e tetos verdes com sistemas de hortas, jardins de chuva, biovaletas, estacionamentos arborizados e permeáveis, além de hortas e selos de edifícios Zero Energy e Zero Waste to Landfill.
- Promover o manejo integrado do fogo, visando a prevenção e combate aos incêndios, e como instrumento para conservar a biodiversidade, equilibrando a conservação ambiental com a diminuição dos impactos climáticos e ambientais.
- Fomentar o uso de energias limpas e biocombustíveis, desenvolver estudos para o uso do Hidrogênio Verde e erradicar a pobreza energética, garantindo tarifas acessíveis às populações mais vulneráveis.
- Promover a regularização fundiária de comunidades em ocupações irregulares, desde que não estejam em áreas de risco ambiental, com a remoção de comunidades em áreas de risco para locais seguros.
- Criar políticas de proteção das áreas de recarga do Aquífero Guarani, com a criação de unidades de conservação, arborização e regulação do uso e ocupação das áreas rurais e urbanas de afloramento.
- Implementar programas para a redução do consumo de água e das perdas existentes na rede, desde a captação até as torneiras.
- Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública municipal, tornando os prédios públicos exemplos de edifícios sustentáveis.
- Estudar a renovação da frota municipal para utilizar biocombustíveis.
- Desenvolver um projeto-piloto em parceria com instituições de ensino e pesquisa, visando a implantação de assentamentos sustentáveis urbanos, periurbanos e rurais, com soluções baseadas na natureza.
- Restaurar a vegetação nativa em áreas rurais, recuperando áreas de preservação permanente e reservas legais, e criando corredores ecológicos.
- Criar programas de fomento às hortas urbanas e periurbanas, estimulando a produção e o consumo local.
- Desenvolver programas permanentes de educação ambiental e climática no ensino formal e informal, em espaços públicos e projetos apoiados pelo município.
- Adotar a gestão cooperada do sistema de saneamento básico, com parcerias público-comunitárias, universalizando o acesso à água limpa, esgotamento sanitário, gestão circular dos resíduos e garantindo a eficiência da drenagem pluvial.
- Assegurar saneamento básico nos assentamentos da Fazenda da Barra, garantindo água, drenagem pluvial, limpeza urbana e esgotamento sanitário aos lotes do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, evitando a contaminação do Aquífero Guarani.

- Implantar o sistema de tratamento da fração orgânica dos resíduos, com compostagem e biodigestores, além de ecopontos descentralizados, conforme a lei que institui o incentivo aos sistemas de compostagem.
- Realizar anualmente a Semana do Lixo Zero, em parceria com o Coletivo Lixo Zero.
- Fortalecer e ampliar o banco de materiais da construção civil, instituído por lei.
- Criar o programa de fomento à Economia Circular, com logística reversa e coleta seletiva, em parceria com empresas e cooperativas de catadores, melhorando as condições ambientais e gerando empregos e renda.
- Estudar e debater ajustes no contrato de concessão de tratamento de esgoto, cuja inadimplência tornou-se uma obrigação exclusivamente municipal.

# SEGURANÇA

## 1. Enunciado

A segurança pública é um direito importante e fundamental à vida em nossa sociedade. Levar as crianças à creche, reunir a família para um churrasco no final de semana, chegar em casa após um longo dia de trabalho ou caminhar do ponto de ônibus até a nossa casa com tranquilidade são aspectos da vida cotidiana que refletem a abrangência da segurança pública.

Atualmente, o papel dos municípios na prestação de segurança pública vem ganhando relevância devido à falência do modelo de segurança pública praticado pelos governos estaduais e, ao mesmo tempo, pelo crescimento e consolidação de suas guardas. A militarização das Guardas Civis deve ser enfrentada pelos gestores.

Inclusive, o enfrentamento às mudanças climáticas exigirá um conjunto de medidas corajosas por parte do Poder Público municipal, ao contrário do que tem sido feito até aqui pela atual gestão, que segue negando as mudanças climáticas. Da perspectiva da Segurança Pública, a Guarda Civil Metropolitana pode e deve contribuir nesse aspecto. Aliás, já existe na cidade a Patrulha Ambiental, que precisa, por sinal, ser ampliada.

## 2. Diagnóstico

Constatamos uma verdadeira epidemia de violência contra mulheres e crianças em Ribeirão Preto. Em 2023, por exemplo, os casos de estupro dispararam em comparação aos períodos anteriores. Foram 192 casos, dos quais 135 envolveram crianças ou adolescentes, que estão no grupo de vulneráveis (70% do total). Em média, ocorreu um estupro a cada 45 horas na cidade em 2023, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Também foram registrados 4,8 homicídios a cada 100 mil habitantes – ou seja, 34 assassinatos, número proporcionalmente maior do que na Capital.

Enquanto o litoral é a região do Estado com maior índice de homicídios dolosos, Ribeirão Preto é apontado pela polícia como o foco do tráfico no interior do estado. A cidade lidera o ranking de ponto consumidor de cocaína, crack e maconha, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública. Ribeirão perde apenas para a Capital nos índices de drogas. Cogita-se que o perfil econômico alto da cidade contribua para atrair as quadrilhas.

Outro problema em Ribeirão é a violência contra as mulheres, já que a única Delegacia de Defesa da Mulher existente fecha durante os horários de maior pico de violência de gênero, que são à noite e nos finais de semana, quando as mulheres são atendidas de forma remota por uma unidade da capital paulista.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, um em cada cinco feminicídios em 2022 ocorreu aos domingos, equivalente a 22% dos registros semanais. O segundo dia com mais registros é sábado, com 17%. Além disso, 40% dos casos de violência contra a mulher acontecem durante a noite e, nos casos de violência sexual, 53,3% ocorrem entre 18h e 6h. Esses dados mostram um padrão de violência mais acentuado durante os finais de semana e em horários noturnos, ressaltando a vulnerabilidade das mulheres nesses períodos.

As DDMs (Delegacias de Defesa da Mulher) são unidades policiais específicas para crimes de violência de gênero, mas a maioria dessas delegacias, como em Ribeirão, funciona apenas de segunda a sexta até às 18h. O governo estadual propõe o registro de casos à distância, em alguma unidade aberta na Capital.

A advogada Gabriela Cortez Campos, mestranda da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da USP, ressalta: “Essa relação à distância não substitui o contato humano, ainda mais quando se trata de um primeiro relato da vítima. É comum que boletins de ocorrência realizados dessa forma tenham relatos simples e curtos, com poucos fatos, e, no decorrer da investigação, é descoberto que a situação é muito mais grave”.

Ela destaca que um relato pequeno no boletim de ocorrência pode impedir o acesso a diversos serviços públicos, como uma casa abrigo, por exemplo, dificultando o acolhimento institucional. Ela enfatiza que garantir o atendimento 24 horas nas Delegacias de Defesa da Mulher é fundamental para assegurar um atendimento especializado à vítima. “A qualquer momento que a vítima decida denunciar, terá um atendimento e acolhimento de qualidade, com profissionais capacitados, e essas intervenções imediatas também ocorrerão a partir de uma perspectiva de gênero.”

A falta de DDMs 24 horas pode ser um problema. “Isso pode ser um empecilho, pois, além de não ter a perspectiva de gênero e o acompanhamento especializado que uma DDM proporciona, muitas vezes os crimes contra a mulher podem ser relativizados em comparação com outros delitos graves, como homicídios e latrocínios, o que gera banalização e negligência, desincentivando a vítima a realizar uma denúncia”, diz ela.

Embora a existência de DDMs 24 horas não evite crimes de violência contra a mulher, pois os fatores que levam a esses crimes estão profundamente enraizados na sociedade, a advogada reforça: “A agressão ocorre por uma série de fatores, dentre eles o patriarcado e as desigualdades estruturais de gênero”.

A criminalidade é um problema que aflige lojistas e clientes, que pedem reforço na segurança e no efetivo policial para patrulhamento em várias vias públicas de áreas comerciais. Foram instaladas 120 câmeras de monitoramento que funcionam 24 horas por dia, em parceria entre a Prefeitura e a Polícia Militar; essas câmeras estão localizadas no quadrilátero central e em corredores comerciais e saídas da cidade, como nas avenidas Treze de Maio, Saudade e Presidente Vargas. As imagens são transmitidas a uma base da Polícia Militar.

Segundo especialistas, uma das razões para o aumento da criminalidade é a falta de políticas públicas não criminais para a população mais jovem. Sem estruturas de lazer e esporte, afirmam, o cidadão fica sem opções para se divertir e pode acabar envolvido em atividades ilícitas.

É preciso cobrar não só que a Polícia Ostensiva Militar esteja nas ruas, gerando essa sensação de segurança e inibindo a atividade criminosa, mas, sobretudo, entender que a criminalidade não tem como raiz apenas a falta de políticas públicas de segurança, mas também a ausência de políticas públicas de investimento em lazer, cultura e atividades esportivas para a população, segundo um criminólogo. Ele destaca que o tráfico de drogas é, muitas vezes, a porta de entrada para o crime.

O especialista também aponta que cabe à prefeitura e às lideranças comunitárias promover engajamento a fim de focar em atividades específicas (culturais, esportivas e de formação para o trabalho) para a comunidade jovem, de 18 a 35 anos, pois a maioria dos autores desses crimes tem essa faixa etária.

Os casos de ‘pancadões’, como os denunciados pelos moradores do Jardim Cristo Redentor, na zona Norte de Ribeirão Preto, refletem a falta de opções de lazer, que contribui para o aumento da criminalidade.

Nossa perspectiva deve ser multidisciplinar e transversal, sistematizada nos seguintes pontos:

### 3. Propostas

- Dobrar o atual efetivo de 200 guardas (um para cada 3.642 habitantes, IBGE 2024) da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e propiciar treinamento e formação contínua em direitos humanos, mediação de conflitos e abordagem comunitária, de modo a amparar e proteger a população mais vulnerável.
- Reimplantar as bases comunitárias em todas as regiões da cidade e resgatar a vocação comunitária da corporação, com presença permanente de guardas em praças, portas de escolas, postos de saúde e outros logradouros, aumentando a presença física para prevenir delitos, construir relações de confiança com a população e identificar problemas antes que se agravem.
- Criar o Plano Municipal de Segurança em cooperação entre Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária e GCM, com participação dos conselhos comunitários de segurança, objetivando um esforço coordenado das forças de segurança existentes no município.

## CIDADE INTELIGENTE

### 1. Enunciado

O contexto da Cidade Inteligente está relacionado às mudanças nas experiências urbanas que os cidadãos podem vivenciar devido à intensa utilização de aparatos tecnológicos na infraestrutura das cidades.

O tema de Cidade Inteligente não é apenas resultado da intensa urbanização ao redor do mundo. É também produto da ampla utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na infraestrutura urbana, assim como de uma nova reestruturação na gestão da cidade, seguindo um padrão de qualidade avançado.

Quando pensamos em uma cidade inteligente, especialmente a nossa cidade ser considerada inteligente, estamos pensando em uma cidade que pensa e trabalha para gerar benefícios para sua população, possibilitando acessos mais ágeis e rápidos às políticas públicas existentes.

### 2. Diagnóstico

Podemos elencar algumas ações que existem em Ribeirão Preto nessa área. Atualmente, o município possui um aplicativo que dá acesso a informações na área da Saúde. Em teoria, o app existe para facilitar e auxiliar os cidadãos em diversos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal da Saúde. Infelizmente, ainda não opera com a plenitude que se espera.

Embora permita o agendamento de consultas, por exemplo, em determinados horários, quem for diretamente a uma das unidades marcar presencialmente o atendimento médico encontrará menos opções disponíveis. Ou seja, os horários para agendamento no aplicativo diferem dos horários em que os profissionais realmente atendem nas unidades, o que indica que o serviço ainda precisa ser aprimorado para que as tecnologias atendam, de fato, às necessidades de quem usa.

Outro exemplo gritante do mau uso da tecnologia ocorre com os semáforos, que se multiplicaram pela cidade em decorrência das obras de mobilidade urbana (por sinal, construídas graças aos recursos liberados pelo governo federal, ainda na gestão da presidenta Dilma). Embora sejam necessários para controlar o fluxo de veículos que trafegam pelas vias que possuem corredores de ônibus e ciclovias, esses semáforos, infelizmente, não funcionam de forma sincronizada, mesmo tendo sido instalados recentemente.

Isso demonstra que eles funcionam sem qualquer interligação entre si ou com um centro de comando que, remotamente, poderia regular mais adequadamente seu funcionamento, de acordo com o volume do fluxo das vias. Essas vias, por sua vez, deveriam estar sendo monitoradas com a ajuda de câmeras, proporcionando, assim, melhor fluidez no trânsito, maior conforto e melhor mobilidade aos usuários do sistema viário da cidade.

Também devemos pensar em proporcionar a todas as regiões da cidade sinais abertos de internet nos espaços públicos existentes para que a população possa usufruir dos benefícios da tecnologia. Isso é fundamental para facilitar o acesso aos serviços públicos disponibilizados na internet, notadamente no site da Prefeitura. Ou ainda, pelos aplicativos públicos existentes, como o dos ônibus urbanos, facilitando o acesso aos usuários - independentemente de possuírem ou não pacote de dados em seus telefones. Isso democratiza o acesso aos serviços e benefícios. Outra questão importante diz respeito à retomada do Programa do Orçamento Participativo, uma experiência testada e aprovada pela população durante as gestões do PT na cidade.

As plataformas digitais vão tornar possível que as pessoas opinem nas mais diferentes decisões governamentais de forma ágil e com transparência. As comunicações digitais são plenamente auditáveis, o que confere total segurança ao processo. Mesmo com as atribulações e compromissos da vida moderna, o meio digital permite assegurar a oportunidade de participação cidadã tanto presencialmente quanto virtualmente.

Ribeirão pode, assim, se tornar uma cidade moderna, que proporciona aos seus cidadãos oportunidades de inclusão social e digital, com serviços modernos e ágeis, sem perder sua essência, e dispendo de um governo que estimula e propicia a participação democrática a todos.

### 3. Propostas

- Instalar o Sistema de Transporte Público Inteligente com a implementação de ônibus elétricos com sensores (Internet das Coisas) para monitorar em tempo real rotas otimizadas e pagamento por meio digital.
- Expandir as estações de compartilhamento de bicicletas e patinetes elétricos, integrados ao aplicativo de mobilidade urbana.
- Instalação de semáforos inteligentes, com sensores para ajustar o tempo de sinal com base no fluxo do tráfego em tempo real.
- Equipar as lixeiras com sensores que notificam a coleta quando enchem, otimizando a rota dos caminhões coletores.
- Automatizar os centros de reciclagem e apoiar as campanhas educativas sobre separação de resíduos, reciclagem e reuso.
- Instalar câmeras de segurança com reconhecimento facial e análise de comportamento para monitoramento proativo em áreas públicas.
- Instalar postes de luz com sensores de movimento e iluminação LED, ajustando a luminosidade conforme a presença de humanos.
- Criar centros de telemedicina e expandir os aplicativos de saúde para garantir o agendamento virtual e facilitado de consultas e monitoramento de pacientes crônicos.
- Desenvolver programas de monitoramento ambiental com sensores de qualidade do ar espalhados pela cidade, a fim de monitorar e alertar a população sobre níveis de poluição e qualidade do ar.
- Criar o Programa de Escolas Conectadas, com a implementação e ensino sobre o uso de tecnologia nas escolas, com acesso à internet de alta velocidade, tablets para alunos e ferramentas de aprendizado on-line.
- Realizar cursos de tecnologia e inovação em parceria com empresas de tecnologia para oferecer ensino gratuito de programação, robótica, inteligência artificial e outras áreas de inovação.
- Utilizar e incentivar construções que utilizem energia solar, captação de água da chuva e materiais sustentáveis.
- Criar e disponibilizar a Plataforma de Participação Cidadã, com aplicativos acessíveis aos cidadãos para que possam reportar problemas, sugerir melhorias e votar em propostas para a cidade.
- Criar e disponibilizar a plataforma on-line do Orçamento Participativo, facilitando o acesso e a participação no planejamento e na alocação do orçamento municipal.
- Criar o Guia Turístico Digital, um aplicativo com realidade aumentada, mostrando as informações históricas e culturais dos pontos turísticos da cidade, as principais rotas ciclísticas disponíveis, rede hoteleira, calendário de eventos, venda de ingressos e transmissão ao vivo, quando possível.
- Criar espaço para startups e empreendedores com infraestrutura de coworking, mentoria e acesso a investidores, estimulando a inovação e a Economia Criativa, a partir do Polo Digital.
- Criar políticas de incentivo fiscal para empresas que adotem práticas sustentáveis e inovadoras.
- Promover a digitalização dos serviços públicos, facilitando a solução de questões burocráticas on-line e o acesso às

informações, inclusive do Arquivo Público Municipal, de forma ágil e eficiente.

- Utilizar modelos existentes para solução de demandas da população de maneira eficiente, reduzindo a burocracia, filas e o desperdício de tempo da população e dos servidores.
- Utilizar big data para análise e tomada de decisões baseadas em dados concretos, melhorando a eficiência dos serviços públicos.
- Delimitar um “cinturão verde”, a partir de estudos e levantamentos de riscos, utilizando ferramentas de Inteligência Artificial que gerem subsídios para uso de árvores nativas, minimizando os riscos de desastres climáticos.
- Monitorar as águas do Aquífero Guarani com o uso de tecnologias modernas, de modo a apoiar a preservação do aquífero.
- Revitalizar o centro da cidade com o plantio e cuidado de árvores, ampliando as áreas verdes.

**EIXO 02**

**Desenvolvimento Econômico,  
Sustentável e Solidário**



## **Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Solidário**

Ribeirão é uma cidade rica, mas desigual. Nosso compromisso é com a geração de emprego e renda e com a criação de trabalho decente. Ser um robusto polo universitário só favorece parcerias para o uso de pesquisas.

Uma rede de hospitais, clínicas e consultórios que atraem gente de vários lugares e o fato de ser referência nacional na área são condições ideais para sediar um parque industrial para fornecer suprimentos ao setor.

É preciso apoiar o potencial empreendedor de nossa gente, em especial os jovens, para que, em vez de sucumbirem ao desemprego ou ao subemprego, como entregadores de app, tenham acesso a oportunidades para construir seus próprios negócios e fazer parte da economia criativa.

Precisamos ajudar a viabilizar pequenos empreendimentos, em cooperação com parceiros como o Supera Parque de Inovação e Tecnologia, junto com a USP. A cidade não pode desperdiçar oportunidades que surgem com a nova ordem mundial, que clama por energia limpa e sustentabilidade.

Na outra ponta, a agricultura familiar tem potencial para propiciar, no cinturão verde em torno da cidade, a segurança alimentar e nutricional da população. São 180 estabelecimentos e 414 famílias assentadas.

Também merece destaque a Economia Solidária, com seus valores como solidariedade, coletivismo, cooperativismo e autogestão, apoiando pequenos comerciantes e industriais, prestadores de serviços, catadores de resíduos, artesãos e agricultores.

Oportunidades, afinal, devem ser reconhecidas e apoiadas, como é o caso do turismo, seja cultural, de eventos e negócios ou saúde.

Enfim, nossas propostas indicam a opção pela geração de oportunidades e crescimento sustentável, condições essenciais para se ter uma cidade saudável, boa de se viver e pronta para o futuro.

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E RENDA

### 1. Enunciado

Com a consolidação do golpe sofrido pelo governo Dilma Rousseff, teve início, a partir de 2016, um duro ataque contra os direitos trabalhistas, e tivemos uma forte queda na renda e no emprego.

Desde então, a classe trabalhadora teve que ir às ruas para tentar minimizar os ataques que sofria com a reforma trabalhista do governo Temer e, em seguida, com a reforma previdenciária.

Na reforma trabalhista, um dos maiores golpes para a classe trabalhadora foi a terceirização total e irrestrita, tornando-a mais precária do que já era, e o trabalhador ainda mais vulnerável. Um dos pontos críticos foi a terceirização da área-fim; outro foi a isenção da corresponsabilidade pelos direitos trabalhistas.

Com a reforma previdenciária, foi pior ainda. A aposentadoria especial continua, mas as regras colocam o trabalhador nas mesmas condições da aposentadoria comum, exigindo os mesmos 40 anos de trabalho, ou seja, estar exposto a agentes nocivos por um período maior do que o estipulado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O sistema tributário tem importância fundamental para os municípios e está intimamente ligado à sustentabilidade e à justiça social. Por sua capacidade contributiva, os segmentos sociais com maior capacidade econômica são, naturalmente, os que mais podem contribuir para a oferta de bens e serviços públicos de acesso universal a toda a população.

O IPTU progressivo, por exemplo, é uma forma de justiça fiscal - uma forma justa que leva em conta as condições contributivas dos municípios.

Há áreas de investimento de interesse social que o poder público pode incentivar a iniciativa privada, como, por exemplo, a eletrificação da frota de ônibus, a otimização do uso da água e o uso do hidrogênio verde. Incentivar ações de conservação do meio ambiente é urgente nos dias de hoje para que não soframos mais com as mudanças climáticas de forma trágica, como já vem ocorrendo no país.

A eletrificação das frotas de ônibus, por exemplo, é uma política pública de transição ecológica que aprimora a qualidade de vida dos municípios e garante redução significativa de custo operacional e de manutenção.

Temos na região o Aquífero Guarani, que precisa ser preservado. A água, cada vez mais cobiçada pelas empresas privadas, pode ser alvo de incentivos para assegurar a utilização consciente.

Já o Hidrogênio Verde (H2V), em abundância em todo o planeta, vem sendo considerado como fonte inesgotável de energia limpa e sustentável para contribuir na diversificação da matriz energética, pois não gera emissões de carbono durante seu processo de produção.

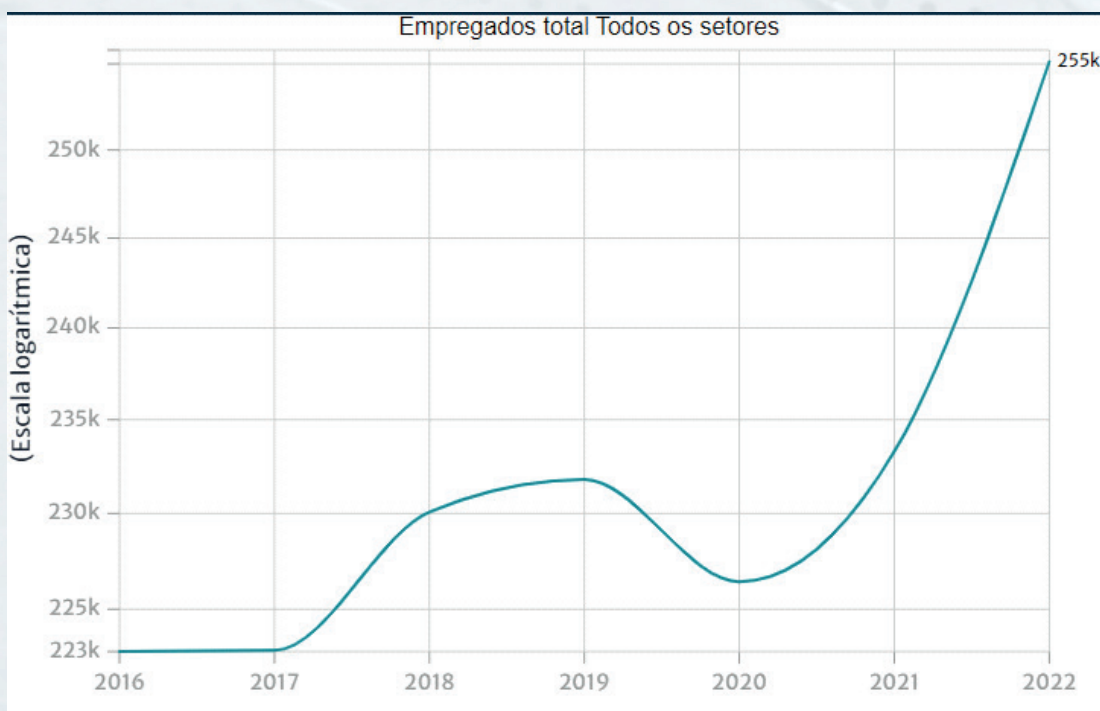
O Brasil tem atraído olhares do mercado internacional quanto ao Hidrogênio Verde. Em 2023, a Câmara Federal aprovou o marco legal do Hidrogênio Verde, que prevê incentivos fiscais para investimentos no setor. Dentre as medidas, está a criação da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, responsável por regular o mercado no país. Atividades, inclusive, já começaram a ser desenvolvidas em uma usina piloto de produção de H2V no Ceará.

A economia circular, por sua vez, é uma modalidade que, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, promove a sustentabilidade, pois transforma lixo em matéria-prima. Ribeirão Preto tem um grande potencial para a otimização da reciclagem. Fomentar a economia circular no município significa gerar empregos e aumentar a qualidade do ambiente e da vida.

## 2. Diagnóstico

Em Ribeirão Preto, apesar de ter um pouco mais de empregos do que a média nacional, ainda há uma diferença salarial expressiva entre a população economicamente ativa. A média salarial é de 2,7 salários-mínimos, o que não reflete a realidade da maioria dos trabalhadores locais, que recebem, em média, pouco mais de um salário-mínimo.

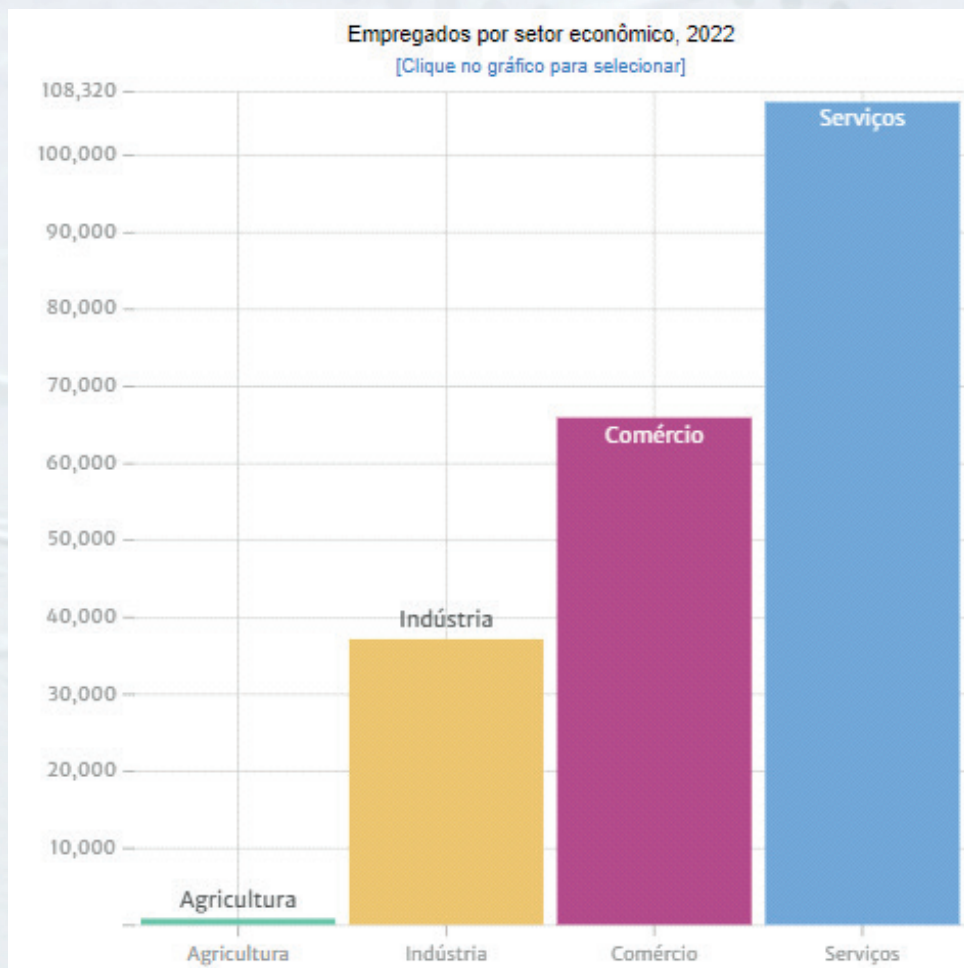
As vagas de emprego desaparecem cotidianamente em função da automatização, da robotização e, mais recentemente, da inteligência artificial. Grande parte dos jovens, principalmente os da periferia, deseja empreender e ter seu próprio negócio como alternativa às novas regras de mercado e trabalho.



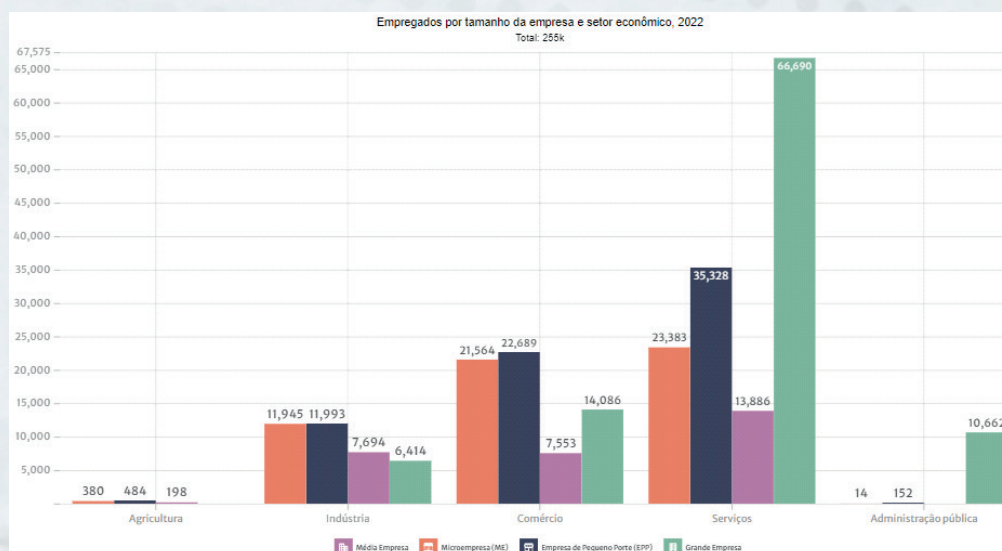
A cidade ainda é muito desigual, e nosso compromisso com a população trabalhadora do município deve ser gerar empregos de qualidade e renda. Cabe ao município criar alternativas de trabalho decente, tanto dentro da própria gestão pública quanto junto ao mercado, no que se refere à tributação, incentivos e subsídios.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade de Ribeirão Preto em 2022 foi de 255.140 vagas, o que representa uma variação de 9,37% em relação ao ano anterior. Desses, 54,6% estavam no setor de Serviços; 25,8% no Comércio; e 14,9% na Indústria. A remuneração média do trabalhador em 2022 foi de R\$3.541,29, sendo que 47% eram mulheres, com média de R\$3.268,26, e 53% homens, com média de R\$3.783,85.

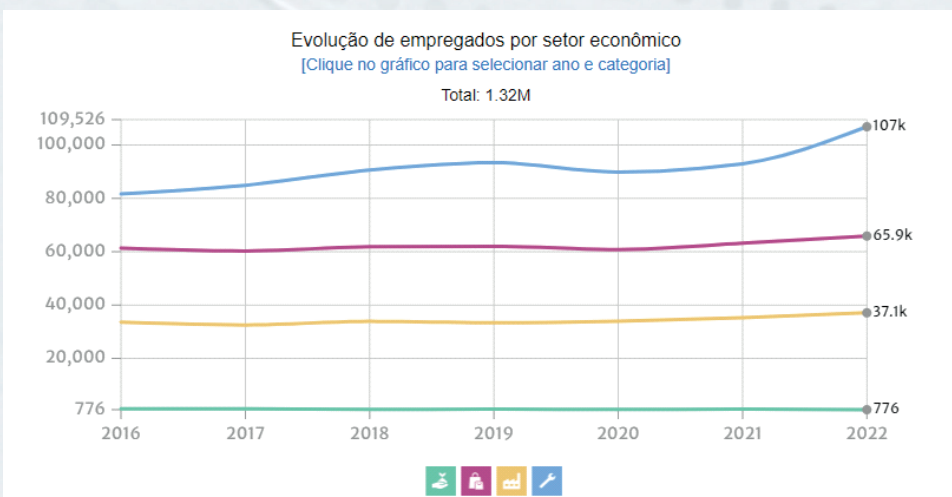
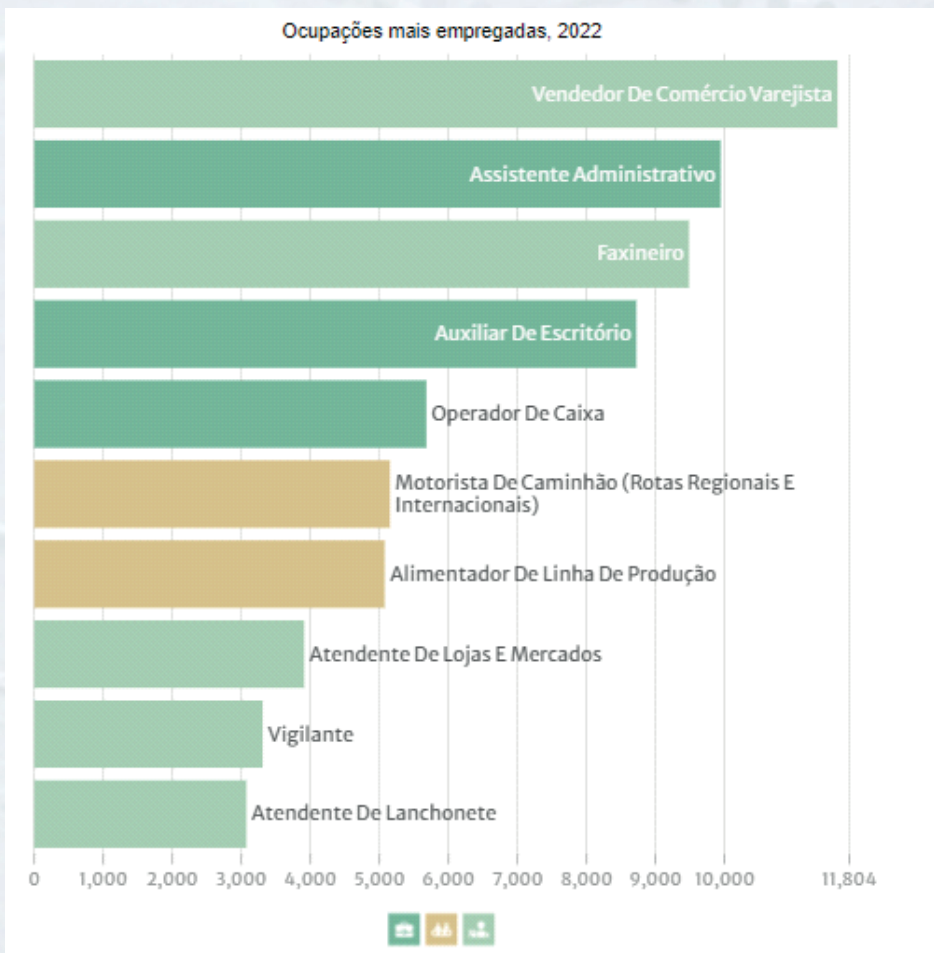
Entre esses, os setores econômicos que se destacaram em 2022 foram Comércio Varejista (43.129), Atividades de Atenção À Saúde Humana (23.085), e Serviços Para Edifícios e Atividades Paisagísticas (15.930).

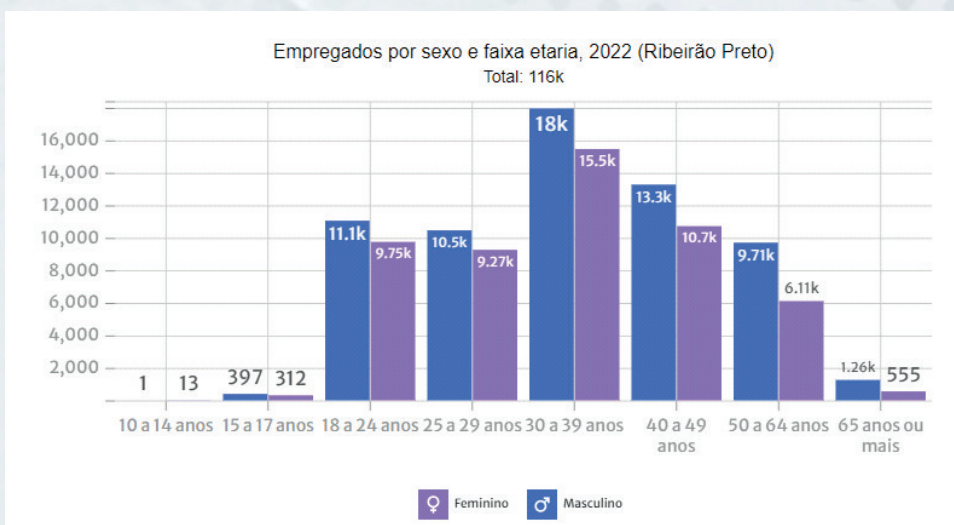
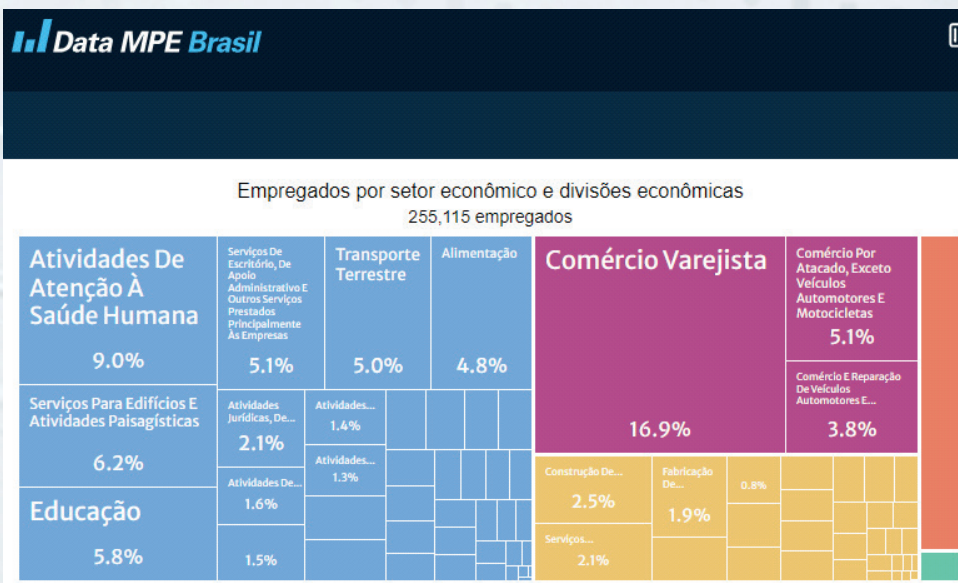
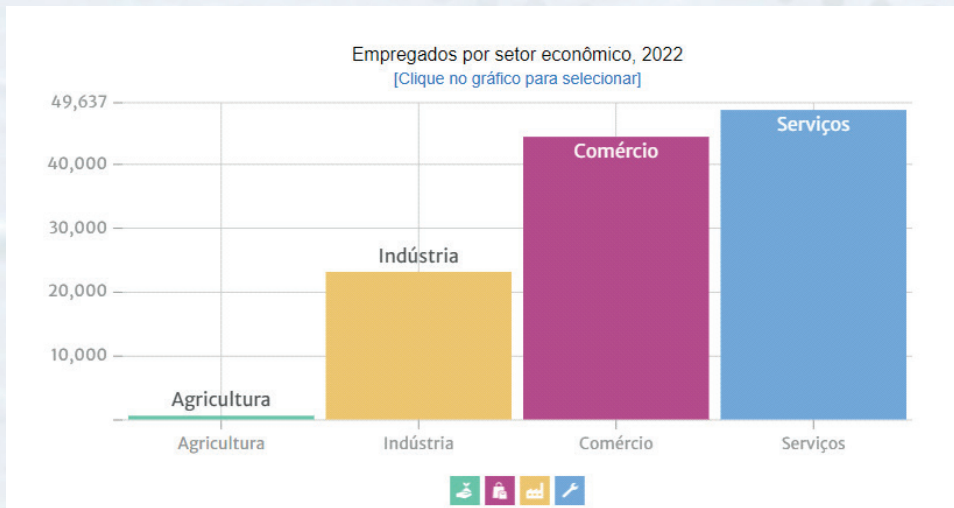


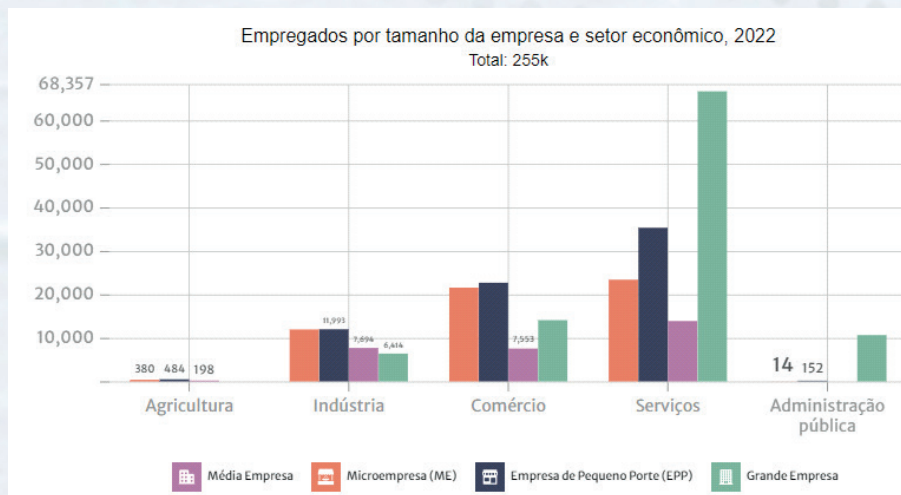
Já quanto ao número de estabelecimentos cadastrados foi de 43.043, uma variação de -19,4% em relação ao ano anterior.



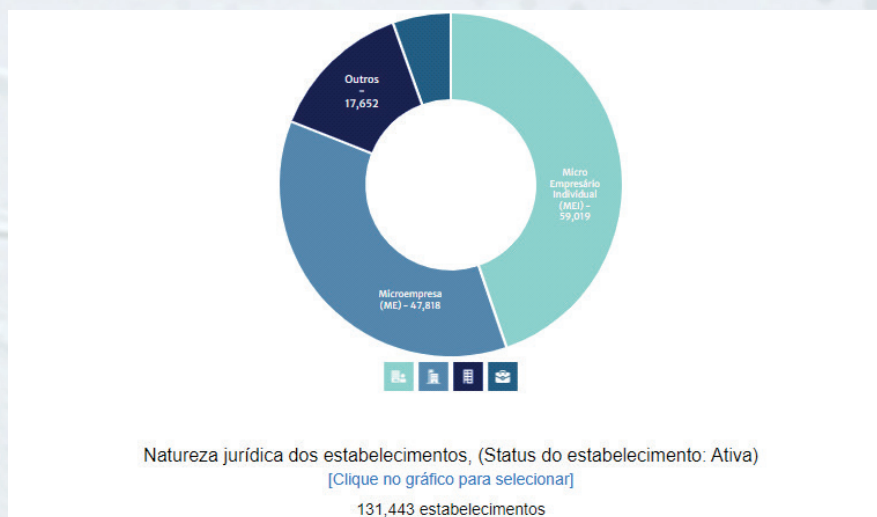
De acordo com a Receita Federal, do total de estabelecimentos com registro até 2024, 44,9% são microempresários individuais/MEIs (59.019), 36,4% são microempresas/ME (47.818 estabelecimentos); 5,3% correspondem a Empresa de Pequeno Porte/EPP (6.963 estabelecimentos); e 13,4% estão enquadrados na categoria outros (17.652 estabelecimentos).





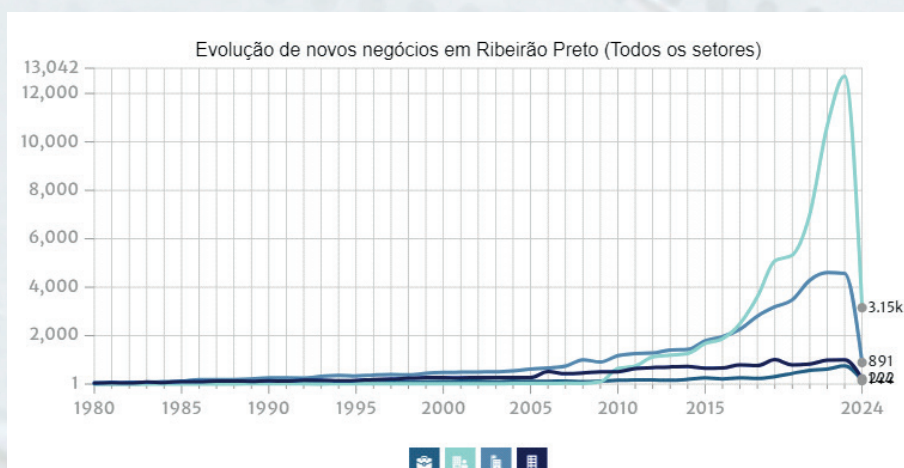


Os empresários individuais representam 189.771 estabelecimentos; as sociedades empresárias limitadas são 96.764 estabelecimentos; e as sociedades simples limitadas são 7.409 estabelecimentos, segundo a Receita.



O Comércio Varejista possui 23.446 estabelecimentos, enquanto os serviços de escritório, apoio administrativo e Outros Serviços Prestados Principalmente às Empresas somam 8.780 estabelecimentos, e a Alimentação conta com 8.309 estabelecimentos.

Das novas empresas que estavam ativas em 2024, 3,26% correspondem a empresas de pequeno porte (EPPs), com 144 estabelecimentos; 20,2% são microempresas (MEs), com 891 estabelecimentos; 71,5% são microempresários individuais (MEIs), com 3.154 estabelecimentos; e, por fim, 5,03% estão na categoria Outros, com 222 estabelecimentos.



## Educação superior

Alunos

Graduados

Período

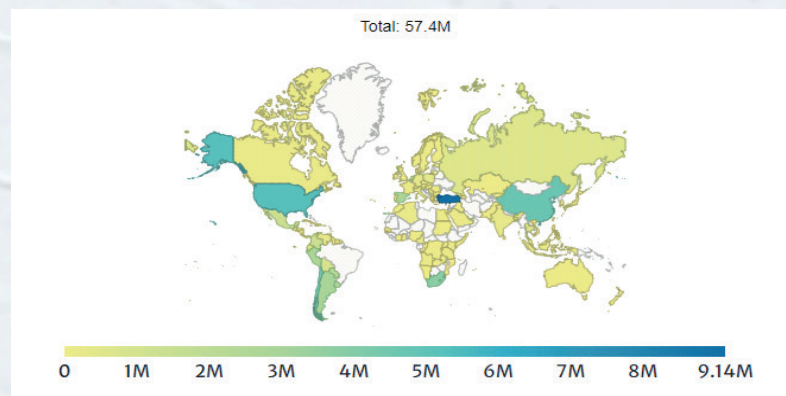
2022

Em 2022, na cidade de Ribeirão Preto registrou 7,547 alunos graduados.

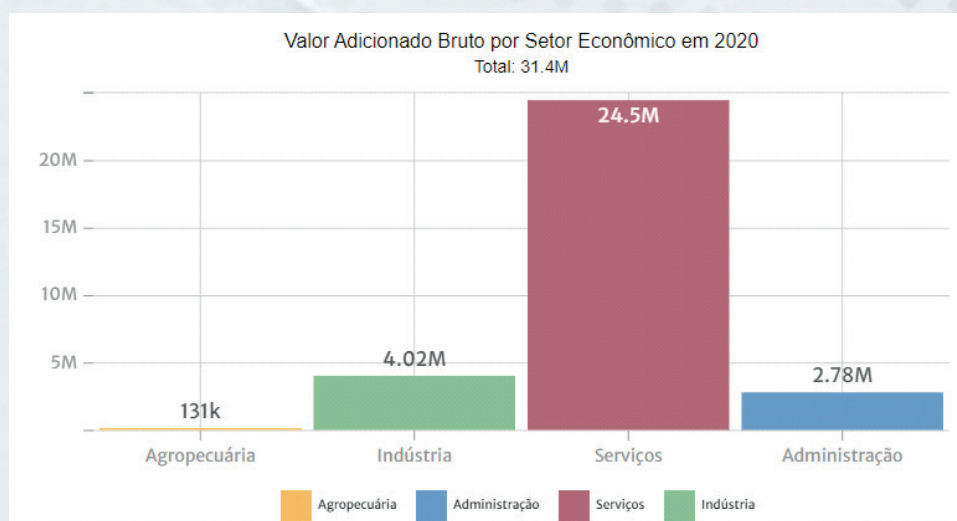
As áreas de estudo com mais aluno graduados na cidade de Ribeirão Preto foram Saúde (1,820 alunos), Negócios e administração (1,704 alunos), e Educação (952 alunos).

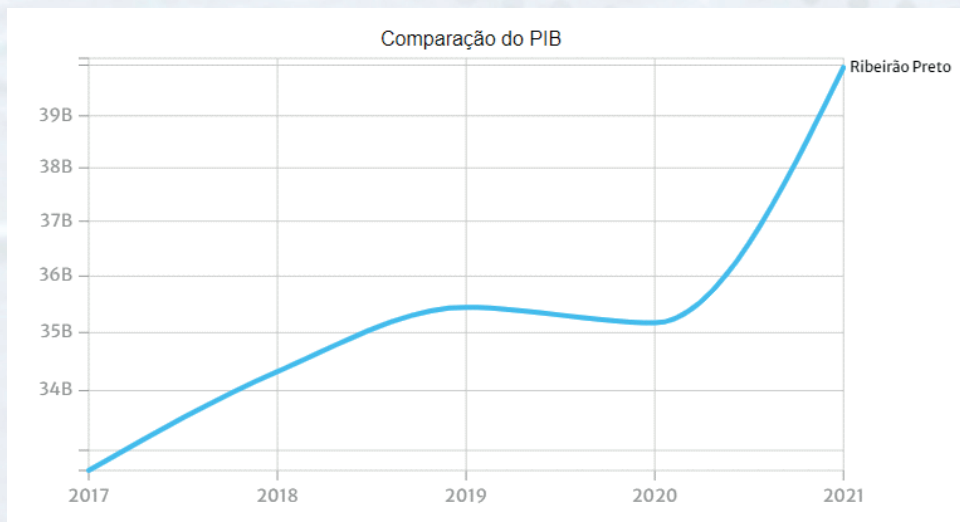
Dados fornecidos por [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(INEP\)](#).

No ano de 2023, os países que mais importaram produtos de Ribeirão Preto foram a Turquia (15.9%), os Estados Unidos e a China (8.15%).



O PIB de Ribeirão Preto em 2021 foi de 40 bilhões, o que representa uma variação de 114% em relação ao ano anterior.





## Supera Parque

O Supera Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, gerido pela FIPASE, é resultado de uma parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), a Prefeitura e a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Instalado no campus da USP, o parque abriga a SUPERA Incubadora de Empresas, o SUPERA Centro de Tecnologia, a Associação do Arranjo Produtivo Local (APL) da Saúde, o Polo de Inovação em Software (PISO), além do SUPERA Centro de Negócios.

Atualmente, o parque conta com 78 empresas instaladas, das quais 51 estão na incubadora de empresas de base tecnológica e 27 no Condomínio da Inovação. O Parque Tecnológico está em expansão com a urbanização de lotes para novas empresas e a implantação do Container Park, um novo complexo empresarial.

## Polo da Saúde

Ribeirão Preto é referência nacional em serviços de saúde, atraindo pessoas de todo o Brasil para sua rede de consultórios, laboratórios, hemocentro e hospitais. Na área de pesquisa e desenvolvimento, o Supera Parque atua como fomentador de inovações no setor, e a região é reconhecida como um Arranjo Produtivo Local das Indústrias de Saúde. Em 2024, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, com o CIESP Ribeirão Preto, Supera Parque, APL da Saúde de Ribeirão e Região e o Instituto Ribeirão 2030, anunciaram o Polo de Saúde de Ribeirão Preto e Região Metropolitana.

## 3. Propostas

- Criar o Polo do Hidrogênio Verde: Alinhado aos programas federais de apoio às novas energias, para viabilizar a produção do combustível limpo a partir do etanol e outros subprodutos da cana, extraídos nas usinas da região. A planta industrial a ser instalada no município abastecerá as frotas de ônibus e demais veículos. Ribeirão Preto usará sua liderança para atrair investimentos nacionais e internacionais, organizando essa economia com o parque metalúrgico regional, resultando em mais empregos, renda e arrecadação.
- Criar o Polo Digital: Estabelecer um grande parque tecnológico e ambiente de inovação para impulsionar a economia criativa, com produção de softwares, design, games, animação, cine-vídeo, música, fotografia e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Potencializará a atuação do Supera Parque Tecnológico e impulsionará a revitalização do Quadrilátero Central, incluindo o restauro de imóveis históricos. A ação será coordenada entre a Prefeitura, Estado e União, universidades e empresas, oferecendo acesso a incubadoras, aceleradoras de negócios, pesquisas de desenvolvimento, aportes financeiros e serviços associados.

- Implementar políticas para o setor da saúde: Alinhar com o governo federal para estruturar o polo de indústrias e fornecedores de saúde, aproximando e potencializando o uso de pesquisas desenvolvidas nas universidades, visando a geração de empregos e renda.
- Retomar o debate sobre o aeroporto internacional: Consolidar o polo exportador de produtos e serviços da região metropolitana com a construção do aeroporto internacional.
- Ampliar convênios para capacitação: Firmar mais parcerias com faculdades, Sistema S e empresas para formação e capacitação de jovens para o mercado de trabalho, seja como empregados ou microempreendedores.
- Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes: Aumentar o número de vagas e alternativas de cursos no Centro de Qualificação Profissional Municipal.
- Fortalecer a economia solidária e circular: Integrar e potencializar os programas de economia solidária e de aquisição de alimentos, estimulando também a economia circular na cidade e região.
- Ampliar feiras de rua e feiras orgânicas: Expandir o programa de feiras de rua semanais e das feiras orgânicas de pequenos produtores de assentamentos e agricultura familiar.

## DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

### 1. Enunciado

Estamos enfrentando uma grave crise econômica, que resultou em um aumento significativo do desemprego e em elevado risco de fome e insegurança alimentar para uma grande parte da população brasileira. A desestruturação das políticas públicas federais voltadas para a agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional e o Sistema Único de Saúde (SUS) evidenciou a importância desses serviços e das ações de solidariedade dos coletivos e movimentos sociais durante a pandemia.

É urgente o fortalecimento do estado democrático em todos os seus níveis e setores de atuação. Isso requer iniciativas para construir propostas de políticas públicas e medidas urgentes que incentivem a produção e comercialização de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos e promovam o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Ribeirão Preto deve apoiar efetivamente a produção diversificada de alimentos em seu território, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Isso garantirá a segurança alimentar e nutricional, reduzindo a dependência de alimentos externos, democratizando o acesso a alimentos saudáveis e gerando oportunidades de trabalho e renda para a agricultura familiar.

A agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária na cidade podem responder rapidamente ao desafio de abastecer a população com alimentos saudáveis a preços justos, pois são dedicados à produção diversificada. Além disso, a agricultura urbana tem potencial para promover a segurança alimentar e nutricional e a saúde, especialmente das famílias mais empobrecidas. É igualmente urgente implementar políticas que apoiem a conservação das fontes de água, biodiversidade e matas no município.

### 2. Diagnóstico

Ribeirão Preto é conhecida como a cidade do agronegócio, mas, segundo o último censo agropecuário de 2017, a cidade possui 180 estabelecimentos com cadastro na agricultura familiar e 414 famílias assentadas de reforma agrária. Apesar de não termos dados oficiais recentes, é sabido que muitos quintais produtivos existem na periferia da cidade. No entanto, não há iniciativas do poder público local para aumentar a capacidade produtiva dessas famílias ou ampliar a entrada de seus produtos nos mercados consumidores. O município ainda não aderiu ao programa federal do PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea, que compra alimentos da agricultura familiar e os destina à rede socioassistencial local.

### 3. Propostas

- Comprar produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: Estabelecer metas progressivas conforme o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo governo federal sejam usados para a compra desses produtos (com pelo menos 50% para produtos produzidos por mulheres). Implementar ações de educação alimentar e controle social pelo Conselho de Alimentação Escolar, com estruturação de cozinhas e apoio logístico da Prefeitura.
- Aderir ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Criar o programa no ambiente municipal, com prioridade para organizações associativas e cooperativas de agricultores familiares.
- Criar o Varejão da Reforma Agrária e implantar restaurantes populares: Estabelecer restaurantes populares nos bairros para atender a população de baixa renda, destinando 30% dos recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.
- Criar feiras da agricultura familiar e mercados de venda direta: Implementar feiras agroecológicas, pontos de venda e demais equipamentos públicos de abastecimento alimentar.

- Instituir o programa do vale-feira: Oferecer vale-feira para servidores públicos municipais e populações vulneráveis, utilizável nas feiras e mercados da agricultura familiar.
- Criar a cesta básica conforme a Política Nacional de Segurança Alimentar: Implementar uma cesta básica com inclusão de alimentos da agricultura familiar do município e cidades vizinhas, priorizando produtos agroecológicos.
- Desenvolver ações de melhoria das infraestruturas rurais e periurbanas: Melhorar estradas, eletrificação, telefonia, internet, coleta de resíduos, transporte público, abastecimento de água, tratamento de efluentes e proteção de nascentes, priorizando tecnologias sociais.
- Ampliar viveiros de mudas: Priorizar espécies de uso alimentar, medicinal e forrageiro, a serem disponibilizadas aos agricultores do município.
- Fomentar viveiros comunitários e educação ambiental: Desenvolver ações para constituir viveiros comunitários e promover a educação ambiental.
- Recomposição de nascentes e matas ciliares: Efetivar a política municipal de recomposição com sistemas agroflorestais.
- Criar o Programa Agricultura Urbana: Qualificar o uso de espaços urbanos para implantação de hortas que cultivem alimentos sem agrotóxicos, promovendo acesso a alimentos saudáveis, gerando renda e fomentando arranjos produtivos locais.
- Prever instrumentos urbanísticos para agricultura urbana: Promover a agricultura urbana e áreas especiais de Segurança Alimentar e Nutricional no Plano Diretor e nas leis de Zoneamento e Uso do Solo.
- Tornar efetiva a política de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Incentivar o uso de fitoterápicos e plantas medicinais produzidas nas unidades de saúde e pela agricultura familiar, difundindo essas opções em espaços públicos.
- Restringir o uso de transgênicos: Instituir mecanismos legais para limitar o uso de transgênicos nos programas públicos de abastecimento alimentar, como alimentação escolar, PAA e restaurantes populares.
- Implementar ações de educação alimentar e nutricional: Apoiar manifestações de defesa das culturas alimentares com equipamentos públicos que estimulem o consumo de alimentos in natura e minimamente processados.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 1. Enunciado

Vivemos em uma sociedade marcada pela dificuldade de acesso a direitos básicos e pela exclusão de amplos setores, refletindo uma administração pública que privilegia os já favorecidos. Ribeirão Preto é um exemplo dessa realidade, evidenciada pela realização precária de obras de infraestrutura e saneamento básico, na educação, saúde, mobilidade, habitação e na atenção às pessoas mais vulneráveis.

É imperativo inverter a lógica de “dar mais aos que já têm mais” e “nada aos que não têm nada” para uma lógica de inclusão, acolhimento, respeito e verdadeiro desenvolvimento social e econômico. Ribeirão Preto precisa de um governo municipal comprometido com os setores populares, explorados, marginalizados e discriminados. Mesmo diante das limitações estruturais do Estado, é essencial atuar para melhorar as condições de vida e promover o conhecimento e a consciência entre os setores menos favorecidos, incluindo prestadores de serviços autônomos, pequenos comerciantes e produtores (agrários, industriais e artesanais), formais e informais.

A Economia Solidária deve ser um ponto central para desvulnerabilização e inclusão, com foco na geração de renda e emprego, sustentabilidade econômica e ambiental e desenvolvimento social. Solidariedade, organização coletiva, cooperativa e autogestão são fundamentais e devem receber atenção e ações concretas da administração municipal, com a participação das pessoas e setores envolvidos.

Não se trata apenas de melhorar a condição de vida, mas de estabelecer dignidade, autoestima e autovalorização. A administração deve oferecer suporte efetivo nas áreas de assistência psicossocial, educação, capacitação técnica e profissional, gestão colaborativa, orientação técnica e fomento econômico-financeiro.

Incluir ações de incentivo e apoio à formação de cooperativas e associações de pequenos comerciantes, prestadores de serviços, coletores de resíduos sólidos recicláveis, artesãos e pequenos industriais é crucial. Também é fundamental o diálogo e suporte para o desenvolvimento de organizações cooperativas existentes, especialmente na coleta de resíduos e agricultura, para elevar a produção e gerar matérias-primas e produtos finais.

A formação de uma mentalidade cooperativa e colaborativa deve ser trabalhada no processo educacional, envolvendo escolas e comunidades. A escola deve ser um espaço de conhecimento, sociabilização e inclusão, com práticas como hortas comunitárias e reuso de resíduos. Além disso, atenção especial deve ser dada aos moradores em situação de rua, com suporte à formação e sociabilização.

É necessário também apoiar a comercialização dos produtos populares, disponibilizando espaços adequados e realizando campanhas de conscientização, além de estabelecer bases legais para compras públicas de produções de cooperativas populares.

### 2. Diagnóstico

Ribeirão Preto conta com mais de 40 empreendimentos, grupos e movimentos na economia solidária, abrangendo setores como cultura, artesanato, reciclagem, alimentação, agricultura familiar, habitação e serviços diversos. O Fórum Municipal de Economia Solidária e a Co-Labora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Sociais e Solidários (ITES/USP) realizaram encontros para retomar as pautas sobre o tema.

O Fórum de Economia Solidária, constituído por mandato coletivo do PSol e organizações comprometidas, buscou integrar a Economia Solidária de forma suprapartidária e plural, com princípios de valorização do ser humano, justiça social, direito ao trabalho decente, comércio justo e solidário, controle do processo produtivo pelos trabalhadores, autogestão, igualdade e desenvolvimento local sustentável.

Apesar da aprovação da Lei 1341/2016, que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e cria o Programa Municipal de Economia Solidária, a lei nunca foi regulamentada e implementada pelo Executivo.

### 3. Propostas

- Apoiar a criação e fortalecimento de cooperativas e associações: Incentivar o trabalho coletivo autogestionário.
- Criar Centros Públicos de Economia Solidária: Estabelecer estruturas adequadas para comercialização, reuniões, assessorias e formação, com acesso gratuito à internet e computadores, descentralizados nos territórios e regiões da cidade. Estabelecer incubadoras públicas municipais de Economia Solidária em parceria com universidades e institutos.
- Instalar cozinhas comunitárias e centros de beneficiamento autogeridos: Trabalhar com produtos agroindustriais provenientes de empreendimentos econômicos solidários.
- Apoiar cooperativas de reciclagem: Fornecer equipes técnicas e estrutura adequada para dar suporte a catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.
- Fomentar o cooperativismo de plataforma: Criar e divulgar aplicativos e sites para ofertar produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários.
- Propor legislação para compra de insumos e fomento à produção agroecológica: Apoiar coletivos de compras conjuntas e criar legislação pertinente.
- Empregar o poder de compra do município: Fomentar produtores locais, especialmente aqueles que integram redes de Economia Solidária.
- Ceder espaços para eventos da Economia Solidária: Realizar festivais e feiras que abriguem quiosques, lojas, quitandas e cozinhas.
- Priorizar empreendimentos de Economia Solidária: Na escolha de fornecedores para eventos da Prefeitura.
- Instituir o Plano Municipal de Economia Solidária: Criar instrumentos e o Fundo Municipal de Economia Solidária.
- Criar o Conselho Municipal e mecanismos de democratização: Estabelecer um Conselho com ampla participação social e fóruns setoriais.
- Criar selo de identificação visual: Identificar empreendimentos, produtos e serviços da Economia Solidária para empresas e instituições parceiras.
- Promover cursos em Economia Solidária: Convênios com instituições de ensino para incluir associativismo e cooperativismo nos currículos de cursos profissionalizantes e na educação de jovens e adultos.

## TURISMO

### 1. Enunciado

O turismo desempenha um papel fundamental no fortalecimento da identidade cultural e no sentimento de pertencimento dos cidadãos. Ao valorizar e promover a cultura local, as tradições e a história, o turismo contribui para o orgulho cívico e a coesão social. Ele também atrai visitantes em busca de experiências autênticas e enriquecedoras, ao mesmo tempo em que fortalece os laços da própria comunidade. Além de ser uma alternativa de lazer e entretenimento, o turismo impulsiona a economia e gera empregos em áreas como hotelaria, gastronomia, agências de viagens, entre outras, incentivando os cidadãos a explorar e valorizar sua cidade.

### 2. Diagnóstico

Embora o turismo tenha potencial significativo, Ribeirão Preto ainda não o explora plenamente. A cidade enfrenta problemas como infraestrutura inadequada e manutenção deficiente de seus pontos turísticos. O Theatro Pedro II, um importante patrimônio arquitetônico, não oferece visitas regulares e sua gestão é elitizada. Museus como o MARR, do Café, o Histórico e a Casa da Memória Italiana são pouco divulgados e têm horários restritos.

Os parques municipais, como o Bosque-Zoológico Fábio Barreto, estão em condições precárias, com problemas de conservação e cuidados com os animais. Praças como a Praça Schmidt estão sem iluminação e mal cuidadas, apesar do potencial para se tornarem símbolos de orgulho local.

Espaços como o antigo Parque Permanente de Exposições e a Cava do Bosque perderam relevância, e a falta de infraestrutura de mobilidade, sinalização confusa e estacionamentos limitados dificultam o acesso aos pontos turísticos. Os clubes de lazer, como o Splash Beach Park, fecharam, enquanto parques aquáticos em cidades vizinhas prosperam. Além disso, o Aeroporto Internacional permanece como uma promessa não cumprida.

### 3. Propostas

- Instituir um aparato de gestão e política municipal de apoio ao Turismo: Desenvolver uma política integrada de turismo nas modalidades Cultura, Negócios, Saúde e Eventos, com debate amplo com a sociedade e setores interessados. Integrar com Educação, Cultura e Esportes para promover a cidade e gerar emprego e renda.
- Melhorar a infraestrutura de apoio ao Turismo: Investir na melhoria do Parque Permanente de Exposições, Aeroporto e Estação Rodoviária. Capacitar e qualificar pessoal com parcerias público-privadas.
- Restaurar a agenda municipal de atividades culturais: Integrar o calendário de ações culturais da Prefeitura e da sociedade, promovendo celebrações tradicionais e eventos étnico-religiosos.
- Fomentar festivais artísticos e culturais: Apoiar eventos como Tanabata, Festa Italiana, Encontro Nacional de Folias de Reis, Caminhada do Calvário, Romaria de Nossa Senhora Aparecida, Presépio Vivo, entre outros.
- Estabelecer circuitos turísticos permanentes: Criar roteiros focados em tradições e setores locais, como o cervejeiro artesanal, o sucroalcooleiro e o cafeeiro.
- Reinstaurar programas de visitas a museus e atrações locais: Promover visitas a museus, centros culturais e parques, em cooperação com centros turísticos da região metropolitana.
- Incentivar o ecoturismo, turismo rural e esportivo: Criar agendas permanentes para campeonatos e maratonas regionais e estaduais.

- Criar um programa de preservação e recuperação do patrimônio: Estabelecer um programa permanente para o patrimônio material e imaterial e promover a educação museológica.
- Apoiar a instalação de áreas de alimentação e atrações significativas: Equipar os parques municipais com áreas de alimentação adequadas, atrações, aluguel de bicicletas e acesso à internet.
- Retomar o programa de Turismo Receptivo: Promover passeios monitorados por guias treinados pelos principais pontos culturais e turísticos da cidade para moradores e visitantes.
- Investir em transporte público e acessibilidade: Melhorar o transporte público, criar ciclovias e garantir acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.
- Reforçar a segurança e bem-estar dos visitantes: Qualificar o policiamento comunitário, implementar tecnologias de vigilância e garantir a percepção de um destino seguro e acolhedor.
- Promover estudos para o Trem Turístico: Buscar viabilizar a implantação do Trem Turístico no trajeto Barracão-Estação Ferroviária.

**EIXO 03**

**Direitos Individuais e Sociais**



## Direitos Individuais e Sociais

Os direitos individuais e sociais são garantidos pela Constituição, que assegura a igualdade perante a lei e o direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Também assegura direitos sociais essenciais, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Cabe ao Estado, em suas esferas federal, estadual e municipal, implementar programas e ações para garantir esses direitos. No entanto, em Ribeirão Preto, a situação das estruturas físicas da Assistência está em condições lamentáveis, com equipes reduzidas, falta de materiais e programas, aprofundando o desamparo entre os mais vulneráveis. A Saúde é a área mais criticada pela população, devido a problemas de planejamento, baixos investimentos e terceirização de serviços, que resultaram na precarização do atendimento e na limitação da Saúde da Família.

Na Educação, o índice de efetividade caiu abaixo da média estadual e a Prefeitura não utilizou o mínimo obrigatório de 25% do orçamento durante a pandemia. A Cultura, Esportes e Lazer enfrentam uma situação dramática, com museus fechados e falta de opções nos bairros. A garantia dos direitos individuais, especialmente para crianças e idosos, é uma batalha diária, agravada pela ausência de políticas para combater o racismo e outras formas de preconceito.

Nosso compromisso é priorizar as pessoas pobres e vulneráveis no orçamento da cidade. As propostas a seguir representam nosso compromisso em tornar Ribeirão Preto uma cidade mais saudável, educadora e boa para se viver.

# SAÚDE

## 1. Enunciado

Cuidar da saúde das pessoas exige uma compreensão ampla e complexa do conceito de saúde, que varia conforme determinantes sociais, econômicos, culturais e étnico-raciais. A saúde deve ser abordada como uma questão coletiva, conforme o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que afirma que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais essenciais, além da segurança em casos de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou perda dos meios de subsistência.

Portanto, os serviços de saúde nos municípios devem garantir saúde como um direito humano e constitucional, com recursos adequados para o Sistema Único de Saúde (SUS), respeitando a integralidade e as especificidades de gênero, classe social, raça, etnia, religião e trabalho. Ribeirão Preto, apesar de ser uma cidade rica e um importante centro médico, enfrenta sérios problemas de saúde, sendo a saúde a principal queixa da população, com aproximadamente 70% dos entrevistados apontando-a como o maior problema do município.

A Política Nacional da Saúde Integral da População Negra, elaborada em 2006, visa eliminar iniquidades e reduzir agravos nas altas taxas de morbidade e natalidade da população negra.

## 2. Diagnóstico

A qualidade dos atendimentos em saúde é amplamente criticada, com dificuldades para agendamento de consultas, retornos e exames. A má gestão, o planejamento precário e a terceirização dos serviços contribuem para esses problemas.

Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde o agendamento é feito através de um aplicativo, as vagas são abertas de forma aleatória e preenchidas rapidamente, dificultando o acesso para pessoas mais idosas e vulneráveis.

Os retornos são distantes e a falta de padronização no atendimento integral resulta em agravo das condições de saúde e aumento da demanda nas UPAs. A falta de acolhimento nas UBS e a ausência de profissionais adequados agravam a situação, com a maioria dos atendimentos sendo direcionada às UPAs, sobrecarregando essas unidades.

A falta de profissionais, a demora na realização de exames e a escassez de medicamentos para doenças comuns são problemas graves. A Saúde Mental também enfrenta desafios, com falta de profissionais qualificados, alta rotatividade e deficiências na triagem de pacientes em crise psiquiátrica. A estrutura e organização dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) não atendem plenamente às necessidades dos pacientes.

As UPAs, geridas por organizações sociais, enfrentam problemas como alta rotatividade de médicos, falta de equipamentos essenciais e demora no atendimento. A quantidade insuficiente de ambulâncias e bases físicas do SAMU também contribui para a lentidão no atendimento de urgências. A falta de leitos e macas nos hospitais resulta em longas esperas para a liberação de ambulâncias.

A saúde mental, representando quase 8% da demanda por atendimento, é subfinanciada, apesar de sua relevância crescente. O impacto econômico e social da falta de investimento na saúde mental é significativo, com a expectativa de aumento dos custos e problemas associados à saúde mental globalmente.

A Rede de Saúde Mental em Ribeirão Preto é organizada em serviços comunitários e ambulatoriais especializados, mas enfrenta desafios significativos na gestão e oferta de cuidados especializados.

### Unidades da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na rede municipal

1. CAPS II “Prof. Dr. Claudio Roberto Carvalho Rodrigues” – Rua Prudente de Moraes nº 475
2. CAPS II “Dr. Guido Hetem” – Av. Meira Júnior nº 600
3. CAPS II “Dr. Nelson Okano” – Rua João Penteado nº 504
4. CAPS II AD “Ribeirão Preto” – Rua Parã nº 1310
5. CAPS III “Dr. André Santiago” – Rua Parã nº 1280 Vinculado: Serviço Residencial Terapêutico de Ribeirão Preto
6. CAPS Infantil “Luiz Carlos de Souza” – Av. Presidente Vargas nº 997 Vinculado: Unidade de Acolhimento Infantil
7. CAPS III AD “Dr. Flávio Forte D’Andrea” – Av. Jerônimo Gonçalves nº 466
8. Hospitais na rede estadual
9. Hospital Santa Tereza de Ribeirão Preto – 111 leitos
10. CAIS – Santa Rita – 40 leitos
11. Hospital Estadual de Serrana – 10 leitos
12. Hospital das Clínicas Campus – 20 leitos
13. Hospital das Clínicas – Unidade de Emergência – 10 leitos

É notória a dificuldade para tratar o paciente portador de transtorno mental no município, seja adulto ou pediátrico, a começar pela inconsistência de dados. Em geral, aparece que a demanda é sempre menor que a incidência cientificamente projetada para um município de 700 mil habitantes, em clara demonstração de demanda reprimida.

A começar pela precária e limitada presença dos CAPs, que apresentam uma demora e uma lotação incompatíveis com as peculiaridades do paciente da saúde mental. Das 400 mil consultas ambulatoriais realizadas anualmente pela Secretaria Municipal de Saúde, a rede de atendimento em saúde mental fica longe das 32 mil consultas e atendimentos psiquiátricos previstos (7,8% do total) para o município. O atendimento anual equivale a somente 15% do projetado e necessário. Para os casos de demanda para internação, a situação é considerada gravíssima, pois há uma espera de 200 pacientes, sendo que os centros de internação mais disponíveis contam com entre 7 e 10 leitos, o que está longe de socorrer a comunidade dos riscos inerentes ao psicótico violento ou ao drogadito desassistido.

### 3. Propostas

- Assegurar o acesso da população às ações e aos serviços de saúde com agilidade, qualidade e resolutividade em todas as situações, reconhecendo ser a saúde um direito de todas as pessoas, independentemente de idade, gênero, classe social, raça, etnia ou religião.
- Criar mecanismos que tornem possível atendimentos na rede de saúde mais “humanizados”.
- Reverter a terceirização na saúde pública e valorizar e garantir que seus trabalhadores sejam contratados por concurso e tenham plano de carreira, salários, jornadas e ambiente de trabalho dignos, saudáveis e seguros, com qualificação e treinamentos de acordo com suas responsabilidades, destinando o orçamento público exclusivamente para o serviço de saúde.
- Fortalecer e assegurar a participação popular e democrática e o controle social da rede de saúde através de conferências e conselhos municipais para deliberar sobre políticas de saúde, planejamento, transparência e defesa do SUS.
- Reorganizar as unidades de saúde com um plano de facilitação do acesso às unidades de saúde com base na densidade demográfica, estudando a eventual necessidade de mudança de localização dos espaços e construção de novas unidades (todas as unidades devem ter farmácia, coleta de exames e ampliação da Saúde da Família).
- Aprimorar o sistema de acolhimento e triagem, a serem realizados diariamente, de acordo com a demanda, e não apenas em horários pré-fixados, em apenas alguns dias da semana, como acontece atualmente.

- Aprimorar a articulação com universidades públicas e privadas (USP, Unaerp, Barão de Mauá e Estácio), uma vez que há a regionalização dos distritos de saúde em parceria com essas instituições, o que pode levar a outros projetos de extensão com envolvimento dos alunos.
- Monitorar e auditar atendimentos e serviços prestados pelo Hospital Santa Lydia, Santa Casa, Beneficência Portuguesa, clínicas de radiologia e laboratórios de análises clínicas.
- Garantir o atendimento integral em todas as unidades de saúde e ampliar o Programa de Saúde da Família, como estratégias para assegurar uma saúde pública de qualidade e resolutive (ou seja, toda pessoa que buscar uma unidade será acolhida e triada e terá seu problema resolvido, seja com atendimento imediato, agendamento ou encaminhamento); os médicos devem ter, com menos pacientes agendados, o tempo necessário para prestar bons atendimentos e atender aqueles que procuram as unidades espontaneamente.
- Reforçar a estratégia de Saúde da Família, ampliando as equipes multidisciplinares e o número de profissionais via Programa Mais Médicos, do governo federal, e reorganizar os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, delimitando 3.500 habitantes por área, para assegurar maior atenção preventiva e primária nos bairros.
- Elaborar um plano imediato para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, tais como pessoas em situação de rua, assentamentos, comunidades e pessoas privadas de liberdade.
- Assegurar a integralidade da assistência à saúde bucal para a população, em articulação com programas como o Brasil Sorridente, do Governo Federal, e o Saúde na Escola, com um modelo de restauração não traumática.
- Enfrentar as doenças crônicas não transmissíveis, com prioridade para o câncer e as enfermidades cardiovasculares, com medidas preventivas e diagnósticos precoces.
- Orientar as políticas de prevenção e controle do uso abusivo de álcool e outras drogas, fortalecendo a rede de atenção psicossocial com base no cuidado, liberdade e respeito aos direitos humanos.
- Priorizar investimentos em serviços comunitários de saúde mental, com foco em prevenção e promoção, e em serviços hospitalares em hospitais gerais, segundo princípios da Reforma Psiquiátrica.
- Constituir equipe multiprofissional para atuar com prevenção, assistência médica, social, moradia e emprego, construção de uma Unidade de Acolhimento Adulto e implantação de mais um CAPS III.
- Capacitar profissionais de saúde para o acolhimento de pacientes em crise psiquiátrica.
- Estabelecer conexões entre os profissionais de saúde para ampliar a atenção à saúde mental, com práticas de atendimentos e encaminhamentos antes do agravamento da • Investir em programas para incluir as pessoas com problemas mentais em todos os aspectos da sociedade para superar estigmas e discriminação.
- Fomentar a desinstitucionalização e habilitar os CAPs e as residências terapêuticas para obterem o custeio de recursos federais para a saúde mental.
- Criar 10 novos leitos para casos agudos de saúde mental para internações breves para evitar a cronificação e ampliar a rede de residências terapêuticas para aumentar a desinstitucionalização e promover a ressocialização.
- Fortalecer a saúde mental e promover o tratamento do uso abusivo do álcool, do crack e de outras drogas
- Fortalecer a Rede de Urgência, reforçando o SAMU e qualificando as UPAs.

- Reestruturar a Rede de Atenção Hospitalar do SUS, ampliando leitos em regiões de maior carência e integrando os hospitais universitários, filantrópicos e privados em redes de atenção, com fortalecimento dos instrumentos de contratação e regulação pública dos serviços.
- Assegurar atendimento ágil do SAMU, com equipes treinadas e viaturas adequadas e suficientes, com atendimentos em até 15 minutos em qualquer ponto da cidade, tendo em vista que o atraso em atendimentos de urgência ou emergência implica em agravamento à saúde e aumento de sequelas e óbitos.
- Implementar na rede de urgência linhas de cuidado para atenção integral às vítimas de AVC, Infarto Agudo do Miocárdio e Trauma.
- Recriar o abrigo para pessoas com tuberculose vivendo em situação de vulnerabilidade.
- Incrementar as ações de proteção e promoção da saúde e prevenção de doenças, fortalecendo as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, alimentação e nutrição.
- Promover campanhas e ações de mobilização para elevar a cobertura da vacinação a 95% do município, com estratégias para combater as fake news e o movimento antivacina e esclarecer a população.
- Promover campanhas e programas de educação em saúde sobre temas como a valorização da vida para reduzir a mortalidade por suicídio, cuidados com os dentes, combate ao tabagismo, à drogadição e ao etilismo, por um estilo de vida saudável e educação sexual para reduzir ISTs e gravidez na adolescência e abuso sexual.
- Criar espaços apropriados para a prática de atividades físicas, com a presença de profissionais habilitados e apoiar programas para diversas faixas etárias nos bairros.
- Criar programas de formação para apoiar profissionais da saúde a encaminhar crianças e adolescentes neurodivergentes (com autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade/TDAH) ou com dificuldades de aprendizado como a dislexia para os serviços de apoio.
- Nortear as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças com o resgate de políticas públicas que atuem sobre os principais fatores de risco e estimulem a alimentação saudável, atividade física e controle do diabetes, hipertensão arterial, tabagismo e uso nocivo de agrotóxicos.
- Orientar as políticas de prevenção e controle do uso abusivo de álcool e outras drogas, fortalecendo a rede de atenção psicossocial com base no cuidado, liberdade e respeito aos direitos humanos.
- Criar um programa de controle do mosquito *Aedes aegypti* com campanhas de educação junto à população e nas escolas, ampliando o número de agentes de combate para reduzir drasticamente os índices de infestação dos vetores que transmitem endemias.
- Promover ações intersetoriais para enfrentar as diferentes formas de violência, os acidentes de trânsito e trabalho, a poluição e degradação do meio ambiente, a fome, a obesidade e o sedentarismo, entre outros males, e as comorbidades.
- Proteger a saúde dos trabalhadores para regular, investigar, monitorar e fiscalizar a saúde humana e ambiental, com reconhecimento das dinâmicas dos territórios e vigilância participativa.
- Realizar estudos, em parceria com universidades e institutos de pesquisa, para fornecer os elementos necessários para a elaboração de um plano de segurança alimentar e nutricional.
- Fortalecer a política de assistência farmacêutica com a ampliação da distribuição gratuita de medicamentos em conjunto com o programa federal Farmácia Popular.

- Criar uma efetiva Política Municipal da Saúde Integral da População Negra, que inclua o tema étnico-racial na formação dos trabalhadores da área e com a participação da população negra no controle social.
- Investir na melhoria das condições de segurança para usuários e funcionários nas unidades de saúde pública do município.
- Implantar programas de melhoria da qualidade dos atendimentos de saúde integral, desenvolvidos junto com os profissionais da saúde e a população, com monitoramento e controle da qualidade social.
- Garantir acesso à Rede de Atenção Especializada, implantando no âmbito do município programas federais como o “Mais Acesso a Especialistas” para superar gargalos e filas para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivas.
- Ampliar as equipes das UPAs com a contratação de profissionais de saúde; e no caso das UBSs e especialidades, ampliar o horário das equipes, permitindo mais plantões, com triagens da equipe de enfermagem.
- Informatizar a rede com uso de Telessaúde, integrando-a à atenção básica e a outros serviços do SUS, com implantação de sistema inteligente de agendamento de consultas e exames e monitoramento do histórico da saúde dos pacientes na rede.
- Tornar mais transparente a fila de espera para exames e consultas de especialidades com o objetivo de garantir que todos sejam atendidos de acordo com a sequência de encaminhamentos e prioridades médicas.
- Publicizar a listagem de remédios disponíveis em cada unidade para que os usuários possam se dirigir diretamente aos locais que tenham todos os medicamentos que usam, garantindo, assim, sua universalização.
- Implementar nas UPAs e nos sites da administração painel que mostra a quantidade de atendimentos para cada especialidade para que os usuários possam escolher a unidade mais adequada e garantir melhor distribuição do fluxo.

## EDUCAÇÃO

Composto por militantes da área da Educação dos diferentes partidos que compõem a Frente Popular articulada para disputar as eleições de 2024 para a prefeitura de Ribeirão Preto, envolvidos(as) em projetos e ações que buscam construir uma educação democrática, de qualidade e integradora, o Grupo Temático (GT) Educação apresenta, neste documento, suas contribuições para o Programa de Governo Participativo.

Elas são frutos dos acúmulos de debates realizados durante vários anos, nas respectivas instâncias, nos processos eleitorais e nas práticas em prefeituras, estados e na Presidência da República no que diz respeito às políticas públicas educacionais.

A educação é a responsável pelo complexo processo de perpetuação de gerações e transformações individuais e coletivas. Nesse movimento, o conhecimento vai se construindo e se reconstruindo. Nesse sentido, reivindicar o direito à Educação é a garantia de participação social emancipada e consciente na vida em sociedade.

Direito este que só pode ser promovido quando a escola reconhece o valor da pessoa humana, da vida, do outro, da construção histórica, dos coletivos e das minorias, o que cria condições para o desenvolvimento pleno numa concepção de educação integradora, que já era proposta na década de 1930 no Manifesto dos Pioneiros de 1932:

“A escola antiga, presumida da importância do seu papel e fechada no seu exclusivismo acanhado e estéril, sem o indispensável complemento e concurso de todas as outras instituições sociais, se sucederá a escola moderna aparelhada de todos os recursos para atender e fecundar a sua ação na solidariedade como meio social, em que, então, e só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas.”

A partir dessa concepção de educação humanizadora e, sobretudo, socializadora, apontamos, neste documento, os principais desafios e ideias para a construção do programa de governo para a área em Ribeirão Preto.

### **Temos como princípios:**

- Valorização dos profissionais da Educação
- Educação como direito
- Lei do antirracismo: (10.639 e 11.545)
- Valorização da escola pública
- Atendimento educacional especializado

### **Temos as seguintes ideias-força:**

- Uma cidade educadora
- Educação integral de qualidade
- Educação inclusiva
- Gestão democrática
- Superação das desigualdades

A Educação deve garantir acesso, permanência, aprendizagem e conclusão na idade certa para todos os alunos, dos bebês aos adultos, pautando-se nos princípios contidos no Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação, que consagram uma educação democrática, inclusiva, crítica, intersetorial, emancipadora e de qualidade social, centrada na valorização do ser humano, na cidadania e na qualificação para o trabalho.

Assim, é fundamental a democratização do sistema educacional para construir um currículo que contemple as ciências, as artes e a filosofia, considerar a experiência social e cultural dos estudantes; elevar a escolaridade com formação profissional; instituir canais para pactuação federativa entre União, Estado e Municípios; e garantir um padrão mínimo de qualidade de ensino e o custo aluno qualidade, todos previstos no artigo 211 da Constituição.

É papel da Educação humanizadora, integral e inclusiva promover o direito ao conhecimento socialmente referenciado, a defesa e a promoção da vida e o combate à desigualdade e a todas as formas de injustiça e discriminação. Por isso, ela é um direito humano fundamental e um meio de acesso à cultura, às ciências, às artes, à filosofia e à tecnologia, devendo voltar-se ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

Por essa razão, é fundamental que se tenha políticas públicas que garantam uma Educação pública inclusiva de qualidade e democrática, para todo mundo, contribuindo, desta forma, para o exercício da liberdade, da cidadania, para o fortalecimento de relações sociais respeitadas e para a prática dos valores humanos.

A Educação integral deve permitir que políticas voltadas à garantia do direito ao desenvolvimento e à aprendizagem tomem contornos mais complexos e profundos, superando a compreensão da escola como lugar de reprodução de conteúdos comuns. A Educação integral deve garantir, ainda, que as escolas se tornem, a um só tempo, espaços de investigação sobre o conhecimento da arte, dos vários campos da ciência, da tecnologia, da filosofia, da educação física e sobre as experiências e expressões culturais dos educandos e dos diferentes setores das comunidades nos territórios.

Para reconstruirmos uma Educação pública de melhor qualidade e fazer a aprendizagem avançar, é necessário, junto com a Educação Integral, criar as condições para que os alunos desenvolvam competências digitais para o século 21 e segurança alimentar. Como também é necessário o município pensar, a partir de uma visão sistêmica e holística, em regime de colaboração, a Educação como um todo que é oferecida à população, que inclui a rede pública estadual e a rede privada e/ou comunitária de ensino.

É fundamental, ainda, valorizar os profissionais da área. Sem profissionais qualificados, cuja formação seja objeto constante de investimentos, não se constrói um projeto humanizador de Educação. A Educação de qualidade passa pelas mãos de profissionais satisfeitos, saudáveis, socialmente reconhecidos e profissionalmente bem remunerados, cujos direitos sejam respeitados e preservados. Isso envolve também trabalhadores da Educação como quadros de apoio, vigilância e auxiliares técnicos de Educação, cujos papéis dentro das unidades escolares também são pedagógicos.

Para democratizar o acesso, o desafio na expansão de matrículas deve ser planejado em conjunto com uma política de construção de novas unidades educacionais, reformas e manutenções, assegurando a acessibilidade para todas as educandas e educandos, e proteção social aos bebês, crianças pequenas, adolescentes, jovens e adultos.

Em um contexto de desemprego, é necessária uma forte ação de ampliação do atendimento da Educação de Jovens e Adultos, a partir de um processo de busca ativa. Tal ampliação deve estar articulada com a formação profissional, assegurando fundamentos científicos, técnicos e tecnológicos, conhecimento sobre o mundo do trabalho e direitos de cidadania.

Por trás das novas tecnologias, há pessoas bem formadas, que produzem ciência, conhecimento e inovação. Diante delas, há consumidores e usuários, que precisam compreender não apenas como operar máquinas e aplicativos, mas em que contexto suas atividades se inserem, como a sociedade funciona e como nós, enquanto indivíduos, respondemos às transformações em nosso modo de vida.

Em nosso programa de governo, reafirmamos o compromisso com uma concepção de Educação pública com gestão pública gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social, que tem como diretrizes a democratização da gestão; a qualidade social, a inclusão e a equidade; a valorização dos profissionais da Educação; e a democratização do acesso, permanência, aprendizagem e conclusão na idade certa.

Educação Inclusiva – Vale destacar que a política de Educação especial, na perspectiva de uma educação inclusiva, deve ter como referência um sistema educacional que se contrapõe ao atual, que utiliza diagnósticos e laudos médicos como definidores de ações pedagógicas diferenciadas, e que considera os direitos de todo mundo como cidadãos. Para tanto, ressalta-se a necessidade de que o trabalho considere a importância da formação inicial e continuada dos educadores, que deve ser voltada para o respeito ao educando.

Somado a isso, ressalta-se a importância de salas de recursos multifuncionais equipadas, adequação arquitetônica universal das unidades escolares, a oferta de serviços especializados sempre que necessário, a disponibilização de recursos pedagógicos apropriados e, ainda, o trabalho coletivo e colaborativo entre escola, família e os diferentes serviços públicos ou conveniados que são disponibilizados aos alunos.

O atendimento a esse público é estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, prevista no Decreto Federal nº 6.949/08, na Lei Federal nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e na Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assim como nas Notas Técnicas do MEC e os pareceres do Conselho Nacional de Educação.

A legislação estabelece que a Educação Especial seja ofertada ao público-alvo em todos os níveis e modalidades de ensino por meio de atendimento na própria escola, em salas de atendimento multifuncional, em centros especializados e nas entidades parceiras.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser ofertado de modo colaborativo, na forma complementar e/ou suplementar à escolarização, por intermédio de ação articulada entre o professor regente da turma e o professor do AEE, a fim de contribuir, efetivamente, com a aprendizagem dos alunos, considerando suas especificidades, ritmos e potencialidades, de maneira a implementar uma educação de qualidade a todos os educandos.

Para o sucesso das ações a serem implementadas, é imprescindível que o professor do AEE elabore um plano educacional individualizado, com a participação da família e demais profissionais que realizam o atendimento do aluno. De tal maneira, a flexibilização curricular, a construção de saberes coletivos e a elaboração dos processos avaliativos na perspectiva inclusiva permitirão alcançar as metas de aprendizagem definidas para os alunos.

### 3. Diagnóstico

Em seus oito anos de governo, o atual prefeito implementou, desde o início, em 2017, as políticas neoliberais de seu partido, o PSDB, também influenciado pela conjuntura nacional e estadual de austeridade e desinvestimentos nas áreas sociais.

Este diagnóstico inclui um acúmulo de discussões, debates, reivindicações e demandas de comunidades escolares, profissionais de ensino, professores, cozinheiras e funcionários de escolas, por meio de reuniões públicas, audiências públicas, diálogos, data base, visitas às escolas municipais, lives, reuniões da Comissão Permanente de Educação, atos, manifestações, greves e de entidades ao longo desse período, principalmente de 2021 a 2024, em especial pelos participantes do mandato do Coletivo Popular Judeti Zilli, do PT, que atua fortemente no tema Educação.

Ribeirão Preto foi o único município, nesse período, entre as 645 cidades do Estado de São Paulo, a não ter seu Plano Municipal da Educação, o que levou à absoluta falta de planejamento na área, à ausência de foco, a um déficit de políticas públicas e, pior, à perda de recursos.

Somente em março de 2024, no último dos oito anos do prefeito, o Plano Municipal de Educação foi, finalmente, votado e aprovado, a toque de caixa. Por isso, trata-se de algo genérico, extremamente vago e totalmente desfigurado em relação à sua versão original, de 2015, construída de forma democrática pela sociedade e seus representantes.

Também por isso, já nasceu inócuo e completamente inexecutável, uma vez que o período decenal previsto, originalmente, para sua execução (2015/2024) já se encerra em dezembro de 2024. Ou seja, exatos nove meses após sua tardia criação, em vez do período de dez anos para a execução das ações, conforme previsto inicialmente.

Em outras palavras, o governo Nogueira teve a posse do Plano sem executá-lo durante sete longos anos. Some-se a isso o fato de que, nesse período, houve o desmonte do Conselho Municipal de Educação, que se tornou um mero apêndice do Executivo.

Em 2018, a Secretaria Municipal da Educação e a Prefeitura deixaram centenas de alunos do Ensino Fundamental I e II sem professores, não cumprindo, portanto, a carga horária anual de 800 horas mínimas, prevista na LDB 9.394/96. Esta situação foi denunciada ao Ministério Público e ao Conselho Municipal da Educação, e foi aberto inquérito. Alunos eram dispensados para suas residências, permaneciam ociosos no pátio ou eram levados para assistir a filmes nas escolas, sem conexão com o projeto pedagógico.

Em 2019, parcela considerável dos alunos permaneceu com aulas vagas durante todo o ano letivo, e se repetiu o déficit de professores, em relação ao ano anterior. Também em 2019, a Prefeitura extinguiu a função de Professor de Apoio, desempenhada por professores emergenciais, e substituiu por funcionários terceirizados com funções externas à sala de aula. Ainda nesse ano, o prefeito fez a reforma da previdência municipal no Instituto dos Previdenciários Municipais (IPM), tal qual ocorreu no Congresso e no Executivo, durante o governo Temer (MDB). Com isso, foi ampliado o tempo de contribuição do servidor municipal, com a redução do valor da aposentadoria.

Também em 2019, o prefeito aprofundou as políticas de privatização na rede municipal de ensino, ao transferir para organizações do terceiro setor responsabilidades e o gerenciamento das novas escolas públicas de Educação Infantil. A contratação de funcionários, professores, coordenadores pedagógicos e até do gestor passou a ser administrada pelas organizações sociais comunitárias.

Pela nova lógica, o município constrói e equipa os novos prédios escolares e, então, os entrega para uma gestão privada, remunerada pelos serviços prestados com recursos do orçamento da Educação. A OSC tem como referência um valor fixo por aluno matriculado. Como as planilhas de custos são elaboradas pelas próprias entidades, esses valores variam muito entre as diferentes organizações.

Os problemas não tardaram a surgir. Em 2022 e 2023, por exemplo, houve atrasos e mesmo falta de pagamento de direitos como férias, décimo terceiro e até os salários de trabalhadores terceirizados de empresas que prestavam serviços na área à Prefeitura, tais como os encarregados de portaria e do setor administrativo.

Dezenas de trabalhadores tiveram, nessa época, dificuldades financeiras para se alimentar, se locomover e pagar contas básicas como aluguel, financiamento imobiliário, combustível, telefone, água e energia elétrica de casa. Houve atos, manifestações e reuniões com a Prefeitura, a Secretaria e o Ministério do Trabalho.

O legado das terceirizações junto aos trabalhadores mais vulneráveis tem sido bastante nocivo e tem contribuído para aprofundar a perda de direitos trabalhistas. Nosso programa de governo tem o compromisso de fortalecer os serviços públicos e as condições mínimas de trabalho na área, por meio do plano de carreira e concurso.

### **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)**

2014 – Índice A

2015 – Índice B +

2016 – Índice B +

2017 – Índice B +

2018 – Índice B

2019 – Índice C

2020 – Índice C +

2021 – Índice C

---

Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE)

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), criado pelo Tribunal de Contas do Estado em 2014, mostra, de forma cabal, uma queda brutal nas notas obtidas pela Prefeitura durante a gestão Nogueira em comparação com sua antecessora.

Enquanto nos três últimos anos da gestão Darcy Vera, até 2016, os índices eram altos (A em 2014, o que corresponde a uma alta efetividade, com ao menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com A), em 2018, segundo ano de Nogueira e o primeiro com orçamento definido por ele próprio, teve início uma notória queda nos indicadores.

Estes despencaram de B+ (muita efetividade, entre 75% e 89% da nota máxima) em 2017, para a nota C em 2019 e 2021 (baixo nível de adequação, menor ou igual a 49% da nota máxima) e C+ em 2020.

Apesar das notas baixas e das recomendações do Tribunal de Contas, só em meados de 2023 é que a Câmara votou e aprovou as contas da Prefeitura de 2020, ano em que o TCE apontou o desempenho ruim e inúmeras falhas, demonstrando que a administração carecia de uma boa gestão – sendo, portanto, considerada ineficiente pela pontuação no IEG-M. Foi um alerta recorrente nas contas municipais desde 2017.

No caso, o relatório apontava que não houve entrega do material didático aos alunos das creches e das pré-escolas municipais, além do descumprimento da meta anual do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. No último levantamento, Ribeirão Preto ficou abaixo da média do Estado de São Paulo e foi considerada uma das piores do país (ver abaixo tópico “Decadência”). Nem todos os veículos da frota escolar estavam em boas condições, não oferecendo segurança às crianças que utilizam o transporte escolar.

Das 111 unidades de ensino em funcionamento, dez demandavam, em dezembro de 2020, reparos como conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, entre outros. Em 2018, um aluno morreu eletrocutado. O apontamento do TCE demonstra que a falta de manutenção continuou recorrente, mesmo após tal fatalidade.

Outra constatação foi que havia apenas oito nutricionistas para atender 41.651 alunos das redes municipal e estadual de ensino infantil e fundamental, bem inferior aos 21 profissionais recomendados pelo Conselho Federal de Nutricionistas. Outra irregularidade foi, na ocasião, a inexistência do Plano Municipal de Educação, o que comprometia o próprio acesso a recursos federais. O TCE também advertiu que o Conselho Municipal de Educação ainda não aprovava as contas da Secretaria Municipal de Educação referentes ao exercício de 2020.

Apesar desses apontamentos feitos em 2021 pelo TCE (essas contas ainda serão analisadas pela Câmara), o município continuou a piorar suas avaliações segundo o IEG-M. Ribeirão recebeu a nota C, que é a mais baixa. Esta queda contínua na pontuação do IEG-M é resultado direto do total descompromisso da administração com uma gestão pública minimamente eficiente. Exemplo disso é a não aplicação, em 2021, do mínimo de 25% exigido pela Constituição na área da Educação. Isso ocorreu mesmo com os gastos exorbitantes, sem qualquer planejamento, na compra de aparelhos de ar-condicionado para as escolas, que sequer foram preparadas para recebê-los, além de transferências volumosas de recursos às APMs – objeto de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Legislativo.

Antes da pandemia do coronavírus, já havia um processo de desmonte que projetava a crise que ocorreria na Educação pública municipal. Bastava, para isso, analisar dados como o IEG-M ou os percentuais que o município deveria, pela Constituição, investir em Educação. Ou, ainda, o IDEB, que vinha igualmente despencando. Outros elementos eram as próprias escolhas políticas feitas pelo prefeito, tais como a terceirização da Educação Infantil, em 2019; a extinção da figura dos Professores de Apoio; e a ausência do Programa de Recuperação Paralela, previsto na Lei de Diretrizes Básicas (LDB), de 1996.

Cabe lembrar que a prefeitura também não vinha cumprindo o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre Prefeitura/Secretaria Municipal da Educação e o Ministério Público, para restabelecer, em 2018, o Programa de Recuperação Paralela na rede municipal. O prefeito cumpriu o TAC apenas no primeiro ano. Nos anos seguintes, começou a desmontá-lo: diminuiu o número de professores do programa, excluiu disciplinas e descumpriu a deliberação do Conselho Municipal de Educação, que disciplinou o programa, mas o descaracterizou completamente em relação ao que está previsto na LDB.

Além das avaliações ruins feitas pelo TCE, a educação ofertada pela Rede Municipal de Ensino também figurou, em 2023, entre as piores do Estado pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). Das 625 cidades paulistas que participaram da avaliação, Ribeirão Preto apareceu na nada honrosa 558ª posição no desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e na 551ª posição em Matemática.

Por esses dados, que se referem à pontuação obtida pelos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, a cidade ficou praticamente na lanterninha do certame. Quando comparado com cidades de porte médio ou grande – são 77 cidades paulistas com mais de 100 mil habitantes – o índice também não melhora: Ribeirão obteve o quarto pior desempenho em Língua Portuguesa (74º lugar) e o nono pior em Matemática (69º lugar).

“A rede municipal de Ribeirão Preto ficou para trás”, constata o educador Mozart Neves Ramos, um respeitado pesquisador no tema e coordenador de uma cátedra do Instituto de Estudos Avançados da USP em Ribeirão Preto dedicada ao assunto. Os resultados de Ribeirão Preto, observa ele, são “pífios” não só no Saesp, em âmbito estadual, como também no Saeb, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, a prova nacional que gera dados para a classificação do IDEB.

Para o educador José Marcelino Rezende Pinto, professor aposentado da Universidade de São Paulo, o município vem regredindo a passos largos na questão da Educação, tendo também obtido índices inferiores às metas estipuladas para 2021, tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

No caso dos anos iniciais, observa ele, o IDEB, que alcançou médias de 6,1 no ano de 2011 e de 6,2 em 2017, agora caiu para 5,9, quando a meta era, em 2021, 6,7. Já nos anos finais, segmento em que o IDEB já chegou a 5,2, agora despencou para 4,8, enquanto a meta para 2021 era 6,1.

A posição ocupada por Ribeirão Preto no ranking nacional de municípios para os anos iniciais é algo inacreditável: Ribeirão está situado no vergonhoso 2.545º posto na contagem geral. Nos anos finais, não melhorou muito: 1.306º lugar. No Ensino Médio, pertencente à rede estadual, a posição é ainda mais vexatória: 3.493º lugar. “Uma vergonha”, afirma José Marcelino, ao considerar as condições socioeconômicas dos municípios pesquisados. Como contraponto, ele cita que, nos anos iniciais, a título de exemplo, Franca, Matão e Araçatuba possuem IDEB 6,9.

A explicação de José Marcelino, que já foi membro do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto, é que falta um plano de educação construído coletivamente, ouvindo a sociedade, os professores e os pesquisadores, e que seja efetivamente implementado. “Ribeirão é um dos poucos municípios do Brasil que, até o início de março de 2024, não possuía um Plano Municipal de Educação”, critica ele.

Mas há outra questão que precisa ser considerada, segundo ele: a existência de “um secretário que não conhece o chão da escola e que não entende de Educação. E, o que é pior: governa no gabinete, não ouve os professores, os principais responsáveis pela qualidade da Educação”. Outro problema que atrapalha muito, afirma ele, é o caráter autoritário da gestão: “O Conselho Municipal de Educação, que existia há mais de 30 anos, foi dissolvido e substituído por outro, com total controle dos votos pelo prefeito. A forma de escolha dos diretores de escola, que já era ruim (com nomeação pelo prefeito com critérios partidários), ficou pior, gerando enorme insatisfação na rede.

O que mais incomoda os especialistas é que a rede municipal sempre foi tida, historicamente, como uma referência em prestar boa qualidade de ensino. Em outras palavras, sua expansão física não se fez acompanhar de um crescimento também em qualidade.

Gestão Autoritária - Em 2021, incomodados com a autonomia e independência do Conselho Municipal de Educação, o prefeito e o secretário da Educação propuseram e aprovaram, com a maioria formada no Legislativo, a exclusão dos representantes dos alunos do colegiado. Mas não foi só isso. A representação foi totalmente remodelada e os mandatos de vários conselheiros foram simplesmente extintos.

Para se livrar das críticas e cobranças, instituições como a USP, uma das melhores universidades do país e da América Latina (no caso, a única faculdade pública de Educação existente no município), perderam a condição de membro nato do conselho. Assim, o conselho, que se notabilizara por impedir a expansão das privatizações na rede municipal, tornou-se um mero instrumento da Prefeitura, sem qualquer autonomia ou poder de deliberação.

Um sinal evidente da decadência em curso é que, no período mais crítico da pandemia, em 2021, a Prefeitura investiu apenas 23,31% do orçamento em Educação, descumprindo, assim, o índice constitucional obrigatório de 25%, o que resultou em um montante de R\$ 34 milhões que deixaram de ser investidos no setor naquele ano.

A Comissão Especial de Estudos (CEE), criada pela Câmara para acompanhar o retorno às aulas presenciais quando a pandemia arrefeceu e avaliar a disponibilidade das instalações escolares existentes para a retomada das aulas, apurou que 38% das 33 escolas visitadas simplesmente não possuíam face shields e álcool em gel em quantidade suficiente recomendada pelas medidas de proteção, segurança e saúde. Em três em cada quatro delas não havia sequer funcionários para fazer a higienização dos estabelecimentos.

O relatório da comissão indicou, ainda, uma grande fragilidade no modelo de ensino híbrido que foi adotado, sem nenhuma garantia de acesso à internet ou celulares e, menos ainda, a uma mediação feita de modo responsável por algum professor-facilitador, de modo a viabilizar realmente o acesso à tecnologia e aos conteúdos ofertados às crianças. Também se concluiu que, em função da vulnerabilidade dos próprios espaços escolares, por sinal existentes antes da pandemia, era impossível manter mais de 35% dos alunos em sala de aula.

Também se averiguou que não houve sequer o cumprimento do protocolo sanitário recomendado e que a Secretaria Municipal de Educação não se preparou devidamente para propiciar as condições mínimas de estrutura, bem como materiais, funcionários, profissionais da Educação e professores para implementar a cogitada proposta de ensino semipresencial.

Concluiu-se, assim, que havia grande risco de contágio de professores e alunos caso o protocolo sanitário não fosse devidamente executado. Ao mesmo tempo, percebeu-se que a proposta de ensino híbrido apresentava muitas falhas, o que inviabilizou o sucesso e a própria qualidade do modelo, o que não justificaria, portanto, o retorno às aulas naquelas circunstâncias, diante de tantas incertezas e do risco de contágio e das poucas possibilidades de ensino e aprendizagem que eram oferecidas às crianças.

**Educação Infantil** - A Educação Infantil pública (que compõe a Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental em seus dois segmentos e o Ensino Médio) é responsabilidade, conforme a legislação federal, exclusiva do município, e deve atender crianças de zero a seis anos de idade.

No município, a Educação Infantil é oferecida em 36 unidades escolares denominadas Centros de Educação Infantil (CEIs), 41 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e em 29 unidades escolares parceiras, por meio de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos. Os atendimentos são realizados a partir de informações contidas no sistema de Cadastro Geral Unificado (CGU), no qual, a partir do endereço informado, os alunos são direcionados às unidades escolares em conformidade com a geolocalização.

Dados relativos ao mês de março do ano de 2023 demonstram que somente 88% da demanda de atendimento aos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas (zero a três anos e onze meses de idade) é atendida. A demanda manifesta dos alunos de 4 e 5 anos (quatro a cinco anos e onze meses de idade) já estaria atendida, segundo a Secretaria Municipal da Educação.

Considerando todo o segmento de Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), que atende crianças de zero a 5 anos de idade, a Rede Municipal conta com 18.279 alunos matriculados em unidades escolares próprias e 6.273 alunos em unidades parceiras, totalizando 24.215 crianças atendidas. Dessas, 13.211 frequentam as escolas em tempo integral e 11.341 de modo parcial.

Aos estudantes da Rede Municipal de Ensino com idade a partir dos quatro anos que residem em áreas rurais ou locais onde não existe equipamento educacional, é oferecido transporte, por ônibus fretado, pela Secretaria Municipal da Educação.

Mas a realidade não é assim tão rosa como indica a Prefeitura. Conforme informação da própria Prefeitura, em resposta a requerimento do Coletivo Popular Judeti Zilli, há 2.653 crianças fora da escola por meio de demanda manifesta. Na Zona Norte, são 1.086 crianças na lista de espera; na Região Central, 34; na Leste, 525; e na Oeste, 795. Esse problema impacta a vida de muitas famílias, principalmente crianças e mulheres. A criança, porque fere seu direito inalienável de acesso, permanência na vaga e seu desenvolvimento educacional e pedagógico; e às mulheres porque, em sua grande maioria,

são responsáveis pelos lares e geralmente são obrigadas a abdicar do trabalho para cuidar de seus filhos. Muitas famílias têm que disponibilizar uma parcela do seu orçamento para custear a matrícula e mensalidade em uma escola particular, ou então, na condução da logística, pois a vaga destinada se encontra distante de suas residências. Esses dados são balizadores para pensar e construir políticas públicas na área da Educação nos próximos quatro anos com organização, planejamento e prioridade na expansão da rede física e construção de escolas para solucionar o problema do déficit de vagas de zero a três anos no município.

Uma das soluções para esse problema é a expansão da rede física e a construção de escolas, levando em consideração a demanda de crianças de zero a três anos que estão fora da escola, construindo um planejamento baseado nos dados por região e bairros de Ribeirão Preto, o que fica facilitado com a publicação dos dados do Censo do IBGE.

**Educação Inclusiva** - A Secretaria Municipal da Educação atende na Rede Municipal de Ensino, em 2024, 1.367 alunos da Educação Especial, sendo 661 na Educação Infantil e 706 no Ensino Fundamental. De uns anos para cá, houve uma ampliação considerável no número de matrículas no ensino regular dos alunos com deficiência, um direito inalienável e garantido na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. O caminho de uma educação inclusiva é irreversível, visando uma sociedade mais justa, igualitária, humanizada, de direitos, livre de preconceitos e de respeito à diversidade.

Porém, a Educação Especial no município é outro gargalo na Educação Municipal, pois o aumento do número de matrículas e a efetivação pela vaga não foram acompanhados pela concretização de políticas públicas de atendimento. O atual prefeito não priorizou, durante seus oito anos de gestão, a Educação Especial numa perspectiva inclusiva, não criando nenhuma política pública no segmento.

A rede municipal tem carência de profissionais e professores de carreira e efetivos que realizem o atendimento educacional e pedagógico. Também não criou nenhum cargo de professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou de professor mediador, como prevê a lei que criou o Plano Municipal da Educação.

O mandato do Coletivo Popular Judeti Zilli (PT) propôs, em 2022 e 2023, por meio de indicações a projetos de lei, a criação do cargo, concurso público e chamamento de professor de AEE e mediador, porém foi vetado pelo prefeito. A luta por políticas públicas na Educação Especial, como criação de cargos, concursos públicos e chamamentos, é antiga no município. Isso também consta no Plano Municipal de Educação, elaborado em 2015 e não implementado pelo prefeito.

As famílias têm recorrido ao Ministério Público como forma de garantir o direito ao acesso e permanência na escola. O MP, por sua vez, tem conseguido do Judiciário liminares para as famílias, para assegurar o professor exclusivo para atender as crianças com deficiência, e mesmo assim o prefeito não cumpre, o que causa evasão escolar e cria obstáculos à inclusão desses alunos.

Com isso, todos os anos essas famílias iniciam o ano letivo inseguras quanto ao cumprimento de leis e liminares que preconizam o direito dos alunos com deficiência a um professor exclusivo. O que o prefeito fez nos seus oito anos de gestão foi ir na contramão dos investimentos em políticas públicas nessa e em outras áreas, optando por aprofundar a terceirização no atendimento dos alunos com deficiência, aos quais é oferecido tão somente o atendimento externo à sala de aula, enquanto na sala de aula as crianças com deficiência vêm sendo desassistidas.

Outra carência na rede municipal é a ausência do censo da população estudantil de zero a 14 anos com deficiência, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental I e II. Esse instrumento é fundamental para a construção de políticas públicas na área da Educação Especial no município - um censo que cruze os dados das áreas da saúde, assistência social e conselhos da pessoa com deficiência e de educação.

**Valorização Profissional** - A Rede Municipal de Ensino vem sofrendo, nos últimos anos, com medidas que, seguindo as receitas neoliberais de austeridade, têm levado à precarização e ao sucateamento dos serviços públicos e das próprias condições de trabalho. Em 2019, a Prefeitura terceirizou os professores, os professores de apoio, os agentes administrativos e outros funcionários de escolas da Educação Infantil. Já em 2021, foi a vez dos cozinheiros serem terceirizados. Fora isso, consta que há diversos estagiários atuando como professores, o que é ilegal.

O processo de terceirização precarizou as relações e condições de trabalho, e impactou diretamente no déficit de professores, outros profissionais de ensino e funcionários da rede, piorando o atendimento e adoecendo a categoria. Ao longo de oito anos, o prefeito atacou diretamente a organização dos trabalhadores da educação. Não atendeu às reivindicações de melhorias de condições de trabalho, a contratação por concurso e o chamamento de servidores de carreira. Isso também se deu com questões como insalubridade, superlotação e sucateamento dos espaços físicos nas unidades escolares, resultando na piora da qualidade da merenda, intensificação e sobrecarregamento da jornada de trabalho, aumento no número de funcionários terceirizados e de comissionados.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura retirou profissionais de ensino e professores da sala de aula e deslocou para comissionamentos na Secretaria da Educação, o que aprofundou o déficit de profissionais para atender a comunidade escolar. Houve um aumento considerável no número de professores readaptados, tendo a rede, atualmente, cerca de 200 professores laudados que estão readaptados, o que é um indicador dessa precarização das relações e condições de trabalho na Educação.

Esse processo segue impactando diretamente o Instituto de Previdência Municipal (IPM), pois houve uma ampliação do número de funcionários terceirizados e a diminuição na quantidade de servidores efetivos e de carreira em oito anos do governo Nogueira, o que só contribui para o déficit do sistema. Em 2019, o prefeito fez a reforma no IPM, que afetou a vida dos servidores, levando à ampliação do tempo de contribuição e diminuindo financeiramente suas aposentadorias, o que afetou a expectativa e a qualidade de vida.

Por conta dessas políticas neoliberais, a rede vem sendo sucateada e precarizada, registrando a redução no seu corpo de profissionais efetivos, o que fragiliza o atendimento à comunidade escolar. Das 110 escolas municipais, 77 delas não possuem vice-gestor e tampouco coordenadores pedagógicos. São estabelecimentos da Educação Infantil - Centros de Educação Infantil (CEIs) e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs). Isso sobrecarrega os gestores e piora a qualidade do ensino. Faz-se necessário a criação do cargo, concurso público e chamamento para vice-gestor e coordenador pedagógico em todas as 77 unidades escolares da Educação Infantil.

Outro aspecto histórico é a reivindicação dos professores de Educação Básica I e II pela equiparação salarial com o professor de Educação Básica III em início de carreira. Embora todas as categorias tenham a mesma formação superior, há uma desigualdade salarial que precisa ser corrigida.

**Recursos pedagógicos** - Nos últimos quatro anos, constata-se a baixa qualidade de materiais escolares, tais como lousas que mancham, sulfite em quantidade insuficiente, materiais de higiene de baixa qualidade, não reposição de brinquedos, materiais esportivos para aulas de educação física (bolas, bambolês, cordas, jogos etc.), materiais de arte em pouca quantidade e baixa qualidade (tinta guache, pincel, lápis de cor, lápis grafite, giz de cera, canetinha, cola e cartolina etc.).

**Gestores** - A escolha dos gestores das escolas da Rede Municipal de Ensino, historicamente alvo de indicações políticas, passou a ser efetuada por concurso público desde que, em 2022, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou como critério essa modalidade de contratação, uma vez que o município ainda não dispunha de um Plano Municipal de Educação a regular o assunto.

Depois disso, o prefeito optou por precarizar a carreira de diretor, estabelecendo salário muito baixo, jornada de trabalho inflexível, maior acúmulo de trabalho e elevação dos custos de deslocamentos, sem direito a gratificações. Esses profissionais reivindicam melhorias dos salários por meio de alteração da legislação em vigor, jornadas de trabalho mais humanas e flexíveis e gratificações em função das demandas para deslocamento e logística.

Nosso programa de governo participativo prevê uma gestão democrática, que inclui a eleição de diretores pela comunidade escolar, como estabelece o Plano Nacional de Educação, em vigor até 2025, mediante pactuação de metas.

**Merenda** - É flagrante a queda na qualidade da merenda escolar nos últimos oito anos. Isso é constatado por professores, alunos e profissionais de ensino nas unidades escolares. Desde 2017, o cardápio se tornou repetitivo, com pouca variedade, e inúmeros alimentos vêm sendo retirados, principalmente carne, fruta e salada. A qualidade dos alimentos também é questionada, pois existem comparações entre o cardápio praticado nos últimos oito anos com o igual período anterior. As mudanças foram drásticas, e para pior, com o fim da variedade antes existente.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Preto recebeu os seguintes recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

<b>ANO - Valor (em reais)</b>	<b>ANO - Valor (em reais)</b>
2017 - R\$ 6.383.149,00	2021 - R\$ 6.118.420,00
2018 - R\$ 6.201.290,00	2022 - R\$ 5.432.596,00
2019 - R\$ 5.446.979,69	2023 - R\$ 7.506.095,20
2020 - R\$ 6.188.714,40	2024 - R\$ 4.524.516,73

No total, entre 2017 e 2024, foram repassados R\$ 47,8 milhões à Prefeitura de Ribeirão Preto para a merenda escolar (em 2024, computados são até 09/07). Vale destacar que, em 2021, Nogueira terceirizou a cozinha, inicialmente nas escolas de educação infantil; numa segunda etapa, também as escolas de ensino fundamental, precarizando as relações e condições de trabalho.

Em gestão anterior do PSDB, do então prefeito Welson Gasparini, o valor referente à insalubridade pago a cozinheiros passou a ter um percentual fixo, atrelado ao salário da época, não mais seguindo reajustes e aumentos salariais.

### **População de Ribeirão Preto:**

698.259 habitantes

Fonte: IBGE, 2022

### **Taxa de escolarização em 2010**

De 6 a 14 anos: 96,9%

### **Número de matrículas em 2023**

Ensino fundamental: 77.304 alunos

Ensino médio: 22.276 alunos

### **Docentes na rede pública em 2023**

Ensino fundamental: 4.340 professores

Ensino médio: 1.559 professores

### **Estabelecimentos da rede pública em 2023**

Ensino fundamental: 184 escolas

Ensino médio: 84 escolas

---

Fonte: IBGE

**Tabela Comparações do panorama educacional de Ribeirão Preto com País, estado e região**



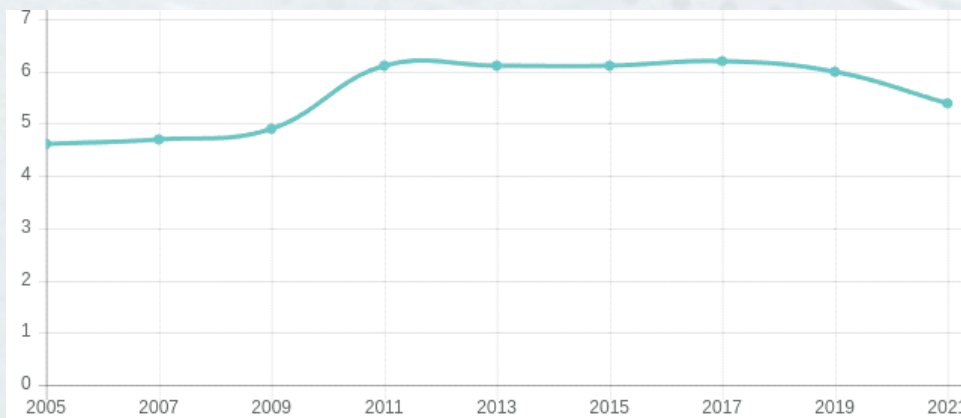
Fonte: IBGE/INEP. Os dados apresentados nessa comparação consideram todas as redes públicas (municipal e estadual)

**Evolução do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental no município**

Cidade:	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Ribeirão Preto	4.6	4.7	4.9	6.1	6.1	6.1	6.2	6.0	5.4

Fonte: INEP/Qedu

**IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal**



Fonte: IBGE/INEP

**IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal**



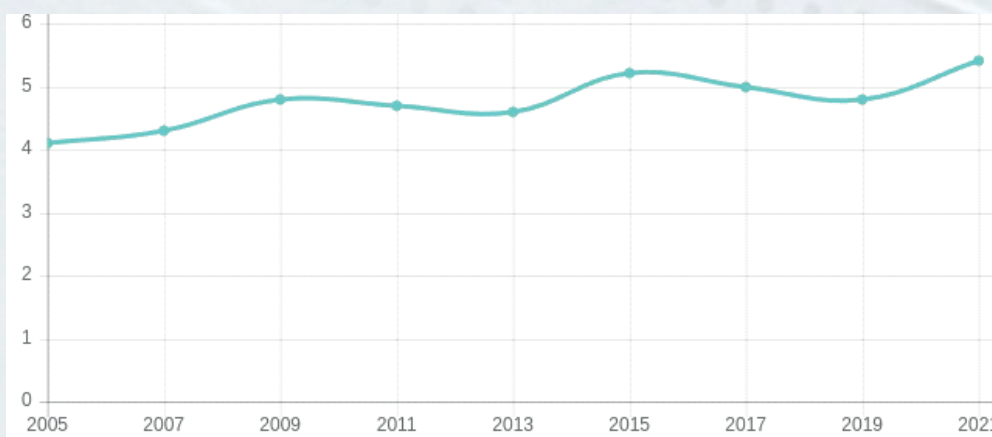
Fonte: IBGE/Qedu

**Evolução dos anos finais do ensino fundamental**

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Ribeirão Preto	4.1	4.3	4.8	4.7	4.6	5.2	5.0	4.8	5.4

Fonte: INEP/Qedu

**IDEB nos anos finais do ensino fundamental na rede municipal**



IDEB nos anos finais do ensino fundamental na rede municipal

**Evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental na rede municipal**



Fonte: INEP/Qedu

**Tabela Professores na Rede Municipal de Ribeirão Preto**

Matrículas por etapa	
Creche	8.111 matrículas
Pré-escola	9.212 matrículas
+ Anos iniciais	12.242 matrículas
+ Anos finais	9.658 matrículas
Ensino Médio	0 matrículas
EJA	666 matrículas
Educação Especial	900 matrículas

Escolas	108 escolas
<b>Professores por etapa</b>	
Anos iniciais	866 professores
Anos finais	435 professores

**Tabela Matrículas em 2022 na rede municipal**

<b>Anos iniciais</b>	<b>12.242</b> matrículas
1º ano	2.494 matrículas
2º ano	2.355 matrículas
3º ano	2.250 matrículas
4º ano	2.444 matrículas
5º ano	2.699 matrículas

Fonte: INEP/Qedu

### Matrículas em 2022 na rede municipal

<b>Anos finais</b>	<b>9.658</b> matrículas
<b>6º ano</b>	<b>2.486</b> matrículas
<b>7º ano</b>	<b>2.482</b> matrículas
<b>8º ano</b>	<b>2.325</b> matrículas
<b>9º ano</b>	<b>2.365</b> matrículas

→ O orçamento anual na área da educação está na ordem de R\$ 827 milhões

### 3. Propostas

- Reconstruir, com ampla participação da comunidade, o Plano Municipal de Educação, com estratégias e instrumentos que permitam acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas, dialogando e interagindo de forma colaborativa e a partir de uma visão sistêmica e holística com os demais atores sociais que atuam com Educação no município (as redes estadual, comunitária e privada).
- Recriar o Conselho Municipal de Educação, com a garantia de participação da sociedade, com autonomia e retorno da representação discente e da USP, de modo a fortalecer a democracia nos processos decisórios; reconhecer e estimular espaços como os conselhos escolares e os grêmios, com planejamento feito de forma democrática com a participação da comunidade escolar.
- Instituir o Programa Escola Viva para abrir à comunidade as escolas da rede municipal, nos finais de semana, feriados e férias escolares, com atividades culturais, esportivas, lazer, saúde e alimentação, garantindo que nenhuma criança e adolescente passe fome nos dias em que não há aulas.
- Assegurar vagas para 100% das crianças entre zero e seis anos de idade, respectivamente, nas creches e escolas de educação infantil da rede municipal, mediante ampliação e/ou construção de escolas em regiões e bairros que tenham demanda.
- Implantar o sistema de eleição direta para a escolha de diretores das escolas da rede municipal, com participação da comunidade escolar no processo de escolha, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação, com critérios técnicos e metas a serem alcançadas pelo Plano Municipal de Educação.
- Implantar o Programa de Avaliação Continua (PAC-Educa-RP) com aplicação de prova unificada em todas as séries nas escolas municipais do 2º ao 9º ano, ao final do primeiro e do segundo semestre, ouvindo pais, professores e alunos, com o compromisso de compartilhar as boas práticas e subsidiar o programa de formação continuada do corpo docente.
- Criar as condições necessárias para a implantação gradual de uma política de educação integral nas escolas da rede municipal, de acordo com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.
- Eliminar o analfabetismo de adultos no município com programas com conteúdo consistente e crítico, cuidando para manter dados atualizados pelo censo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), promover a busca ativa contínua de jovens e adultos fora da escola, oferecer certificação para estimular o prosseguimento dos estudos e espaços de acolhimento na escola para filhos e outros dependentes dos educandos no período de aulas, para evitar a evasão escolar.

- Valorizar salários e jornadas de professores e outros profissionais da área, fortalecendo o diálogo permanente com a categoria e as mesas de negociação sindical, na perspectiva do trabalho pedagógico coletivo e permanência do profissional na escola.
- Instituir o Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares de modo a fomentar as práticas sociais de leitura literária junto à comunidade escolar e em regime de cooperação com as bibliotecas públicas e comunitárias do município.
- Estabelecer o sistema de informações intersecretariais sobre a população com deficiência atendida na Educação Especial (escolas regulares e centros especializados), com cadastros, censo educacional e populacional e outras formas de coleta de dados atualizados.
- Ampliar e fortalecer parcerias com instituições de ensino superior para integrar projetos de pesquisa, extensão e incubadoras para capacitação do funcionalismo e promover o desenvolvimento social, humano e econômico; dialogar com os saberes das periferias, estimular a geração de emprego e renda e dinamizar a economia.
- Implementar núcleos de estudos e relações étnico-raciais e formar professores e outros profissionais da Educação para combater o racismo e todas as formas de discriminação e preconceito.
- Sistematizar o registro do trabalho coletivo nas unidades educacionais tendo como referência a elaboração e a gestão do projeto político-pedagógico articulado com o trabalho pedagógico.
- Estabelecer uma política de prevenção à violência escolar, em diálogo com a Guarda Civil Metropolitana, e programa de mediação de conflitos na escola.
- Assegurar à população com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação o acesso à Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, com atendimento especializado, preferencialmente na rede de ensino, com salas com recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, em todos os níveis de ensino.
- Assumir e expandir a função social da escola como lugar de valorização da cultura e vivência de experiências culturais diversas e promoção da interconectividade.
- Articular e consolidar uma rede de proteção social impulsionando políticas intersecretariais e intersetoriais a partir dos territórios da Educação e efetivar a escola como espaço de igualdade de gênero.
- Criar o centro de investigação que articule o trabalho da Educação e da Saúde, particularmente em relação à Educação Especial e à Saúde do Trabalhador da Educação.
- Ofertar à comunidade escolar cursos de Libras, robótica e horta sustentável, entre outros, abertos à comunidade, na perspectiva de ampliação da jornada escolar rumo à escola de tempo integral.
- Implantar o Programa de Auxílio Estudantil, retomando o fornecimento de uniforme, material escolar, transporte escolar gratuito e o Bilhete Único do Estudante.
- Retomar o Projeto Alimentação Saudável e Nutricional, com a participação efetiva dos profissionais da educação.
- Abrir diálogo com a rede para a construção dos currículos escolares, tendo foco no brincar como princípio.
- Qualificar o trabalho de especialistas para aprimorar o acolhimento e o atendimento à saúde física e mental dos profissionais da Educação e criar a rede intersecretarial de apoio e proteção a quem encontre exposto a violências de diversas naturezas, inclusive assédio moral (frequente causa de afastamentos), com uma ouvidoria para as queixas.

- Criar programas permanentes de formação para as redes diretas e parceiras em locais e horários adequados, propiciando, ainda, a formação para profissionais da educação infantil, inclusive em direitos humanos, gênero, orientação sexual e questões étnico-raciais.
- Garantir o direito à cidade e aos seus bens culturais para os estudantes e seus familiares, de modo a construir uma cidade educadora, com a garantia de infraestrutura para promover o acesso a atividades culturais e educativas.
- Viabilizar a formação específica para os profissionais da Educação, independentemente da matrícula de educandos com deficiência em sua classe ou turma de regência.
- Reverter o processo de terceirização nas escolas da educação infantil (que, inclusive, ocupam prédios cedidos pela Prefeitura), com realização de concursos, convocação e contratação dos aprovados, assumindo integralmente a responsabilidade pelas escolas que foram terceirizadas.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 1. Enunciado

A Assistência Social é uma política pública não contributiva, que integra a Seguridade Social. De primazia da responsabilidade do Estado e caráter universal, é destinada aos cidadãos que dela necessitarem, em razão da situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco social.

Instituída pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204, foi regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742/1993) e concretizada em todo o território nacional pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS é o sistema público, organizado em âmbito nacional de forma descentralizada, participativa e articulada com as políticas setoriais, que visa promover o acesso das populações mais vulneráveis à renda e aos direitos, à melhoria das relações familiares e comunitárias e à inclusão social.

Oferece programas, serviços, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, tendo como principais equipamentos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A Proteção Social Básica (CRAS) atua de forma preventiva, tendo como público prioritário beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Proteção Social Especial (CREAS), por sua vez, oferece atendimento especializado, destinado a populações que já se encontram em situação de risco social, com direitos violados.

A criação do SUAS é uma das mais importantes conquistas das últimas décadas, que reflete a vontade política de universalidade, para tirar da invisibilidade milhões de pessoas e fazer deste um país mais justo e menos desigual, um território de dignidade e de bem viver.

Entretanto, após o golpe de 2016, e nitidamente no período de 2018 a 2022, houve um desmonte generalizado das políticas públicas e, em particular, das de assistência social, com uma drástica redução do cofinanciamento em âmbito federal, mesmo diante da dramática situação provocada pela pandemia da Covid-19.

Na esfera federal, no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, elaborado em 2022, houve um corte drástico de aproximadamente 95% dos recursos da União destinados a serviços e programas do SUAS. Com um orçamento praticamente zerado, seria impossível o governo federal apoiar a manutenção dos serviços do SUAS instalados em todo o país e os compromissos de campanha assumidos junto aos municípios.

Mas o Brasil voltou, o SUAS voltou!

No período de transição, o atual governo articulou com o Congresso a aprovação da PEC nº 32/2022 e assegurou um aumento de 40 vezes do valor do orçamento da Assistência Social: de R\$50,7 milhões na PLOA 2023 para R\$2,3 bilhões na Lei Orçamentária Anual de 2023, para garantir a oferta regular dos serviços socioassistenciais.

### 2. Diagnóstico

O principal programa de combate à fome e à pobreza no País é, sem dúvida, o Programa Bolsa Família, destinado às famílias com renda per capita mensal de, no máximo, R\$218,00, o equivalente a R\$7,00 por dia.

Em julho de 2024, 94 milhões de pessoas (46,3% da população) estavam inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para os Programas Sociais do Governo Federal. Dessas, 54,8 milhões eram beneficiárias do Bolsa Família e 6 milhões eram beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada.

O SUAS está presente em 99,7% dos municípios brasileiros, com uma rede robusta de cerca de 30.000 unidades de atendimento, para assegurar, além do acesso da população em situação de pobreza a benefícios e transferência de renda, a inclusão em serviços e programas socioassistenciais e nas demais políticas públicas.

Segundo dados do Censo do IBGE, Ribeirão Preto contava, em 2022, com 698.642 habitantes. Apesar do PIB elevado, da renda per capita anual de R\$55.484,91 (em 2021) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,800 (IBGE, 2022), a pobreza é uma realidade no município, evidenciada pelo próprio número de beneficiários do Bolsa Família.

O orçamento destinado à Assistência Social, nos últimos anos, correspondeu a apenas 2,4% do orçamento municipal. Cerca de 80% dos recursos da Assistência Social são destinados ao pagamento de pessoal.

Dados do CadÚnico, de julho de 2024, apontam que 19,40% da população do município está cadastrada, o que corresponde a 53.440 famílias, ou 135.572 pessoas. Dessas, 65.420 pessoas são beneficiárias do Bolsa Família, o que corresponde a 24.419 famílias.

Em julho de 2024, o município contava, ainda, com 12.839 beneficiários do BPC, sendo 6.797 pessoas idosas e 6.042 pessoas com deficiência, representando um montante mensal de R\$18,2 milhões.

O mais recente Plano de Habitação de Interesse Social constatou, em 2019, a existência de 87 assentamentos precários (comunidades). De lá para cá, apenas a comunidade Núcleo Faiane, em Bonfim Paulista, foi regularizada. Outras 14 comunidades e edificações isoladas foram identificadas, totalizando 100 assentamentos precários e 9.732 famílias vivendo em situação irregular, sem os direitos básicos de saneamento e urbanização. A Central Única das Favelas (CUFA) indica que, em agosto de 2024, esse número chegue a 130 comunidades.

Uma situação dramática em Ribeirão Preto é o quantitativo de pessoas em situação de rua. Em julho de 2024, havia 766 pessoas em situação de rua no município inseridas no CadÚnico. Todavia, a estimativa é que cerca de 1.800 pessoas se encontrem nessa situação nos arredores da região central. Cerca de 30% estão em trânsito. Desse contingente, grande parte é usuária de álcool e drogas, e cerca de 30% são usuárias abusivas.

Além do enfrentamento à pobreza, à fome e ao desamparo, diversas outras questões desafiam a Assistência Social, sobretudo em grandes municípios como Ribeirão Preto, tais como a violência doméstica e as demandas específicas de cuidado e atenção a crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Enquanto o índice de envelhecimento do País saltou de 44,8, no Censo de 2010, para 80, no Censo 2022 (ou seja, 80 pessoas idosas para cada 100 crianças e adolescentes de zero a 14 anos), em Ribeirão o índice de envelhecimento foi ainda maior: 103,19 pessoas idosas para cada 100 crianças e adolescentes.

A Secretaria Municipal de Assistência Social oferece serviços do SUAS de Proteção Social Básica e Especial, em sua maioria realizados através de contratos com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em quantidade muito aquém da demanda. Nos respectivos Conselhos Municipais, responsáveis pela fiscalização e controle, a presença dos usuários é cada vez menor ou inexistente.

A Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias prevê, para 2025, recursos para a construção da Casa da Mulher, do Restaurante Bom Prato no centro e do Núcleo do Bairro Cristo Redentor; para reformas do Centro de Qualificação Social, da Central de Atendimento a Benefícios Sociais, dos SCFV dos bairros Simioni, Presidente Dutra, Cynira Said e Vila Mariana e do Centro POP; abertura de dois CRAS; aquisição de veículos e equipamentos para entidades sociais beneficiadas.

A administração municipal adotou um modelo de gestão que prioriza a terceirização das políticas de assistência e demais políticas sociais. Ao fazer essa opção, promove a desarticulação, fragiliza os serviços públicos e esvazia as iniciativas em relação às políticas públicas.

### 3. Propostas

- Fazer o diagnóstico das famílias em insegurança alimentar e nutricional no município e garantir sua inclusão no Cadastro Único, Programa Bolsa Família, rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Único de Saúde (SUS) e demais políticas.
- Integrar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e o SUAS e fortalecer a relação entre a rede socioassistencial, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Banco de Alimentos e as cozinhas comunitárias a serem implantadas nos territórios mais afetados pela pobreza.
- Instalar mais duas unidades do restaurante Bom Prato em bairros de alta concentração de trabalhadores.
- Implantar programas de hortas comunitárias urbanas em articulação com frentes de Economia Solidária.
- Fazer a busca ativa de crianças e adolescentes em situação de insegurança alimentar e nutricional e incluí-los na creche ou escola de período integral.
- Integrar o Bolsa Família e o Centro de Qualificação Social e Profissional, priorizando famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- Criar campanhas informativas para orientar sobre a entrada no CadÚnico para acessar benefícios e serviços do CRAS, CREAS e demais equipamentos da rede socioassistencial.
- Garantir uma boa gestão do Cadastro Único, com pessoal qualificado, e fortalecê-lo como instrumento de planejamento do SUAS em âmbito local, atualizando e sanando inconsistências, segundo o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social.
- Fortalecer a vigilância socioassistencial, com realização de diagnósticos socioterritoriais no município e monitoramento da qualidade dos serviços prestados pela rede do SUAS.
- Implantar ações de valorização dos trabalhadores do SUAS, com educação permanente e melhoria das condições de trabalho.
- Apoiar campanhas dos conselhos municipais da área para fortalecer a captação de recursos aos fundos setoriais para apoiar ações.
- Fortalecer o SUAS por meio de mais investimentos em seus programas e projetos.
- Criar protocolo intersetorial e fortalecer a busca ativa, envolvendo assistência social, educação, saúde e conselho tutelar, para identificar famílias em situação de pobreza e inserir e/ou atualizar seus dados no CadÚnico, no Bolsa Família, na rede de serviços do SUAS, do SUS e demais políticas.
- Fortalecer o trabalho social com as famílias no SUAS, priorizando as beneficiárias do Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades.
- Desenvolver o diagnóstico de pessoas em situação de rua no município e fortalecer a busca ativa nos territórios com maior concentração, ampliando a cobertura e a qualificação da oferta de serviços, em parceria com áreas afins e a sociedade.
- Regulamentar a concessão de benefícios eventuais para atender pessoas em situações de vulnerabilidade temporária, especialmente jovens egressos de acolhimento institucional e mulheres em situação de violência, buscando a integração desses benefícios com as ofertas da segurança alimentar e os arranjos produtivos populares.

- Qualificar e ampliar os serviços de acolhimento do SUAS, priorizando as novas modalidades, como repúblicas para jovens egressos de serviços de acolhimento institucional, pessoas idosas, migrantes, famílias acolhedoras para crianças e adolescentes, e residências inclusivas para pessoas com deficiência.
- Ampliar a rede de atendimento à mulher em situação de violência, com a construção da Casa da Mulher e concessão de auxílio-aluguel, conforme previsão legal.
- Implantar o Programa de Guarda Subsidiada para fortalecimento do cuidado na família, prevenção do afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar e apoio à reintegração familiar segura.
- Fortalecer o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em âmbito local para a proteção de crianças e adolescentes e a promoção de seu desenvolvimento integral, em parceria com a sociedade.
- Implantar programas de fomento da autonomia para jovens, trabalhadores informais, desempregados e mulheres, integrados à política de Assistência Social, Educação e Trabalho.
- Preparar os adolescentes para o desligamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e apoiar a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho com estratégias que articulem a política de Assistência Social, de Educação, Trabalho e Renda, Sistema S e setor privado.
- Ampliar o Centro Dia para Pessoas Idosas em situação de vulnerabilidade, isolamento e risco social, que demandam cuidados, para apoiar as famílias nos cuidados durante o dia.
- Implantar serviços híbridos de Saúde e Assistência Social, que promovam o cuidado no domicílio, para atenção a pessoas idosas ou com deficiência, priorizando aquelas em situação de pobreza, que residam sozinhas e sem rede de apoio familiar.
- Criar programas de ginástica na praça, atividades culturais e de lazer para pessoas idosas, em articulação com áreas afins, para a promoção do envelhecimento ativo e saudável.
- Realizar audiências públicas e fóruns sobre os temas e prioridades referentes à Política de Assistência Social, estimulando a ampla participação da população.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social, propiciando capacitação continuada de seus integrantes e promovendo a participação ampla dos usuários do sistema.
- Integrar a rede de proteção formada por representantes do Poder Público e sociedade, tais como entidades de defesa dos direitos humanos, juízes, promotores, defensores, conselheiros municipais, polícia especializada, universidades, CRAS, CREAS e CRFV, entre outros.
- Criar conselhos gestores de usuários dos núcleos dos CRAS e CREAS com caráter deliberativo e sem remuneração, destinados ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle social sobre as políticas públicas de assistência social.

## CULTURA

### 1. Enunciado

O Ministério da Cultura voltou e, com ele, é possível reafirmar as bases do processo civilizatório que a cultura possibilita. Estamos em luta pela construção de uma sociedade mais justa e humana, que reconheça sua ancestralidade e seus embates para termos uma cidade e um país menos desiguais.

O Brasil conta com 387,6 mil empresas de cultura e uma receita líquida, em 2021, de R\$ 741 bilhões. O setor emprega 5,5 milhões de pessoas, equivalentes a 5,6% do total de ocupados no país, com 43,2% na informalidade e 40,9% na CLT. O montante total de salários pagos alcançou R\$ 83,3 bilhões em 2021, correspondendo a um salário médio mensal de R\$ 4.135,00. Pelo perfil de gênero, 43,7% dos postos eram ocupados por mulheres.

As discrepâncias salariais entre homens e mulheres persistem, com os homens recebendo, em média, R\$ 4.730,37 ao mês, enquanto as mulheres auferem R\$ 3.354,00.

Ao longo de 32 anos, mais de 55 mil projetos culturais receberam investimentos pela Lei de Incentivo à Cultura e geraram um retorno de R\$ 1,59 para cada R\$ 1,00 investido.

É crucial reconhecer a forte relação entre cultura e política, especialmente nos territórios periféricos, sejam eles urbanos, rurais, econômicos, de povos e comunidades tradicionais etc. Os grupos culturais das periferias ribeirão-pretanas desempenham uma diversidade de atividades que vão desde oficinas e apresentações artísticas até formações políticas e ajuda mútua à população em momentos de crise, como evidenciado durante a pandemia.

O momento é de fortalecer as possibilidades de construção social e legados que a cultura oferece, e já temos mecanismos impulsionadores do desenvolvimento cultural.

O Sistema Nacional de Cultura estabelece a formulação de um planejamento que garante os direitos culturais dos cidadãos a partir da gestão conjunta de políticas públicas de cultura. A adesão ao SNC é a garantia para o repasse de verbas do governo federal, através do Fundo Municipal de Cultura, para o nosso Plano Municipal de Cultura.

O município que fortalece seus Pontos de Cultura consequentemente fortalece as culturas populares e os grupos menos favorecidos; reafirma a identidade regional por meio dos povos que consolidam nossa base social e os setores que representam a diversidade e transversalidade dos segmentos abrangidos pela extensa cadeia que compõe a acessibilidade universal à cultura.

### 2. Diagnóstico

A área da Cultura entra no último dos oito anos da administração do prefeito Nogueira com um quadro de absoluta irrelevância para a atual gestão: museus fechados, gestão pouco ou nada criativa, escolhas elitistas e equivocadas e, para o cenário mais sombrio, a perspectiva orçamentária que denota o nenhum apreço do governante pelo tema: míseros 0,87% do orçamento do município.

Para deixar claro a falta de apreço do atual governo pelas políticas públicas de cultura nesse período, basta lembrar que o Executivo fez constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um artigo que orienta que, em caso de necessidade de efetuar cortes no orçamento, o fomento à cultura deve ser uma das principais áreas a serem afetadas (Parágrafo 3 do artigo 5 do Projeto de Lei nº 48/2023). Outro indicativo foi que, no decorrer da gestão, a área da Cultura tornou-se uma subsecretaria, que foi anexada a outra subsecretaria, a do Turismo, compondo assim uma nova pasta.

Os museus da cidade encontram-se fechados ou funcionando provisória ou precariamente. Mesmo após quase oito anos de mandato, Nogueira agora promete apenas para 2027 a conclusão da reforma dos dois mais importantes museus da cidade - Museu Histórico da Ordem Geral e do Café, cujo projeto, por sinal, ainda não foi aprovado pelo Conppac. Ao mesmo tempo em que deixa clara a negligência com o patrimônio cultural, afetando atividades como o projeto Café da Manhã (ou Café com Chorinho), que acontecia nas dependências desses museus.

O mesmo pode ser notado com o patrimônio do Museu da Imagem e do Som (MIS), que se viu obrigado a transferir itens de grandes dimensões para uma sala do Museu Histórico, em reforma - local, portanto, inadequado para abrigar tal acervo.

Isso demonstra a falácia do discurso contido no plano de governo do atual prefeito, que, no capítulo dedicado à Cultura, se comprometeu a “estimular a preservação do patrimônio material e imaterial do município, garantindo o restauro e a manutenção de próprios públicos, bem como promover políticas de estímulo ao restauro e à preservação de edificações históricas”.

Outro exemplo de descaso é o Complexo do Morro do São Bento, onde estão os teatros Municipal e Arena (Jaime Zeiger) e a Casa da Cultura Juscelino Kubitschek. O local vem perdendo, a cada ano, a relevância que sempre teve. No local, foram desativadas a Biblioteca Municipal Guilherme de Almeida, a tradicional Escola de Arte do Bosque e as áreas de exposição, que sediaram grandes eventos de artes visuais.

A Escola de Artes, transferida para o Centro Cultural Palace, definha e, se nada for feito, não existirá em breve. Em seu espaço original, ela já sofria terrível sucateamento, com a falta de funcionários, professores e material para as aulas.

Já a Biblioteca Municipal Guilherme de Almeida, segundo a própria Prefeitura, não existe mais, embora seu site afirme o contrário, alegando que a Casa da Cultura abriga tal biblioteca. Mais uma vez, a falácia do discurso de “Desenvolver Programas e ações de incentivo à leitura e fortalecimento das bibliotecas e espaços de leitura”. Na verdade, nenhuma biblioteca foi implantada; ao contrário, a única biblioteca pertencente à secretaria foi desativada.

Quanto à Casa da Cultura, ela foi cedida, com aprovação da Câmara Municipal, em julho de 2024 para abrigar um projeto do Governo Estadual, a Fábrica 4.0, cabendo à Prefeitura o direito de uso só aos finais de semana. Embora um projeto necessário, deveria ter sua sede instalada em territórios periféricos, de modo a facilitar sua ocupação por moradores dessas regiões. Nesse caso, o Ministério Público instaurou inquérito pelo fato de a gestão Nogueira ter iniciado a reforma no local sem informar os órgãos reguladores, já que se trata de patrimônio histórico da cidade.

Também ao contrário do que previa o plano de governo da atual administração, nada foi feito para incentivar e dar mais qualidade à frequência dos parques, vide o palco do Parque Luís Carlos Raya, que segue interdito. Mesmo uma das raras iniciativas na área, como o projeto “Cultura em Todo Lugar”, com o intuito de “incentivar a arte nas praças e parques municipais”, com atividades de lazer e brincadeiras, na verdade, não passou de uma ação precária que nem condiz com a pujança cultural de Ribeirão.

Nenhuma política pública para a cultura teve origem na Secretaria de Cultura e Turismo nos últimos oito anos, que se limitou a criar projetos de recreação e aplicar os recursos da Lei Aldir Blanc e Paulo Gustavo, do governo federal. Mesmo assim, o Plano Municipal de Cultura e a programação para a aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura seguem defasados e sem informações.

Este cenário demonstra a desvalorização sistêmica da área de cultura pela administração atual, o que compromete o desenvolvimento cultural do município e agrava o já precário cenário de políticas públicas para esse setor.

### 3. Propostas

- Recriar a Secretaria Municipal de Cultura, com orçamento anual de, no mínimo, 1% do orçamento do município, até atingir 2% na gestão, para financiar as políticas públicas culturais.
- Efetuar os repasses financeiros, segundo a legislação, para o Fundo Municipal de Cultura, com critérios e diretrizes transparentes para sua aplicação.
- Fortalecer a participação democrática e popular no Conselho Municipal de Políticas Culturais, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, comitês setoriais e realizar conferências bienais, com campanhas de mobilização para incentivar a participação da sociedade e ampla representatividade dos segmentos.
- Ceder servidor para apoiar o funcionamento administrativo dos conselhos setoriais, incluindo atendimento ao público; assessoria em reuniões e registros e acompanhamento das atividades de corpos técnicos de apoio.
- Assegurar o financiamento, por meio de leis e editais para políticas e programas de fomento às atividades realizadas nas periferias, criando condições legais para a participação, mesmo de grupos sem figura jurídica.
- Garantir e fomentar a ocupação de espaços públicos por artistas e coletivos e instituir campanhas de conscientização e direitos assegurados pela Lei do Artista de Rua.
- Fomentar a realização de ações culturais por e para crianças, adolescentes e jovens, com editais públicos de financiamento.
- Estabelecer programa de fomento para fortalecer as manifestações culturais periféricas, garantindo parcerias com organizações da sociedade para a realização de atividades culturais descentralizadas, priorizando entidades que já atuam nos territórios.
- Coordenar com outras secretarias e/ou programas municipais a destinação de espaços para a realização de atividades culturais descentralizadas.
- Implantar o Plano Municipal do Livro e Leitura, com a participação das demais secretarias, esferas de governo e sociedade; e reinstalar a rede de bibliotecas de bairro na cidade e a Biblioteca Pública Municipal Guilherme de Almeida, sob liderança do Instituto do Livro.
- Requalificar a participação da Prefeitura na Feira do Livro, contribuindo para a curadoria da programação cultural e retomando o programa do cheque-livro para professores e alunos da rede de ensino.
- Reequipar e fortalecer a Escola de Arte do Bosque, que deverá ser instalada em espaço adequado para seu funcionamento, e desenvolver estudos com vistas à criação da Escola Livre de Artes, que contemple a música, o teatro, o circo e a dança.
- Monitorar, dar transparência e assegurar o funcionamento pleno do Plano Municipal de Cultura, com a instituição de um comitê de acompanhamento paritário entre poder público e sociedade civil.
- Promover a revitalização do acervo, curadoria, programas educativos, infraestrutura e equipes das instituições de memória e dos museus municipais, tais como Histórico e de Ordem Geral, do Café, Museu da Segunda Guerra, MIS, MARP e Arquivo Público.
- Garantir a educação patrimonial relacionada aos territórios, com desenvolvimento de conteúdo e metodologia próprios para os professores da rede municipal de ensino, para que possam atuar como agentes multiplicadores no ambiente escolar, em consonância com a política nacional museológica e valorizando os atores de culturas tradicionais e seus territórios.

- Organizar o acervo fonográfico e fotográfico da história oral de artistas, trabalhadores da cultura, mestres e agentes culturais da cidade em suas múltiplas linguagens e manifestações étnicas e culturais, mobilizando mecanismos midiáticos para seu arquivamento e difusão por meio do Museu da Imagem e do Som e outros.
- Fomentar o carnaval como expressão da cultura negra na cidade e indicar espaço público para a criação do Sambódromo, com versatilidade para funcionar também como centro de eventos, e aprimorar o modelo de gestão dos centros culturais, de modo a incentivar e fomentar a cultura do Carnaval.
- Retornar o Arquivo Público Municipal para a Secretaria de Cultura, com destinação de orçamento para seu funcionamento, digitalização dos arquivos em adiantado estado de deterioração, e resgatar e preservar a memória.
- Garantir nos editais públicos do Fundo Municipal de Cultura recursos para apoiar as culturas tradicionais e afrobrasileiras, garantindo percentual de cotas para pessoas negras, permitindo que pessoas com dificuldades tecnológicas de acesso apresentem oralmente suas propostas.
- Criar o Centro de Convivência de Pessoas Idosas, voltado às ações culturais de artistas e público com mais de 60 anos de idade.
- Reconhecer os assentamentos urbanos e rurais como espaços de promoção e fruição cultural, criando ações de incentivo específicas.
- Estabelecer como prioridade a contratação para os equipamentos culturais, entre os quais a Fábrica de Cultura 4.0, parceria com o governo estadual, de profissionais, fazedores e artistas locais, através de chamamentos públicos e publicização de critérios e monitoramento de seu funcionamento por comitê paritário entre Poder Público e sociedade civil.
- Realizar editais e programas de cessão de espaços e oferecer oportunidades desburocratizadas, observando os novos marcos legais da Cultura, e promover a capacitação e o auxílio aos produtores locais fazedores e fazedoras de cultura, de modo a facilitar sua participação nos mecanismos de incentivo e fomento.
- Disponibilizar agendas para uso dos teatros Municipal e Arena, e de seu entorno, para as produções artísticas no município, adotando critérios em conjunto com o Conselho Municipal de Políticas Culturais.
- Articular com a Fábrica de Cultura 4.0 a instalação de pontos de atendimento em territórios periféricos do município, de modo a garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes periféricos, inclusive aos finais de semana, feriados e fora do horário comercial.
- Apoiar, por meio de mecanismos de fomento, a circulação interna da produção cultural do município.
- Oferecer programas e projetos para promover maior inclusão social e acesso às políticas públicas de cultura.

## ESPORTE E LAZER

### 1. Enunciado

Em novembro de 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – proclamou a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte, alçando-as como direitos humanos a serem garantidos por todos os países-membros da Organização.

Em 2015, reforçou a condição da prática esportiva como direito humano, conferiu grande ênfase à ideia de igualdade de gênero e não discriminação de qualquer natureza, além de incluir o conceito de atividade física como aliada fundamental na promoção de hábitos para a vida saudável.

No Brasil, o esporte começou a mudar para melhor com a criação do Ministério do Esporte pela Medida Provisória nº 103/2003, no primeiro dia da chegada de Lula à presidência da República, com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”.

À criação do Ministério, seguiram-se a primeira Conferência Nacional, com ampla participação da sociedade na formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer, e a construção da Política Nacional de Esporte, com foco na inclusão social. Estiveram envolvidas mais de 83 mil pessoas nesse processo.

No campo do indivíduo e das comunidades, esporte e lazer podem trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito às regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, entre outros.

Também podem auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas e criminalidade, entre outros.

Entretanto, as práticas esportivas, quando ordenadas por interesses empresariais e conduzidas pela dinâmica do mercado, reproduzem desigualdades sociais e territoriais, contribuindo para a exclusão social das populações subalternizadas e periféricas.

Atualmente, o esporte encontra-se em disputa entre aqueles que o têm apenas como valor mercadológico e os que o veem como manifestação mais ampla, ligada ao universo da Cultura Corporal. O lazer é entendido, sem controvérsias, como espaço-tempo livre de trabalho destinado à apropriação crítica e lúdica da cultura de nosso tempo.

Democratizar o acesso ao esporte e às práticas corporais só será possível se considerarmos campos, ginásios, quadras, ruas, avenidas e praças como lugares de disputas ideológicas e estimularmos outros sujeitos a se apropriarem desses espaços públicos, bem como levarmos em conta as dimensões sociais do corpo e das práticas esportivas.

Um programa de esportes deve contribuir para o desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social.

Esporte, lazer, saúde e educação são compreendidos por nós como bens culturais e direitos sociais fundamentais. Por essa razão, é a face pública e inclusiva dessas dimensões que deve orientar a proposta a ser coletivamente construída, sendo sua integração um desdobramento do reconhecimento dessa característica.

Além dos aspectos do desenvolvimento humano e social, os eventos esportivos e artísticos envolvem grande número de pessoas do município e região, com significativo impacto na economia da cidade.

Ribeirão Preto já foi palco de grandes eventos nacionais e internacionais na Cava do Bosque, seu maior complexo esportivo, tais como: shows com artistas consagrados, Blues Festival; Circo Acrobático Chinês; Holiday on Ice de Patinação; Festival

SESC Mobil de Ginástica e Dança; Jogos Abertos do Interior, Encontro de Vôlei Brasil x Portugal, Mundialito e Sul-Americano de Vôlei; 10º Torneio Brasileiros x Estrangeiros de Basquete; Jogos dos Harlem Globetrotters; final dos Campeonatos Brasileiro de Vôlei e Basquete; Campeonato Brasileiro de Aeróbica e Estadual de Judô e Natação.

Oficialmente, tem um Plano Diretor previsto pela Lei Complementar 501/1995 e modificado pela Lei Complementar 1573/2003; foi revisto pela Lei Complementar 2866/2018.

## 2. Diagnóstico

A infraestrutura de esportes em Ribeirão Preto é constituída por oito equipamentos, localizados em apenas seis bairros dos muitos existentes no município, um existente no Distrito de Bonfim Paulista e outro na região central, pertencente a uma associação de servidores. São os seguintes:

1. Ginásio da Cava do Bosque “Elba de Pádua Lima” - Campos Eliseos
2. Centro de Esportes e Lazer Manoel Freitas Câmara - Jardim Independência
3. CEJA / Centro de Jornada Ampliada - Vila Virgínia
4. Complexo Esportivo do Dutra 2
5. Estação Cidadania Esporte - Jardim Alexandre Balbo
6. Arena Adalberto Valadão - Planalto Verde
7. Vila Faiane - Distrito de Bonfim Paulista
8. Associação dos Servidores Municipais – Centro

Quanto às vagas existentes nos referidos equipamentos para o exercício de 2024, a Secretaria de Esportes de Ribeirão Preto divulgou, em janeiro, a existência de 2.062 vagas para a faixa etária de três a 50 anos, distribuídas entre 19 modalidades, sendo três inéditas: triatlo, para crianças de 8 a 16 anos; habilidades motoras, para crianças de três a cinco anos; e MovimenTEA, para crianças de sete a 17 anos que se enquadram no espectro autista.

Apesar da proposta ampla de uma faixa etária bastante ampliada, o foco foi, na verdade, atender pessoas de até 20 anos, e o equipamento privilegiado foi a Cava do Bosque, que contou com a maior diversidade de modalidades e o maior número de vagas, como pode ser visto a seguir.

Na Cava do Bosque “Elba de Pádua Lima” foram, de fato, oferecidas todas as modalidades previstas, além de tênis de mesa e triatlo, totalizando 1.212 vagas, o equivalente a 59% das 2.062 vagas oferecidas inicialmente em janeiro de 2024. Para o público com 20 anos ou menos, foram reservadas 1.132 dessas vagas, e apenas 80 de vôlei adaptado para pessoas com mais de 50 anos.

Entretanto, o Complexo Manoel Freitas Câmara, localizado no Jardim Independência, vizinho aos Campos Eliseos, recebeu 420 vagas de futebol, enquanto o Complexo Esportivo do Dutra recebeu outras 60 vagas – das quais, 20 para o público feminino – ambas para a faixa etária de sete a 17 anos. Portanto, apenas a modalidade de futebol foi contemplada; das 480 vagas, somente 4% foram destinadas ao público feminino.

Para o CEJA Vila Virgínia, foram destinadas 290 vagas para a faixa etária de sete a 17 anos, das quais 100 foram destinadas ao Judô, 90 ao futsal masculino, 40 para MovimenTEA e 60 para habilidades motoras de crianças de três a cinco anos. As duas últimas modalidades foram introduzidas pela primeira vez nas políticas públicas municipais.

Na Vila Faiane, em Bonfim Paulista, distrito com cerca de 12.000 habitantes, somente 80 vagas foram distribuídas entre Handebol e Judô para o público até 17 anos.

A Arena Lazer Adalberto Valadão, no Jardim Planalto Verde, foi inaugurada em março de 2024, último ano da atual gestão, com recursos do governo estadual. É composta por uma quadra de futebol society, com iluminação e arquibancada, em área de 717,5 m<sup>2</sup>, e uma quadra de basquete com funcionamento 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Em julho de 2024, foi anunciado um projeto de Centro Olímpico para Ribeirão Preto (SP), a ser construído na Zona Norte, entre os bairros Parque das Oliveiras e Cristo Redentor, com capacidade superior à Cava do Bosque, com custo de R\$50 milhões. Contudo, ainda não foi licitado.

Em Ribeirão Preto, existem inúmeras associações esportivas nas mais diversas modalidades que mantêm contrato com a administração municipal para o desenvolvimento de projetos esportivos para crianças e jovens.

Para dar suporte para abrigar grandes competições esportivas, o município possui uma ótima rede hoteleira e de restaurantes, além de quatro shopping centers.

### **3. Propostas**

- Ampliar a quantidade e a diversidade de oportunidades de esportes e lazer, respeitando as preferências, necessidades e expectativas dos vários segmentos da população para as práticas esportivas, priorizando ações de inclusão social.
- Ampliar a realização de programas, projetos e atividades esportivas em equipamentos públicos e privados, além de praças, parques e ruas, por meio de um sistema de gestão colaborativa entre os órgãos e as secretarias municipais de Educação, Saúde, Turismo e afins, para garantir esporte e lazer ao maior número de pessoas.
- Implantar programas de formação de agentes de políticas intersetoriais de lazer e esporte.
- Integrar as propostas e programas aprovados pela Conferência Municipal de Esportes e Lazer às diretrizes e ações da Política Nacional de Esporte e Lazer.
- Desenvolver programas de formação de atletas e motivação das próximas gerações com intercâmbio de atletas da região.
- Aprimorar e fortalecer o Programa de Escolinhas de Esportes, integrando-o aos demais serviços municipais.
- Fomentar o turismo esportivo com agenda anual de campeonatos e maratonas em âmbito regional e estadual.
- Instalar academias populares na região central da cidade em imóveis desocupados e/ou com ocupação popular, com editais que priorizem associações de trabalhadores para administrar os espaços.
- Criar “Academias da Superação” em praças públicas e outros espaços, adaptadas às pessoas idosas e/ou com deficiência, e adequar as instalações e praças esportivas com essa finalidade.
- Fomentar e dar visibilidade à prática feminina das diversas modalidades, com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero no meio esportivo.
- Organizar equipes esportivas nos Centros de Cidadania LGBTQIAPN+.
- Priorizar práticas esportivas que interajam com o ambiente e a cultura urbana, como skate, corrida de rua, ciclismo e parkour.
- Incentivar o uso da bicicleta como atividade esportiva e de mobilidade urbana, com benefícios para os indivíduos e para a cidade.
- Criar o fórum permanente de lideranças do futebol de várzea para preservar esse bem cultural e ampliar a oferta de futebol feminino, além de campanhas para combater as diferentes formas de discriminação e preconceito.
- Ampliar as parcerias público-privado-social para universalizar as ofertas de esporte e lazer.

## IGUALDADE RACIAL

### 1. Enunciado

A população negra é maioria (54% das pessoas se identificam como pardas e pretas), mas ainda é marginalizada pela sociedade brasileira. Desde o período colonial, essa população está à margem da sociedade, sem os direitos fundamentais garantidos na educação, saúde, moradia, trabalho, salário, segurança, esporte, cultura, lazer etc.

Em nível educacional, a disparidade continua. No Brasil, apenas 13% das pessoas negras têm ensino superior, a partir da implantação das ações afirmativas, contra 26,5% de pessoas brancas com graduação completa.

A busca por direitos é eterna, desde o período escravocrata até o momento atual, com as organizações negras se debruçando na busca do diálogo com as autoridades locais para que sejam respeitados os direitos básicos para que a população negra tenha um bom viver.

O racismo no Brasil é escancarado e está restabelecido em todas as nossas relações sociais considerando os aspectos estruturais e institucionais. Embora haja conquistas do movimento negro, a situação do povo negro “não é agradável e a perspectiva da democracia racial é apenas uma visão romancista”.

O encarceramento em massa da população preta, a falta de oportunidades, a distribuição de renda e as condições desiguais de moradia demonstram o racismo existente na sociedade brasileira. Daí, a necessidade de um debate sobre o racismo é importante para não propagar conceitos raciais de forma estrutural.

É necessário o envolvimento da sociedade e, especialmente, do Estado. “A conscientização é muito importante. Como sociedade, é necessário percebermos que o fato de ter um tom de pele diferente afeta todas as nossas oportunidades e resultados posteriores. Porém, para que a sociedade tome conta disso, é necessário o pulso do Estado, que ele participe de maneira ativa.”

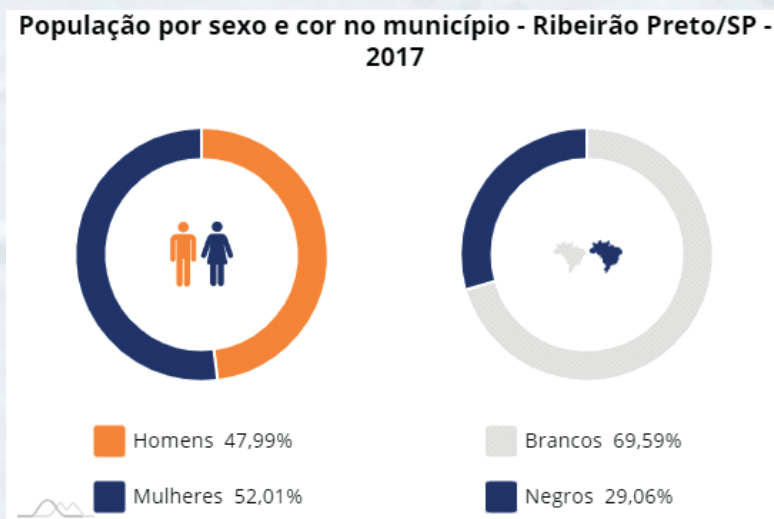
Diante desta afirmação, o candidato a prefeito Jorge Roque, ouviu e dialogou com militantes e pessoas integrantes do Movimento Negro de Ribeirão Preto para construir propostas necessárias em relação aos direitos básicos do povo preto de Ribeirão Preto, em todos os segmentos, se comprometendo a transformá-las em políticas públicas.

### 2. Diagnóstico

Em Ribeirão Preto, não é diferente, e a população negra se encontra na mesma situação que está no País. O Poder Público da cidade não dialoga com a sociedade negra para conhecer suas necessidades e não existe a preocupação de realizar tentativas nesse sentido para reparar o grave problema.

A precarização da participação da população negra na sociedade da cidade é enorme, vivendo na Zona Norte, nos bolsões mais pobres, sem as garantias econômicas necessárias para minimizar a situação

As violências acontecem diariamente contra crianças, mulheres, juventude, idosos, população de rua, com o racismo, violências de todos os tipos, perseguição policial etc.



Na educação, o abismo racial é nitido. Segundo levantamento do site Farolete a partir de microdados do Censo Escolar 2018, do Ministério da Educação, com 96.123 alunos do Ensino Fundamental e Médio de Ribeirão, distribuídos em 210 escolas privadas ou públicas (redes estadual e municipal), colégios de elite da rede privada chegam a ter apenas crianças declaradas brancas em todas as suas salas de aula, enquanto na rede pública a situação se inverte: negros são maioria em escolas da periferia e com estrutura precária. Do total de crianças matriculadas, 61% são brancas e 24% negras (pardos e pretos). Outras 15% não estão com raça declarada nos registros oficiais.

Essa proporção deveria ser equivalente nas escolas públicas e privadas, caso brancos e negros tivessem as mesmas oportunidades. A divisão, porém, escancara uma realidade que segrega. Nas escolas particulares 75% dos alunos são declarados brancos e apenas 8% negros. Nas públicas, são 54% brancos e 31% negros.

De cada 10 negros no Ensino Médio ou Fundamental de Ribeirão, apenas um está na rede particular e nove na pública. Entre os alunos brancos, a proporção é de quatro em escolas privadas e seis em públicas.

Um dos motivos é a diferença de renda, segundo pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2019, os brancos ganham, em média, o dobro do que os negros no País.

Em 2018, 74 mil crianças estudavam no Ensino Fundamental em Ribeirão Preto, considerando rede pública e privada: 17,8 mil são declarados negros – 15,8 mil frequentaram a rede pública.

Na rede particular de Ensino Fundamental, com 94 escolas, 39,5% das classes não possuem nenhum aluno declarado negro. Cinco dessas escolas privadas não tiveram nenhum aluno declarado negro em nenhuma sala de aula.

Já no ensino público, por sua vez, nenhuma escola possui apenas brancos. E, do total de 1.867 classes, somente quatro (0,2%) não tiveram negros em 2018.

### Rede privada

**1.162 turmas**

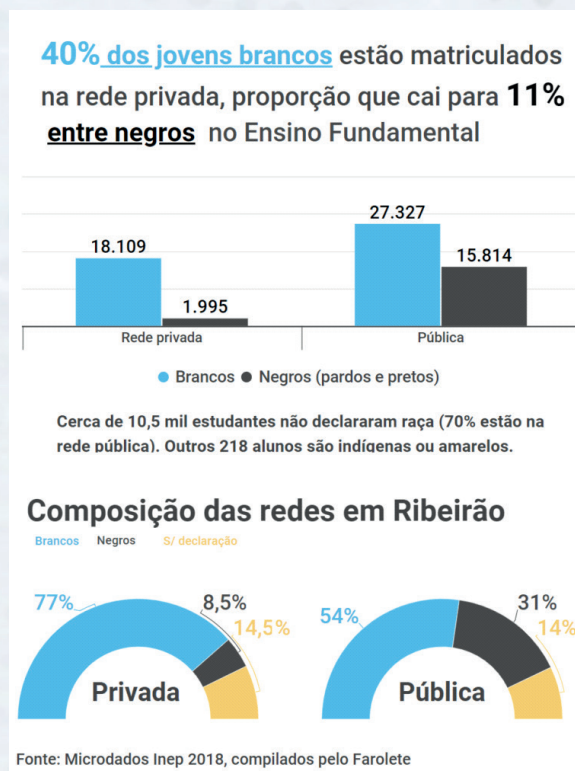
**459 sem negros**

### Rede pública

**1.867 turmas**

**4 sem negros**

Fonte: Censo Escolar 2018 / Dados consolidados por Farolete  
\*desconsiderando as crianças sem declaração de raça



O Ensino Médio de Ribeirão Preto, com 22,1 mil alunos em 2018, repete a segregação racial verificada no Ensino Fundamental. Apenas um em cada dez negros estudou na rede particular.

Ao todo, a rede particular tem 216 classes - em 63 delas (29%) não há alunos declarados negros. Em três colégios particulares só há estudantes declarados brancos. Já a rede pública tem 449 turmas. Em nenhuma delas há apenas brancos. Mas em 2022, a situação se inverte: os declarados negros são maioria dentro de sala de aula. Segundo levantamento do jornal Folha de São Paulo, com dados oficiais do IBGE, 4 em cada 10 negros não termina o colegial.

### 3. Propostas

- Garantir no orçamento recursos para promover a educação para as relações étnico-raciais
- Implantar programa permanente de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e práticas culturais como a capoeira nos currículos escolares, com formação continuada para professores e demais servidores da rede municipal de ensino sobre o que diz sobre o tema a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as leis 10.639/03 e 11.645/08
- Estabelecer parcerias entre a rede municipal de ensino e a estadual, a privada e a comunitária para promover ações integradas de combate ao racismo
- Incluir no calendário das escolas municipais atividades a serem realizadas pelos alunos para difundir a cultura africana e afro-brasileira nas artes, particularmente na literatura, e assegurar a elaboração de projetos com esse fim
- Fortalecer o Conselho de Promoção da Igualdade Racial e demais instrumentos de elaboração de políticas públicas, acompanhando a implementação de ações que visem o respeito e a promoção das relações étnico-raciais
- Garantir a seleção e adoção nas escolas municipais de livros didáticos e paradidáticos que retratam a participação do povo africano e afrodescendente na construção da história e formação da sociedade brasileira
- Estabelecer protocolos com recomendações de procedimentos em casos de racismo e/ou discriminação para seguirem seguidos nas escolas, incluindo, quando for o caso, notificação à área de segurança pública

- Aderir ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, do governo federal, para obter acesso preferencial às transferências de recursos orçamentos, políticas, planos, ações, capacitações e projetos para promoção da igualdade racial, com debates, pactuações, aperfeiçoamento e elaboração de estratégias conjuntas para a gestão de políticas públicas setoriais
- Implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no âmbito do município, com inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra na formação dos trabalhadores da saúde e expressiva participação do Movimento Social Negro no controle social na saúde; e ainda: incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra; reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde (incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas); implementação do processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde nas várias esferas de governo; desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para desconstruir estigmas e preconceitos, fortalecer uma identidade negra positiva e contribuir para a redução das vulnerabilidades.
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e organizações comunitárias para viabilizar a instalação no município da Casa dos Falcêmicos, para abrigar pacientes e familiares, uma vez que os portadores da anemia falciforme em toda a região recebem atendimentos especializados no Hospital das Clínicas (87% da população negra no Brasil é portadora da doença)
- Fortalecer o comitê técnico de saúde da população negra
- Fomentar o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, utilizando o esporte como meio de promoção da igualdade racial
- Garantir condições para manifestações culturais africanas e afro-brasileiras nos âmbitos da dança, música, artes plásticas, artes cênicas e demais produções artísticas
- Instituir o programa de valorização de mestres e mestras da cultura negra
- Implementar políticas públicas voltadas para o combate ao extermínio da população jovem negra
- Capacitar educadores, guardas municipais e toda estrutura de chefia em direitos humanos

## INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

### 1. Enunciado

A infância e a adolescência são períodos cruciais para o desenvolvimento humano. As políticas públicas que afetam as faixas etárias do zero aos 17 anos são fundamentais para garantir um futuro próspero e seguro para nossa sociedade. Em Ribeirão Preto, é essencial focar em estratégias que promovam o bem-estar, a segurança e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, com prioridade absoluta.

As políticas públicas que envolvem a infância e adolescência devem ser intersetoriais, abrangendo segurança pública, saúde, educação, assistência social, profissionalização, cultura, esporte, previdência social, entre outras áreas. Estima-se que em Ribeirão Preto cerca de 22% da população esteja entre zero e 17 anos, sendo quase 8% da população geral na primeira infância. Essa é a geração do futuro de nossa cidade; por este motivo, seus direitos são garantidos por lei federal (ECA) e a sua prioridade é absoluta.

Investir na primeira infância é crucial para o desenvolvimento pleno das crianças e para o futuro da sociedade. Estudos mostram que os primeiros anos de vida são fundamentais para a formação do cérebro, o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, e a prevenção de problemas futuros.

A política para a primeira infância em Ribeirão Preto apresenta desafios significativos, como a falta de vagas em creches e pré-escolas no período integral, desigualdade no acesso a serviços de qualidade, necessidade de maior investimento na formação de profissionais e impactos da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento infantil.

### 2. Diagnóstico

A administração Nogueira não conseguiu cumprir com a prioridade absoluta de crianças e adolescentes estabelecida por lei. É crucial implementar uma política intersetorial que aborde todas as áreas de necessidade com prioridade para garantir um desenvolvimento saudável e adequado para esse grupo.

Consultado o Conselho Tutelar sobre as violações de direitos das crianças e adolescentes no período de 01/01/2021 a 18/08/2024, recebemos os dados abaixo, de acordo com os grupos de direitos fundamentais:

Educação, Cultura, Esporte e Lazer: O Conselho Tutelar recebeu 3.815 denúncias relacionadas a essas áreas. As principais violações incluem a falta de vagas escolares, a ausência de vagas em contraturno escolar e a eliminação das creches em período integral. A eliminação das creches em período integral prejudicou a rotina das famílias, afetando a capacidade das mães de trabalhar, e contribuiu para a falta de emancipação financeira das mulheres, o que impacta nos índices de violência doméstica. Além disso, a ausência de atividades culturais e esportivas em bairros periféricos exacerbou a exclusão social e a falta de oportunidades. O Governo do Estado destinou recursos através do Fundo Social de São Paulo para a implantação da Praça da Cidadania no bairro Parque Ribeirão Preto. No entanto, a obra está paralisada, com fios roubados e o espaço anteriormente ocupado pela Feira do Balaio (uma das maiores feiras populares da cidade) cercado por tapumes, um cenário preocupante e recorrente em nossa cidade.

Convivência Familiar e Comunitária: Foram registradas 2.963 denúncias relacionadas a esta área. A Lei da Primeira Infância destaca a importância de atender também às necessidades das famílias para garantir o bem-estar das crianças. A gestão atual não conseguiu implementar uma abordagem integrada que oferecesse suporte adequado às famílias, comprometendo o desenvolvimento das crianças. Muitas vezes, essas violações acabam em acolhimento institucional, que deveria proporcionar proteção, mas fiscalizações do órgão mostram que o serviço frequentemente viola direitos básicos e apresenta índices preocupantes de evasão.

**Liberdade, Respeito e Dignidade:** O Conselho Tutelar recebeu 1.150 denúncias, incluindo abusos e exploração sexual. Essas violações são graves e frequentemente subnotificadas. A falta de serviços especializados como o CAI e a DEPCA agrava a situação, sendo urgente a implantação de programas que abordem e previnam essas violências. A lei da escuta é clara ao exigir técnicos especializados e qualificados para a realização desse serviço. Atualmente, o município conta com o SEAVIDAS, que oferece um serviço de qualidade, mas ainda não atende plenamente à demanda e viola o direito à não revitimização.

**Direito à Vida e à Saúde:** Foram registradas 734 denúncias, principalmente relacionadas à automutilação e à tentativa de suicídio. A situação revela uma necessidade crítica de serviços de saúde mental e apoio psicológico para adolescentes em risco. Existe uma demanda reprimida de cerca de um ano nos atendimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e há cerca de dois anos não há um profissional psiquiatra no CAPS Infantil, agravando a situação de saúde mental das crianças e adolescentes. Além disso, a retirada dos profissionais de assistência social e psicologia das UBSs e das escolas elevou ainda mais os índices de problemas de saúde mental. É urgente a presença desses profissionais nos ambientes de saúde e educação.

**Profissionalização e Proteção no Trabalho:** O Conselho Tutelar recebeu 69 denúncias nesta área. A falta de programas de profissionalização para adolescentes impede a erradicação do trabalho infantil, especialmente a exploração associada ao tráfico de drogas. Destaca-se a necessidade de expandir as oportunidades de formação e emprego para os jovens.

De acordo com o censo IBGE de 2022, em Ribeirão Preto existem 93.880 adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, idade adequada para o programa Jovem Aprendiz, mas as vagas disponíveis são insuficientes. Para reverter a situação, é essencial reestabelecer e expandir os serviços educacionais e de cuidados, implementar políticas que atendam de forma integrada às necessidades das famílias, melhorar as condições dos acolhimentos institucionais e garantir a efetiva implementação de recursos e programas prometidos. A criação de um sistema robusto e inclusivo para a proteção e desenvolvimento das crianças e adolescentes deve ser a prioridade máxima para assegurar um futuro melhor para a juventude de Ribeirão Preto. Além disso, é importante destacar que na PPA, LDO e LOA não foram referidos crianças e adolescentes, tampouco jovens, em nenhum momento, evidenciando uma lacuna significativa nas políticas públicas municipais.

### 3. Propostas

- Criar o Centro de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou abuso sexual, devendo funcionar como um espaço de acolhimento e atendimento integral e evitar a revitimização (a escuta especializada será uma prioridade e realizada por profissionais treinados); deverão realizar os encaminhamentos necessários, tais como boletins de ocorrência, exames médicos e atendimento socioassistencial, devendo estar localizado próximo à delegacia especializada para casos de violência contra crianças e adolescentes, com atendimento rápido e eficaz.
- Apoiar a criação da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, localizada junto ou próxima ao Centro de Atendimento Integrado, com policiais treinados para realizar escuta especializada e depoimento especial, garantindo os cuidados necessários para o bem-estar de crianças e adolescentes, assim como preservar a adequada coleta de vestígios; sua finalidade é propiciar ambiente acolhedor, seguro e livre de constrangimentos.
- Criar programas territoriais que garantam convívio familiar e comunitário, educação, saúde, esporte, lazer e cultura, em colaboração com a comunidade local, promovendo atividades esportivas e culturais que incentivem o desenvolvimento social e emocional das crianças e adolescentes, em conexão com o Programa “Escola Aberta”, nos finais de semana e férias, para incentivar a participação das famílias na vida escolar e o pertencimento territorial e escolar das crianças e adolescentes, fortalecendo os laços comunitários e aumentando o engajamento dos pais.

- Criar programas de aprendizagem e profissionalização para adolescentes na idade certa, com oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal, com parcerias com empresas e organizações para facilitar a inserção no mercado de trabalho e apoiar medidas para erradicar o trabalho infantil.
- Criar quatro novos conselhos tutelares para desafogar o serviço atual e garantir atendimento ágil e eficiente, seguindo a recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) de um conselho tutelar para cada 100 mil habitantes.
- Criar programa para combater e reduzir casos de evasão, bullying e violência no ambiente escolar com a contratação de assistentes sociais e psicólogos, profissionais essenciais em programas de permanência escolar e suporte psicossocial aos alunos.
- Ampliar o acesso a creches e pré-escolas para garantir que 100% da demanda para vagas nesses locais seja atendida, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade social, inclusive com creches em período integral.
- Investir na formação continuada de profissionais que atuam na Educação, principalmente na Infantil, como também de todos que atuam no sistema de garantia de direitos.

## JUVENTUDE

### 1. Enunciado

A desigualdade social é um tema urgente e relevante em Ribeirão Preto, uma cidade que, apesar de sua riqueza, ainda enfrenta disparidades significativas. Neste ensaio, exploraremos como a participação popular e a distribuição de renda podem ser ferramentas essenciais para promover um crescimento inclusivo e reduzir as desigualdades.

Na sociedade atual, os jovens frequentemente veem o status quo como uma continuação do passado. No entanto, é crucial apresentar uma visão alternativa, destacando a necessidade de combater as estruturas que perpetuam a exploração e a falta de direitos.

O neoliberalismo, frequentemente disfarçado de ideologia pragmática, é, na verdade, uma teia de falácias que mantém os trabalhadores em um estado de vulnerabilidade e a utopia seria outros modelos de economia e sociedade, mas o horizonte está distante.

A juventude enfrenta desafios diários relacionados ao emprego e à renda. É imperativo gerar mais oportunidades de trabalho, mas com garantias de direitos trabalhistas. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) deve ser a base, mas também devemos explorar soluções inovadoras que empoderem os trabalhadores. Iniciativas como o programa federal “Pé de Meia” podem inspirar a criação de políticas locais que incentivem o estudo e a capacitação profissional.

A violência policial, especialmente contra jovens negros e periféricos, é uma realidade preocupante. Devemos buscar reformas que garantam a segurança sem violar os direitos individuais. A participação popular pode contribuir para a formulação de políticas de segurança mais justas e transparentes.

Iniciativas culturais e de lazer devem estar acessíveis em todos os cantos da cidade. Espaços públicos bem cuidados e eventos culturais podem fortalecer o senso de pertencimento e inclusão. A participação ativa dos jovens na definição dessas políticas é fundamental.

A sustentabilidade deve ser priorizada. Soluções para o meio ambiente não devem prejudicar os mais pobres, e os custos devem ser equitativamente distribuídos. Incentivar práticas econômicas responsáveis e conscientes é essencial para o futuro da cidade.

Os jovens devem se ver como os principais agentes de mudança social, trabalhando juntos para construir uma Ribeirão mais igualitária e próspera.

### 2. Diagnóstico

Ribeirão Preto possui uma história rica e uma importância econômica significativa, mas enfrenta desafios consideráveis, incluindo desigualdade socioeconômica, violência urbana, déficit habitacional e problemas no acesso à educação básica e saúde.

A juventude tem sido um segmento crucial no engajamento político, especialmente nas eleições de 2022, mas continua a enfrentar marginalização e falta de oportunidades.

Há uma necessidade urgente de políticas públicas que abordem especificamente os problemas enfrentados pelos jovens, como desemprego, falta de acesso à educação de qualidade, saúde mental e a ausência de perspectivas para o futuro.

Alguns problemas que foram identificados no município são a desigualdade socioeconômica, o que causa um impacto elevado na juventude periférica, resultando em fome, miséria e marginalização.

Na área da Educação, verifica-se a falta de programas efetivos de educação sexual, com baixa adesão a medidas preventivas de saúde e insuficiência de acesso à educação e formação qualificadas.

No que diz respeito à Saúde, constatou-se a insuficiência de Centros de Testagem e Aconselhamento (CTAs), Serviços de Assistência Especializada (SAEs), e de campanhas de conscientização sobre PrEP (profilaxia pré-exposição) e PEP (profilaxia pós-exposição).

Na área da Habitação, existe um elevado déficit habitacional, especialmente para os jovens e para a população LGBTQIAPN+.

Quanto à violência e à segurança, tem sido registrado um aumento da violência contra a juventude negra; uma das razões é que é nítida a falta de representatividade étnica nos órgãos de segurança.

Com relação às áreas de Cultura e Lazer, não há apoio e incentivo para as expressões culturais das juventudes negras e LGBTQIAPN+ no município.

### 3. Propostas

- Implementar políticas de educação sexual nas escolas, com foco na redução das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e ampliar os centros de testagem e serviços de aconselhamento em infecções sexualmente transmissíveis e as campanhas de conscientização sobre profilaxias Pré Exposição (PrEP) e Pós Exposição (PEP)
- Criar espaços de diálogo entre a comunidade, líderes e gestores públicos para, coletivamente, definir políticas e prioridades para a população, em especial a juventude
- Implementar programas de transferência de renda e incentivar a economia local, garantindo que os benefícios alcancem todos os cidadãos
- Desenvolver programas que garantam alimentação básica de qualidade para jovens periféricos
- Destinar nas políticas públicas de habitação ações voltadas para jovens e minorias
- Criar de programas de formação profissional e educacional para garantir o acesso ao ensino superior e técnico
- Fortalecer as políticas de segurança com foco na representatividade e na prevenção da violência institucional e criar comitês de enfrentamento à violência contra a juventude negra
- Desenvolver estudos para a criação do Passe Livre Cultural para garantir acesso à cultura para jovens estudantes
- Implementar programas de distribuição de alimentos e garantir acesso gratuito a refeições de qualidade
- Estudar a criação de cotas para a contratação de jovens em órgãos públicos e empresas contratadas pelo município
- Promover eventos culturais e artísticos focados nas expressões das juventudes negras e LGBTQIA PN+, com eventos e espaços dedicados
- Criar um comitê de enfrentamento à violência, com políticas de proteção e inclusão social

## MULHERES

### 1. Enunciado

Lares chefiados por mulheres foram os primeiros a serem atingidos pela crise econômica e pela falta de alimentos que o governo Bolsonaro ocasionou. Elas foram as primeiras a perderem os empregos, a serem despejadas de suas casas e as principais responsáveis por “se virarem” para garantir alimentos para si e seus filhos. O governo Lula recriou o Ministério de Políticas para as Mulheres para assegurar às mulheres o exercício de seus direitos, com prevalência de igualdade e justiça social. Sua efetividade já pode ser reconhecida na liderança pelos esforços que levaram à criação da Lei de Igualdade Salarial entre mulheres e homens, à retomada de investimentos em novas unidades da Casa da Mulher Brasileira, aos primeiros passos em direção a uma política inovadora de cuidados e à articulação dos entes federados em prol de mais participação política das mulheres. As desigualdades entre mulheres e homens não são naturais, mas construídas na sociedade e em distintas instituições. As expressões mais dramáticas dessas desigualdades são a violência doméstica, a exclusão das mulheres dos espaços de poder, a desigualdade no mercado de trabalho, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e filhas como tarefas delegadas como exclusivas das mulheres. As mulheres, sobretudo as mulheres negras, enfrentam maiores dificuldades para se inserirem no trabalho produtivo. E quando se inserem, estão nos trabalhos mais precários e vulneráveis, na informalidade, e enfrentam o desemprego de longa duração.

### 2. Diagnóstico

Os sucessivos governos do PSDB foram incapazes de dar respostas aos anseios das 366.324 mulheres ribeirão-pretanas (IBGE, 2017). O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM), que tem como objetivo principal prover recursos para a implantação de programas, desenvolvimento e manutenção das ações relacionadas à política pública voltada para a garantia e a defesa dos direitos da mulher em Ribeirão Preto, não recebeu nenhum orçamento, mostrando o descaso com o tema pela atual administração. Hoje, não há uma articulação na cidade de uma rede de serviços que organize as políticas de prevenção, acolhimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência. Na área do trabalho, não há programas específicos que fortaleçam as mulheres, mesmo sendo elas a população mais ativa do município, como apontam os dados do IBGE. Na área da saúde, o Programa de Saúde Integral da Mulher encontra-se diluído e não há distinção nas especificidades para o atendimento às mulheres em todas as fases de sua vida. As imensas filas de espera para atendimento e procedimentos especializados penalizam de forma particular as mulheres, pois, além de sua própria saúde, recai sobre elas a principal responsabilidade pela saúde e bem-estar de seus familiares. Nosso governo vai inovar no modelo de gestão da cidade, introduzindo políticas específicas e ações afirmativas dirigidas para as mulheres, de modo a responder às demandas das mulheres ribeirão-pretanas.

### 3. Propostas

- Criar um aparato de gestão, tal qual uma secretaria, para formular, articular e executar as políticas para todas as mulheres, com condições políticas, orçamentárias e de pessoal suficientes para garantir a capilaridade de sua atuação.
- Elaborar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e construir mecanismos para garantir a eficácia e a transversalidade das políticas para as mulheres no município.
- Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, tornando-o deliberativo, e implementar comitês permanentes de políticas para as mulheres em todas as secretarias e empresas públicas municipais; realizar conferências municipais de mulheres, assegurando amplo processo de participação desde a preparação.
- Instituir na administração direta e indireta ações afirmativas e de discriminação positiva que garantam metas percentuais de participação das mulheres no primeiro escalão, funções de presidência, direção, coordenação, gerenciamento e assessoria, com medidas administrativas e gestão estratégica visando seu cumprimento.

- Elaborar as políticas de forma democrática e participativa, incentivando e garantindo a participação das mulheres nos diversos momentos de sua elaboração, como no Plano Plurianual, orçamento, definição de planos e políticas setoriais.
- Produzir estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre igualdade de gênero e incorporar essas variáveis no planejamento das ações, com o objetivo de construir políticas que alterem as desigualdades entre mulheres e homens.
- Criar mecanismos de divulgação permanente das políticas para possibilitar real participação e controle social.
- Organizar e divulgar uma política de orçamento participativo com incentivo à participação das mulheres e em diálogo com os movimentos de mulheres.
- Criar mecanismos e estratégias de apoio à participação das mulheres nos conselhos estaduais e municipais das diversas áreas de governo e nos fóruns regionais de discussão de políticas públicas, democratizando as dinâmicas e o funcionamento dos diversos conselhos, rompendo com o esvaziamento que caracterizou as gestões anteriores.
- Promover a inserção e a permanência das mulheres em relações formais de trabalho no mercado, especialmente em profissões não tradicionais, e estimular a diminuição da diferença de rendimentos entre mulheres e homens.
- Incentivar a criação de programas com atividades de combate à discriminação do trabalho das mulheres e de incentivo à geração de emprego, trabalho e renda.
- Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários, fortalecendo a rede de mulheres na Economia Solidária.
- Promover a assistência técnica e o fomento às atividades de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo de projetos propostos por mulheres nas áreas urbanas e rurais.
- Apoiar a organização de mulheres que trabalham como ambulantes e vendedoras a domicílio como meio para ampliar a renda e obter garantias previdenciárias e sociais.
- Oferecer cursos de formação profissional para as mulheres, que não reforcem a divisão sexual do trabalho.
- Promover a obtenção de documentação civil e jurídica para mulheres, ampliando seu acesso aos direitos, aos serviços, às políticas de compras públicas e para a formalização dos seus empreendimentos.
- Apoiar projetos de organização produtiva das mulheres rurais, garantindo apoio à comercialização.
- Fortalecer as políticas de combate ao assédio moral e sexual no local de trabalho, com criação e difusão de canais para apuração e responsabilização.
- Promover a ampliação, qualificação e humanização das ações de atenção à saúde integral das mulheres na rede pública e privada, melhorando os índices de redução da mortalidade materna e neonatal.
- Ampliar a rede de serviços, no âmbito do SUS, de atenção à violência sexual e enfrentar a violência obstétrica, capacitando profissionais de saúde para que isso não mais ocorra.
- Promover a atenção em saúde qualificada e humanizada para as mulheres negras, indígenas, imigrantes, mulheres com deficiência, lésbicas, bissexuais e transexuais.
- Promover a formação permanente dos profissionais de saúde, enfatizando as dimensões de raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, mulheres com deficiência, mulheres em situação prisional, em situação de rua, mulheres rurais e mulheres imigrantes.

- Fortalecer a Área Técnica de Saúde das Mulheres da Secretaria Municipal da Saúde, equipe essencial para impulsionar a melhoria do atendimento e das políticas para as mulheres.
- Assegurar que todas as meninas matriculadas nas redes de educação pública da cidade tenham acesso ao Programa Dignidade Menstrual.
- Criar um programa de apoio para mulheres mães de crianças com deficiência física, mental, sensorial e orgânica na Rede de Saúde Mental.
- Garantir o acesso à anticoncepção de qualidade, com ações educativas, acesso a métodos e sua adequação às necessidades de saúde das mulheres, e atenção especial às mulheres jovens na prevenção da gravidez precoce e indesejada.
- Criar equipamentos públicos de acolhimento e atenção às mulheres vítimas de violência com o objetivo de coordenar a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, articulando os serviços existentes nas áreas de segurança, justiça, saúde e assistência social.
- Integrar e potencializar o funcionamento da Delegacia de Defesa da Mulher 24 horas por dia, inclusive fins de semana e feriados.
- Implementar a formação continuada dos profissionais das áreas de segurança, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.
- Realizar campanhas preventivas contra o assédio e a violência sexual nos transportes, nas áreas públicas, nos órgãos e empresas da administração.
- Estabelecer parcerias com o Ministério das Mulheres para a construção de Casas das Mulheres Brasileiras no município.
- Associar o município à campanha Brasil sem Misoginia do Ministério das Mulheres.
- Aplicar as diretrizes da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados.
- Ampliar a rede de creches e pré-escolas públicas nos meios urbano e rural, com educação de qualidade em tempo integral.
- Criar programas e projetos de atenção à criança e aos adolescentes em horário complementar ao período escolar, bem como ampliar a jornada escolar.
- Ampliar a oferta de equipamentos públicos e sociais que contribuam para o compartilhamento social das tarefas domésticas, como a modernização da rede de equipamentos públicos de apoio ao abastecimento e consumo de alimentos (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, entre outros).
- Implementar e ampliar políticas e equipamentos sociais voltados para a população idosa, considerando o envelhecimento da população na cidade.
- Instituir políticas, programas e ações intersetoriais de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia, preconceito e discriminação baseados na orientação sexual e identidade de gênero.
- Implementar o Centro de Cidadania LGBTQIAPN+ articulado com outros serviços de combate à desigualdade para atendimento dos socialmente vulneráveis e vítimas de discriminação, contando com advogados para tratar de situações de discriminação e violação de direitos, psicólogos para atender vítimas de preconceito e assistentes sociais para orientar e encaminhar aos serviços de atenção e proteção.

- Incorporar, em todos os setores do governo, o compromisso de impedir a discriminação racial e às pessoas por suas orientações sexuais e identidades de gênero.
- Realizar ações de formação para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso aos seus direitos, em redes articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexismo e LGBTfobia.
- Promover campanhas de combate ao racismo, ao feminicídio, à violência doméstica e sexual contra as mulheres negras, cis e trans.
- Fortalecer a diversidade étnico-racial por meio do ensino sobre as culturas negras e indígenas na rede de educação.
- Criar o Programa Municipal por uma Educação não Discriminatória que incorpore as questões de gênero nos currículos gerais com formação permanente de educadores, com elaboração de material didático-pedagógico, fortalecendo a segurança das crianças e adolescentes.
- Incentivar a inclusão digital das mulheres, estimulando seu acesso às novas tecnologias da informação.
- Oferecer programas de aumento da escolaridade e alfabetização, articulados com a oferta de cursos de profissionalização, para mulheres fora da idade escolar e em situação de vulnerabilidade social.
- Garantir nos programas de formação de profissionais e gestores públicos a presença da temática de gênero, raça, etnia e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos.
- Garantir a participação das mulheres na definição dos projetos arquitetônicos dos programas habitacionais.
- Garantir que novos projetos de infraestrutura arquitetônica e serviços públicos nas áreas de energia, saneamento básico, habitação, transporte e mobilidade incorporem as necessidades específicas das mulheres e a promoção de seu bem-estar e segurança, com lavanderias públicas, restaurantes populares e creches.
- Adequar os equipamentos públicos para o atendimento às pessoas com deficiência.
- Fortalecer uma política em conjunto com os municípios para promover a coleta de resíduos sólidos, bem como o acesso à água, objetivando assegurar moradias em ambientes saudáveis.
- Criar programas e conteúdos específicos nas áreas de comunicação e cultura que venham a contribuir para a desconstrução da cultura machista e patriarcal, que aprofundam a desigualdade e a exclusão das mulheres.
- Estimular programas de fomento à produção e difusão cultural para a promoção da igualdade e valorização da expressão das mulheres, sua diversidade e sua contribuição social, política, econômica e cultural.
- Criar áreas de lazer e equipamentos culturais e esportivos que incentivem e garantam a existência de espaços apropriados para as mulheres, inclusive o incentivo às práticas esportivas para meninas e jovens na rede escolar, espaços públicos, eventos esportivos, etc.
- Criar programas e projetos para estimular a participação das mulheres adultas, idosas e mulheres com deficiência nas práticas esportivas e de lazer
- Estabelecer parcerias com clubes, federações esportivas e meios de comunicação para enfrentar a violência e a discriminação contra as mulheres.

## DIVERSIDADE

### 1. Enunciado

Não faz muito tempo, ser LGBTQIAPN+ no Brasil era praticamente assinar um atestado de marginalidade (não que essa realidade tenha mudado muito). A população não-heteronormativa não tinha direitos civis mínimos garantidos e precisava enfrentar o preconceito e a discriminação de uma forma ainda mais dura.

Atualmente, ainda enfrentamos esse preconceito e discriminação; o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Porém, agora temos alguns direitos garantidos, infelizmente não amparados por leis na sua maioria, mas que nos dão um pouco mais de dignidade do que alguns anos atrás.

Para termos políticas públicas de qualidade, devemos ter os dados do que acontece com a nossa população, mas, infelizmente, sabemos que não aparecemos em todas as estatísticas levantadas. Dentro do que temos, podemos pontuar nossas maiores dificuldades e necessidades.

Falando sobre direitos, todos os principais direitos reivindicados pela população LGBTQIAPN+ vieram através de decisões do Judiciário, com base em interpretações da Constituição e não do Legislativo. Sendo assim, a população LGBTQIAPN+ brasileira não possui nenhum de seus principais direitos assegurados na lei. A falta de legislação faz com que LGBTQIAPN+ sofram tentativas de violação de seus direitos em todas as regiões do País, a exemplo do que aconteceu na 13ª Promotoria de Justiça de Florianópolis, que chegou a impugnar mais de 100 casamentos homoafetivos, sob a alegação de que a resolução do CNJ não se sobrepõe à lei (depois, todos esses casamentos foram autorizados judicialmente).

Até 2017, havia 99 projetos de leis sobre direitos LGBTQIAPN+ tramitando no Congresso (muitos sobre os mesmos temas). No mesmo período, havia outros 24 projetos de leis contrários aos direitos LGBT em trâmite no Legislativo brasileiro. Todavia, ainda que aprovadas, tais leis poderiam ter sua constitucionalidade questionada na Justiça. Infelizmente, o que observamos é um Congresso Nacional, que representa a sociedade, cada vez mais conservador e insensível aos direitos humanos de grupos vulneráveis.

O Poder Executivo, apesar de participação pouco expressiva, garantiu direitos à população LGBTQIAPN+. Entre eles, destaca-se o decreto presidencial de Dilma Rousseff que permite a transgêneros usarem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. O Executivo também tem buscado enfrentar a discriminação e a violência contra LGBTQIAPN+.

Podemos citar que, em 2004, com a participação da sociedade civil, o governo instituiu o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTQIAPN+ e de Promoção da Cidadania Homossexual”, elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República. Esse programa constituiu-se de amplas recomendações aos distintos setores do governo, no intuito de assegurar políticas, programas e ações contra a discriminação e que, sobretudo, promovam equidade de acesso a ações qualificadas aos serviços públicos.

Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde constituiu, também em 2004, o Comitê Técnico de Saúde da População LGBTQIAPN+, com vistas à construção de uma política específica para o SUS.

Praticamente todos os presidentes brasileiros do século XXI (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer) se mostraram favoráveis aos direitos LGBTQIAPN+ e defenderam a igualdade de direitos, sendo a única exceção Jair Bolsonaro.

As políticas desse segmento devem ser intersetoriais e envolver uma rede integrada de assistência social, saúde, previdência, segurança, cultura, educação, lazer, esporte e mobilidade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são a principal rede de proteção socioassistencial e de saúde da população LGBTQIAPN+ no município. As secretarias municipais de Assistência Social

e da Saúde, assim como a área de Cidadania e Direitos Humanos, em colaboração intersetorial, são as instâncias responsáveis por implantar e manter integrados os equipamentos socioassistenciais e sanitários.

As UBSs são a porta de entrada da população LGBTQIAPN+ para o atendimento de saúde no município. A garantia ao atendimento à saúde é uma prerrogativa de todo cidadão e cidadã brasileiros, respeitando-se suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais.

## 2. Diagnóstico

O Dossiê de LGBTfobia Letal denunciou que, em 2023, ocorreram 230 mortes LGBTQIAPN+ de forma violenta no País. Dessas, 184 foram assassinatos, 18 suicídios e 28 em razão de outras causas. O documento foi produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIAPN+, formado, em 2021, pela Acontece Arte e Política LGBTQIAPN+, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).

Esses números referem-se aos dados a que se tem acesso, nos quais essas mortes foram classificadas dentro da sigla LGBTQIAPN+. Estima-se, contudo, que este seja um número muito maior que o apurado. Infelizmente, não existem dados sobre o tamanho da população LGBTQIAPN+ em Ribeirão Preto, cuja população, em 2020, era de 711.825 habitantes. Em nível nacional, cabe dizer que esses dados começaram a ser coletados há bastante tempo pelo IBGE, e em caráter experimental.

Ainda não mostram a realidade no País por diversos fatores, como, por exemplo, a necessidade da autodeclaração da sexualidade para a pesquisa. Nem todas as pessoas, como se sabe, se autodeclararam LGBTQIAPN+, mesmo que sejam. Além disso, o estudo não pesquisou todas as letras da sigla. Segundo o próprio IBGE, o número de lésbicas, gays e bissexuais registrados na pesquisa pode estar subnotificado. O instituto aponta, principalmente, o estigma e o preconceito por parte da sociedade como fatores que podem fazer com que as pessoas não se sintam seguras em declarar a própria orientação sexual.

“A gente não está afirmando que existam 2,9 milhões de homossexuais ou bissexuais no Brasil. A gente está afirmando que 2,9 milhões de homossexuais e bissexuais se sentiram confortáveis para se autoidentificar ao IBGE como tal”, diz a analista Nayara Gomes.

No Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saúde: Orientação Sexual Autoidentificada da População Adulta, do IBGE. Há também o levantamento conduzido por pesquisadores da Unesp e da USP, publicado na revista científica *Nature Scientific Reports*, que aponta que o percentual de brasileiros adultos que se declaram assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros é de 12%, ou 19 milhões de pessoas, levando-se em conta os dados populacionais do IBGE.

Segundo o psiquiatra Giancarlo Spizzirri, da Faculdade de Medicina da USP e autor principal do artigo, esta é a primeira vez que um levantamento do tipo é realizado em um país latino-americano. A pesquisa é fruto do pós-doutorado de Spizzirri, realizado na Faculdade de Medicina da Unesp, em Botucatu.

O estudo buscou mapear a diversidade sexual e de gênero no país, designada pela sigla ALGBT, a partir de uma amostra representativa da população. Foram entrevistadas 6.000 pessoas maiores de idade em 129 cidades espalhadas pelas cinco regiões do Brasil pelo Instituto Datafolha, em 2018, mas também sem abranger todas as letras da sigla.

Como saber quais são as necessidades e qual a demanda, se não temos dados sobre? A invisibilidade já começa daí. Desde então, não há dados atualizados sobre a comunidade LGBTQIAPN+. Em Ribeirão, não é diferente, e por isso não se sabe qual a dimensão e características da população LGBTQIAPN+ na cidade.

Se considerarmos a população de LGBTQIAPN+ como sendo em torno de 12% da população total, tal qual aferiu a pesquisa da UNESP e da USP, poderemos ter em Ribeirão Preto em torno de 86 mil pessoas LGBTQIAPN+. Sabe-se que

não são dados precisos. Se isso for verdade, estaremos falando de uma população de 86 mil pessoas desamparadas e desassistidas na cidade, sem garantias e proteção.

O pouco que é feito, especialmente por organizações do terceiro setor, é, de fato, muito pouco. No entanto, as suspeitas são de que esses números sejam muito maiores, uma vez que as letras da sigla englobam muitas e distintas realidades, e pesquisas por amostragem dependem da sinceridade nas respostas das pessoas entrevistadas.

Um breve exame do plano de governo atual revela que a pauta LGBTQIAPN+ não é mencionada uma única vez nas análises e propostas da administração. E não houve nenhum projeto voltado às suas necessidades. Ou seja, o atual mandato fez pouco pela população LGBTQIAPN+, exceto algumas ações isoladas de iniciativa de conselhos (como o de Atenção à Diversidade Sexual), instituições e organizações não-governamentais, junto a algumas secretarias municipais. Em raras ocasiões, alguma secretaria levantou a pauta LGBTQIAPN+.

Mesmo assim, sem algum tipo de projeto advindo da gestão. A maioria são ações, atendimentos e eventos de instituições que buscam ajuda e/ou parceria com secretarias, onde há, sem dúvida, servidores com boa vontade e capacitados para atender às demandas, com toda a limitação de funcionários e orçamentos.

Na Câmara, há dificuldade para aprovar projetos voltados à causa. Com frequência, sempre surge algum vereador disposto a propor projetos com a finalidade de ferir e impossibilitar a conquista de direitos de LGBTQIAPN+.

A Secretaria de Assistência Social deve ter como prioridade a defesa de pessoas LGBTQIAPN+ e se empenhar para que haja, ao menos, uma redução de danos nas necessidades dessa população. Infelizmente, nada disso foi observado nos últimos anos em Ribeirão. A pauta LGBTQIAPN+ fica sempre à mercê, dependendo de cobranças e iniciativas feitas através de conselhos e ONGs.

O Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual foi fundado em 2010 e, até hoje, não conta com um fundo de financiamento e tampouco com recursos orçamentários para promover as ações necessárias. Infelizmente, demandas e pautas não merecem a devida atenção por parte do Poder Público.

As casas de passagem não têm estrutura especializada para receber pessoas trans e travestis. Não há também nenhuma casa de acolhimento LGBTQIAPN+.

Enquanto isso, Araraquara (238.339 habitantes em 2020), cidade muito menor que Ribeirão, é um bom exemplo de centro de referência com acolhimento a pessoas LGBTQIAPN+.

Em Ribeirão há um Centro de Cidadania LGBTQIAPN+, que foi inaugurado em 2022, mas funcionou durante apenas um ano. Está sediado na chamada Casa dos Conselhos e operou graças aos recursos de emenda parlamentar. Está fechado desde abril de 2023. Foi contratada uma empresa para manter o funcionamento local, mas esta não teve interesse em dar andamento ao projeto. Espera-se, agora, que futuras licitações possibilitem que o Centro de Cidadania volte a atender as demandas da população LGBTQIAPN+.

Há uma necessidade constante entre as pessoas LGBTQIAPN+ em todos os setores da sociedade. Necessidades na saúde em todas as especialidades; na educação, cultura e turismo, esportes e lazer, entre outros. Também é preciso ter leis e pastas específicas para essa população e orçamento para suas demandas.

Se há necessidades em praticamente todos os setores da sociedade para a população em geral, essas necessidades são ainda maiores e mais delicadas para os LGBTQIAPN+, já que a discriminação, o preconceito e a violência atingem, cotidianamente, essa população, a começar pelo mais básico atendimento de saúde ou necessidade escolar.

É preciso que a gestão olhe para essas pessoas como dignas de qualquer direito, pois isso é garantido por lei e deve ser respeitado na prática. Sem que qualquer preconceito tire a dignidade ou impeça a população LGBTQIAPN+ de viver suas

vidas livremente, com acesso a todos os setores da sociedade assim como qualquer pessoa. Além disso, é preciso ser inserido dentro dos projetos da gestão e ter orçamento para essas necessidades.

### 3. Propostas

- Promover programas, projetos e atividades culturais, físicas e esportivas para a população LGBTQIAPN+ e promover sua visibilidade e reconhecimento contra a discriminação e o preconceito, como uma cidade acolhedora.
- Promover campanhas educacionais e capacitações contra a LGBTfobia, violência, discriminação e todos os tipos de preconceito contra a população LGBTQIAPN+, direcionadas à sociedade e ao Poder Público.
- Qualificar e fortalecer o CadÚnico como tecnologia social de identificação de pessoas LGBTQIAPN+ em vulnerabilidade.
- Estabelecer compromisso ético-político com todas as instâncias do SUS, de seus gestores, conselheiros, técnicos e trabalhadores de saúde, para implantar ações que evitem a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde.
- Incentivar a produção de pesquisas científicas, inovações tecnológicas e compartilhamento dos avanços terapêuticos para a população LGBTQIAPN+.
- Garantir os direitos sexuais e reprodutivos e o respeito ao direito à intimidade e à individualidade da população LGBTQIAPN+.
- Estabelecer na administração normas e protocolos de atendimento específicos para lésbicas, trans e travestis.
- Manter e fortalecer as ações de prevenção das DST/Aids.
- Aprimorar o Processo Transexualizador.
- Implementar protocolos de atenção contra a violência, considerando a identidade de gênero e a orientação sexual.
- Incluir as famílias homotransafetivas e garantir os direitos como são garantidos a qualquer família heteronormativa nos Programas do SUS, como as Estratégias de Saúde da Família e os demais.
- Assegurar cota de vagas para pessoas LGBTQIAPN+ nos programas de atualização, formação e capacitação para inserção no mercado de trabalho e empreendedorismo.
- Desenvolver projetos e capacitações junto à Secretaria Municipal da Educação com o objetivo de acolher e respeitar as pessoas e famílias homotransafetivas, sem que haja qualquer tipo de preconceito e discriminação no ambiente escolar.
- Capacitar e promover o diálogo no âmbito do Conselho Tutelar de Atenção à Diversidade para a garantia de direitos à população de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ ou não e suas famílias hêtero ou homotransafetivas.
- Realizar ações em conjunto com outras instituições municipais, estaduais, nacionais e internacionais que trabalham na promoção de direitos e proteção da população LGBTQIAPN+.
- Promover espaços seguros e acolhedores para a população LGBTQIAPN+.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### 1. Enunciado

As lutas e resistências de grupos de pessoas e dos movimentos políticos das pessoas com deficiência demonstram a necessidade de a sociedade brasileira e os gestores se debruçarem na construção das políticas públicas em todos os seus níveis.

A publicação, em 2010, da “História do movimento político das pessoas com deficiência”, que busca resgatar a trajetória histórica desse grupo no País, conta a evolução da luta pelos direitos das pessoas com deficiência a partir da organização das mobilizações sociais na década de 1970 e a elaboração de suas demandas, até conquistar o seu reconhecimento e a assimilação pelo Estado brasileiro, com vistas a garantir direitos a milhões de pessoas.

São registros para as futuras gerações caminharem na construção da promoção da cidadania de qualquer indivíduo, sem distinção de sexo, nacionalidade, cor de pele, faixa etária, classe social, opinião política, religião ou orientação sexual.

É de suma importância para a sociedade as conquistas de direitos e autonomia pelas pessoas com deficiência no Brasil ante os fatos históricos e mudanças conceituais da deficiência, com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com a equivalência constitucional, em 2009.

Conceituam-se os modelos biomédico e social da deficiência, correspondentes à integração e à inclusão, os quais se diferenciam pela mudança de foco dos impedimentos individuais para a discriminação e a falta de acessibilidade, impostas pela sociedade.

Avalliam-se a atuação direta das pessoas com deficiência na inserção de seus direitos na Constituição de 1988, referencial para a elaboração das leis, a implementação das políticas afirmativas, da educação inclusiva e dos recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva; autonomia, vida independente e apoios como princípios para a equiparação de oportunidades.

Discutem-se as estratégias para implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada pela Presidenta Dilma), surgida com o propósito de adequar a legislação e as políticas públicas às obrigações contidas na Convenção da ONU.

Conclui-se que novos avanços da luta por direitos dependem do fortalecimento das associações de pessoas com deficiência, promoção de lideranças, maior participação e autonomia para mulheres com deficiência, pessoas com deficiência intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista, ainda sub-representadas nos espaços sociais.

Uma rede deve ser construída para o desenvolvimento das políticas públicas de forma intersetorial dos trabalhos, com participação e compromisso de todas as secretarias municipais na cidade, e deve ser vista como prioridade em todo seu percurso.

### 2. Diagnóstico

Existe na Secretaria Municipal da Saúde uma coordenadoria de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, cuja tarefa é articular a rede de cuidados da Pessoa com Deficiência no município.

Os serviços municipais e estaduais para atender, gratuitamente, às pessoas com deficiência em Ribeirão são vinculados ao Plano Viver Sem Limites, do SUS.

O Centro Especializado de Reabilitação Dr. Jayme Nogueira Costa pertence ao município, enquanto o CER-APAE, conveniado com a Prefeitura, é do terceiro setor.

Os serviços do Estado são prestados pelo CER do Hospital das Clínicas, Centro Integrado de Reabilitação, do Hospital Estadual, e a Associação de Amigos do Autista (AMA).

O Centro Ann Sullivan do Brasil é uma ONG que disponibiliza tratamento e reabilitação de média complexidade para pessoas com deficiência intelectual, transtorno do espectro do autismo e transtorno do desenvolvimento nas áreas de Assistência Social, Psiquiatria, Pedagogia, Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia e Odontologia (Odontopediatria, Ortodontia, Endodontia e Cirurgia Oral).

A Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto e Região (Adevirp) é uma ONG que colabora ativamente para o processo de desenvolvimento e de inclusão educacional, cultural, profissional e social das pessoas com deficiência visual (cegas ou baixa visão), com equipes nas áreas de Educação Física, Estimulação Visual, Terapia Ocupacional, Serviço Social e Psicologia.

A Casa de Apoio Projeto Gabi é uma ONG que realiza atendimento domiciliar e ambulatorial para pessoas com deficiências múltiplas e severas, oferecendo serviços de Fisioterapia, Psicologia e Serviço Social, visando a não institucionalização permanente da pessoa com deficiência.

### 3. Propostas

- Implantar a Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiências para fazer a formulação e a gestão das políticas públicas municipais para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência
- Criar, implantar e manter o Centro Dia Municipal para Adolescentes e Adultos com deficiência, com equipe multidisciplinar, incluindo profissionais com capacitação em Libras, para realizar atividades recreativas, esportivas, educacionais e artesanais
- Garantir que as metas estabelecidas no Plano Municipal de Mobilidade Urbana sejam fiscalizadas e efetivadas para promover a superação das barreiras arquitetônicas e os impedimentos ao direito de ir e vir das pessoas com deficiência
- Prever na legislação municipal a transcrição, por meio de tecnologia assistiva, com uso de Libras ou Braille, nas várias mídias (internet, televisão, revistas, jornais, bulas e cardápios, entre outros) para orientar e apoiar a mobilidade das PCDs
- Instituir o programa de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a educação bilíngue nas escolas das redes municipais
- Instituir ações intersetoriais para acompanhar e monitorar o acesso e a frequência à escola de alunos com deficiência que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC), entre outras políticas públicas
- Instituir parcerias com universidades, instituições e centros de pesquisa e formação com vistas ao desenvolvimento de estudos, metodologias e inovações tecnológicas para apoiar a acessibilidade e o avanço dos processos de ensino e aprendizagem para PCDs
- Criar programas de fortalecimento da participação das famílias e da comunidade na construção do sistema educacional inclusivo
- Instituir programas de combate ao capacitismo e em favor da educação inclusiva
- Garantir serviços de qualidade do transporte escolar para PCDs
- Ampliar o número de semáforos sonoros nas ruas e avenidas e ampliar a instalação de pisos táteis
- Fortalecer o Conselho Municipal setorial com equipamentos de tecnologia assistiva e disponibilizar local adequado para as atividades do órgão
- Garantir às PCDs atividades educacionais, culturais e esportivas com o apoio de profissionais das respectivas áreas

## PESSOAS IDOSAS

### 1. Enunciado

O envelhecimento será a principal característica demográfica do século XXI no Brasil. Todas as políticas públicas serão afetadas por esta revolução: a previdência, a seguridade social, a saúde, a assistência social, o trabalho e mais.

Uma das características do envelhecimento da população é a feminização da velhice, ou seja, a predominância das mulheres na população idosa. Quanto mais envelhecida for a cidade, mais feminina ela será.

O fundamento conceitual para formular planos, indicadores e metas envolvendo as pessoas idosas deve partir do fato de que elas são merecedoras de todos os direitos fundamentais e de proteção especial, além de que também são contribuintes.

As políticas desse segmento devem ser intersetoriais por excelência e envolver uma rede integrada de assistência social, saúde, previdência, segurança, cultura, educação, lazer, esporte e mobilidade, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa.

Estimular o envelhecimento saudável e participativo previne agravos à saúde, como diabetes, hipertensão e câncer, além de retardar doenças neurodegenerativas.

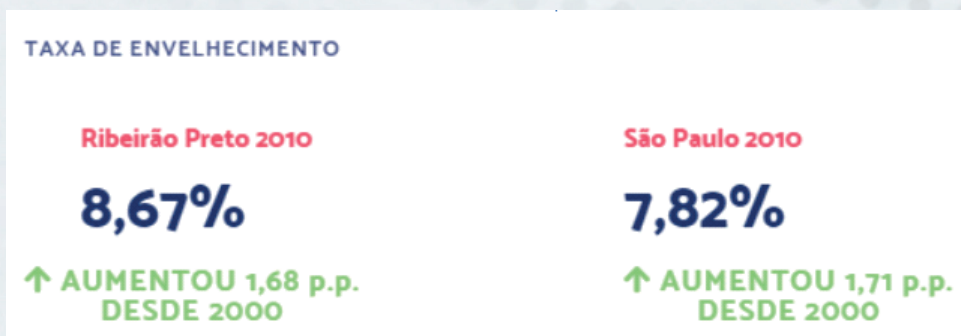
No Brasil, 78% das pessoas idosas dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são a principal rede de proteção socioassistencial e de saúde da população idosa no município.

As secretarias municipais de Assistência Social e da Saúde, assim como as áreas de Cidadania e Direitos Humanos, em colaboração intersetorial, são as instâncias responsáveis por implantar e manter integrados os equipamentos socioassistenciais e sanitários.

As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são as portas de entrada da população idosa para o atendimento social e de saúde no município.

### 2. Diagnóstico

Enquanto o índice de envelhecimento do País saltou de 44,8, no Censo 2010, para 80, no Censo 2022 (ou seja, há 80 pessoas idosas para cada 100 crianças e adolescentes de zero a 14 anos), em Ribeirão o índice de envelhecimento foi ainda maior: 103 pessoas idosas para cada 100 crianças e adolescentes.



A população acima de 60 anos no município beira, atualmente, 100 mil pessoas. Até 2050, projeta-se que um terço da população de Ribeirão estará nessa faixa etária, índice praticamente igual ao do Japão. Dados da Prefeitura apontam que o crescimento nesse segmento nos últimos 15 anos alcançou 78%, quase o triplo da expansão da população como um todo.

Estrutura Etária	2000		2010	
	População	% do Total	População	% do Total
Menor de 15 anos	124.027	24,57	117.314	19,40
15 a 64 anos	345.418	68,43	434.962	71,93
65 anos ou mais	35.369	7,01	52.406	8,67
Razão de dependência	46,10	-	39,02	-
Taxa de envelhecimento	6,99	-	8,67	-

Elaboração: PNUD, Ipea e FIP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010).

### 3. Propostas

- Ampliar o número de unidades e manter integrados os equipamentos socioassistenciais e sanitários destinados às pessoas idosas tais como Centros Dia, Centros ou Núcleos de convivência, Centros de Convivência Intergeracional, Instituições de Longa Permanência (ILPIs) e centros de acolhida para a população idosa em situação de rua
- Facilitar o acesso e promover a inclusão em Programas de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa tais como Saúde Bucal, Cuidado Domiciliar (para quem que mora sô), Saúde da Família, Rede de Saúde Mental e outros programas, projetos, atividades e eventos culturais, físicos e esportivos; e disponibilizar medicamentos de baixo e alto custo e insumos disponíveis como fraldas geriátricas na Farmácia Popular
- Promover a mobilidade e a acessibilidade das pessoas idosas nas áreas urbanas, com implantação de faixas de pedestres, semáforos, rampas, transporte público adaptado e motoristas preparados
- Garantir a gratuidade e reserva de dois assentos, em todas as linhas e horários do transporte rodoviário interestadual
- Garantir gratuidade nos ônibus do transporte urbano, no âmbito do município, às pessoas a partir de 60 anos
- Realizar programas de atualização, formação e capacitação para reinserção no mercado de trabalho e fomentar o empreendedorismo de forma articulada com organizações e universidades
- Promover campanhas educacionais contra a violência, o idadismo e todos os tipos de preconceito contra a pessoa idosa
- Promover a visibilidade e reconhecimento das pessoas idosas em toda a cidade, como uma cidade acolhedora
- Diagnosticar e analisar o custo-benefício da terceirização de parte da Atenção Básica para as organizações sociais no município e repactuar a relação do SUS com os serviços de saúde para a população idosa
- Habilitar os serviços dos CRAS, CREAS e o CadÚnico a receberem aportes de recursos para a Prefeitura oriundos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- Qualificar e fortalecer o CadÚnico como tecnologia social de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade

## DIREITO ANIMAL

### 1. Enunciado

O Direito Animal é uma área do Direito voltada à tutela dos animais, a qual não deve ser confundida com o Direito Ambiental, apesar de serem esferas relacionadas.

O Direito Ambiental protege os animais enquanto fauna, como um elemento do meio ambiente responsável por funções ecológicas na natureza, ao passo que o Direito Animal parte da premissa de que os animais, sejam silvestres, domésticos ou domesticados, possuem valor em si mesmos e devem ser protegidos independentemente do papel que desempenham nos ecossistemas.

Como a crueldade contra animais é proibida pela Constituição Federal, existem diversos julgados envolvendo a defesa animal no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), muitos deles assegurando proteção a bovinos (em 1997 e 2016) e galos (em 2005, 2007 e 2011).

### Saúde Animal é Saúde Pública

Apesar dessas decisões judiciais não tratarem especificamente de animais explorados para alimentação, representam avanços para a defesa animal de forma geral. A análise dos posicionamentos da Corte mostra que os fundamentos do Direito Animal são reconhecidos pela jurisprudência. Aliás, a capacidade de se sentir – chamada de senciência – dos animais é mencionada de forma expressa nos precedentes judiciais.

Para entendermos o papel da saúde animal no âmbito da Saúde Pública, é necessário olharmos para os diferentes aspectos das relações entre os animais de estimação e seus tutores.

O ser humano convive com animais há muito tempo, em diversas e diferentes formas de relação. Considerando que muitas vezes essas relações geram afeto mútuo, em especial no caso de cães e gatos, é importante conhecer a ampla presença desses animais no convívio com o ser humano.

Em 2022, o IBGE apontou em sua Pesquisa Nacional de Saúde que 71,3% dos domicílios brasileiros possuem, no mínimo, um cachorro de estimação – algo como 66,2 milhões, superando a população de crianças de até 14 anos nos lares brasileiros.

Em relação aos gatos, 28,7% dos domicílios do País possuem pelo menos um, e 21,6% dos gatos domiciliados estão no Estado de São Paulo, que ocupa o primeiro lugar no ranking de concentração de cães e gatos nos lares entre as Unidades da Federação.

### Doenças Transmitidas por Animais

Com essa proximidade entre humanos e animais de estimação, estabeleceu-se também maior contato com as doenças infecciosas transmitidas por animais, as chamadas zoonoses. Doenças como a raiva, a leishmaniose, a leptospirose, a escabiose, a toxoplasmose e a esporotricose podem ser transmitidas por esses animais quando não há os devidos cuidados de saúde, como a castração cirúrgica, a vacinação e a desverminação periódicas, assim como as visitas ao médico veterinário.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) também reconhece a importância da preservação da saúde dos animais domésticos, visto que 60% das doenças infecciosas em humanos têm sua origem nos animais. Nos últimos 30 anos, 75% das novas doenças emergentes foram zoonoses. Por exemplo, em 2019, só no Estado de São Paulo, foram registrados 90 casos de leishmaniose, com 11 óbitos, e 576 casos de leptospirose, com 79 óbitos.

Portanto, a eliminação desse tipo de doença na população humana depende, em maior parte, das medidas tomadas para prevenir essas enfermidades nos animais.

## 2. Diagnóstico

Ribeirão Preto possui, hoje, aproximadamente 90 mil animais abandonados, o que também constitui um grande problema de saúde pública, representado, especialmente, por animais que vivem em situação de rua.

Esse descontrole populacional por parte da Prefeitura sobre cães e gatos abandonados nas ruas pode propagar doenças graves, como é o caso da raiva. Segundo a OMS, mais de 50 mil pessoas morrem todos os anos vítimas da raiva animal, sobretudo em países da África e Ásia.

O abandono de animais na cidade e a falta de políticas públicas de saúde e bem-estar animal levam ao aumento do número de casos.

## 3. Propostas

- Ampliar a castração e a vacinação gratuitas pela Divisão de Bem-Estar Animal da Prefeitura nos bairros da cidade a partir do veículo denominado Castramóvel, com retorno anual ao serviço
- Instalar a Farmácia Pet, com distribuição gratuita de medicamentos e materiais veterinários de alto custo para tratamento paliativo contra o câncer e doenças degenerativas em animais
- Criar o Programa Educa Pet para ensinar aos alunos da rede municipal sobre os cuidados e a responsabilidade de ter animais domésticos
- Criar o abrigo público para animais em situação de rua e em estado paliativo ou com deficiências, para que sejam abrigados de forma digna
- Instalar a central de telemarketing para atendimento receptivo de denúncias de maus-tratos contra animais, triagem e encaminhamento a órgãos de proteção e direito animal, com resgate a ser feito pela Guarda Municipal
- Instalar o ambulatório veterinário municipal para atendimentos clínicos de baixa complexidade
- Instalar a clínica pública PET para procedimentos cirúrgicos e internação, com médico veterinário
- Instituir leis que caracterizem como maus-tratos, passível de multa, o uso de veículos de tração animal, tais como carroças e charretes, em ruas, avenidas, travessas e outras vias urbanas
- Criar o crematório público Pet para a cremação de animais, com uso de sistemas eficientes para controle da poluição atmosférica
- Estabelecer o funcionamento 24 horas por dia, inclusive em fins de semana e feriados, da Divisão de Bem-Estar Animal, com plantões para atendimentos, traslado de animais mortos e recolhimento de animais de grande porte em vias públicas.

**EIXO 04**

**Participação e Controle Social**



## Participação e Controle Social

Uma das marcas mais poderosas na história de Ribeirão quanto ao modo de governar a cidade é, sem dúvida, o modelo de gestão participativa criado e cultivado nos mandatos do PT e seus aliados, o chamado Orçamento Participativo.

Reconhecer e criar mecanismos de fortalecimento da participação popular nas decisões sobre como e onde aplicar os recursos diminui, inclusive, a diferença entre governante e governado, e torna esta relação mais transparente e respeitosa.

O desafio da Frente Popular é superar a inércia constituída pelos últimos governos e voltar a incorporar as práticas dos nossos mandatos anteriores de participação cidadã como um valor e método de gestão.

O Programa do Orçamento Participativo será revitalizado com o emprego de novas tecnologias, permitindo que a participação e o controle social ocorram de duas formas: presencialmente e à distância, pela internet, com alguns cliques, sem precisar sair de casa.

Nosso compromisso com uma gestão participativa, democrática e transparente se complementa com o reconhecimento e o fortalecimento dos conselhos populares por área, inclusive instituindo o colegiado onde ainda não exista ou tenha sido desativado. E com conferências setoriais, de modo a valorizar a participação cidadã dos moradores.

As grandes crises e problemas enfrentados pela Prefeitura nos últimos tempos - caso das obras intermináveis e mal planejadas e da pretensão de tirar a Prefeitura do Centro - tiveram em comum uma causa única: a má vontade da gestão em consultar e ouvir o povo.

## Gestão Participativa

### 1. Enunciado

Nosso governo terá como premissa a mobilização e participação social nas questões que envolvam o destino das comunidades, o melhor uso de recursos públicos e a definição de prioridades.

O Orçamento Participativo é um dos mais importantes instrumentos de democratização por meio do envolvimento da população nas decisões de governo. Neste processo, as demandas sociais são mais bem compreendidas pelos agentes públicos e priorizadas nos planos plurianuais e nas peças orçamentárias.

O saber ouvir e abrir canais para o diálogo se faz obrigatório, sendo este um compromisso de governo: abrir espaços de conversação com a população, ampliar os mecanismos e serviços de informação ao munícipe e adotar um novo conceito de gestão que empodere o povo nas suas relações com o governo e concilie soluções que atendam os problemas desde os urgentes àqueles priorizados pelas comunidades.

Esta proximidade e disposição da gestão têm como consequência o maior controle social e aumento da transparência governamental, tornando a gestão verdadeiramente democrática e participativa. Permite que o plano de governo seja aprimorado com o diálogo constante com a população e que programas e ações de governo estejam a serviço do povo como políticas públicas e não como ações meramente eleitoreiras.

Governar é reconhecer a importância da realidade local na formação da agenda pública e na destinação dos recursos. É valorizar e priorizar as características próprias de cada região, bairro, comunidade, transformando a diversidade em ativo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Governar para e com o povo, priorizando as demandas populares por meio do Orçamento Participativo, criando conselhos regionais de participação cidadã formados por representantes escolhidos em plenárias, a partir de discussões locais nos bairros da cidade. As prioridades de investimentos de cada região serão incluídas nas peças de planejamento e comporão parte do orçamento municipal.

Esta gestão democrática e participativa exige a formação e existência de conselhos de políticas públicas constituídos por meio de eleições diretas que representem segmentos específicos da sociedade e tenham liberdade de atuação tanto para aconselhar como deliberar diretrizes a serem observadas pelo governo.

Esses conselhos de políticas públicas, de igual forma, deverão ser instâncias de diálogo e ampla participação social e representação segmentada para os fins de garantia dos direitos das minorias, a igualdade de direitos, identificação e legitimação, conformados em colegiado, consultivo e deliberativo limitados às respectivas áreas de atuação. Da mesma forma, como instâncias de poder e representação, devem garantir a paridade, tendo o poder público o papel de consultor e mediador de interesses.

Ouvir a população e trazer a população para dentro da administração. É fazer meios, construir mecanismos de participação, de modo que todos possam falar, ser ouvidos e terem respostas às suas angústias e necessidades de modo organizado pela urgência, emergência e oportunidade.

Da mesma forma, aos movimentos e coletivos se garante a representatividade junto ao governo para seus fins por meio dos fóruns permanentes e das conferências.

De igual forma, é garantido ao cidadão os mesmos canais de participação, tendo a oportunidade de se relacionar com a gestão opinando e influenciando decisões por meio de enquetes e construção coletiva de propostas ou mesmo de projetos de interesse público.

Propõe-se neste contexto, como diretrizes a promoção do diálogo, o respeito e o comprometimento com os contratos coletivos firmados com o cidadão, comunidades, sociedade organizada e movimentos e coletivos.

Fundamentalmente, o modo democrático de governar diminui a diferença entre governante e governado, tornando esta relação mais transparente e respeitosa, empoderando o povo nos encaminhamentos e priorização de suas demandas.

O desafio colocado para a Frente Popular será superar a inércia construída pelos governos tucanos por décadas e incorporar a participação cidadã como método de gestão, com integração entre mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta na gestão da Prefeitura.

## 2. Diagnóstico

Enquanto no chamado modo petista de governança, já implementado em duas ocasiões em gestões anteriores pela frente de partidos encabeçada pelo PT, há uma efetiva participação da população na gestão, as gestões do prefeito atual, diferentemente, tiveram por base o modo de governar tucano, centrado na pessoa do gestor e em suas necessidades de legislar para se legitimar, refletindo a sua forma de ver o mundo e de agir.

Simplemente excluiu o povo do processo orçamentário, premiou o mercado imobiliário, aumentou a exclusão social dos que carecem de moradia e tornou a cidade melhor para uma parte da população de alta renda.

A visão neoliberal que embasa a gestão do prefeito Nogueira atacou duramente os servidores municipais, diminuindo as contribuições obrigatórias previstas nas leis previdenciária local e na do serviço de saúde dedicado ao funcionalismo, barrou o plano de carreira, não reajustou salários e cortou gratificações e vencimentos por meio de uma reforma administrativa de cunho liberal para alcançar folga orçamentária.

Na elaboração do orçamento, durante os anos do governo Nogueira, as únicas audiências públicas foram em modo virtual, sem a participação popular, por redes sociais com pouca divulgação e possibilidade de participação ao vivo, e realizadas sempre em horário comercial, impedindo que muitas pessoas, por conta de suas atividades de trabalho, pudessem participar.

Sem este momento de escuta real e sem devolutivas, as propostas foram inseridas nos projetos orçamentários. Questões importantes para a cidade, como, por exemplo, o novo centro administrativo, foram tratadas sem grande divulgação e publicidade, passando em branco para a maioria da população.

Como resultado, o município está prestes a assumir a obra de R\$200 milhões que busca retirar a Prefeitura do Centro da cidade sem diálogo com a população. O resultado disso é a tentativa de construir o novo centro administrativo numa área ao lado do Jardim Independência. Uma obra de tamanho impacto tanto financeiro quanto pelo abandono da área central demandava que a população ao menos fosse ouvida.

Com uma dívida projetada em R\$929,4 milhões, próxima de um quinto do orçamento de R\$4,8 bilhões projetado para 2024, um dos maiores do Estado de São Paulo, é 17% maior em relação ao previsto no período anterior e considerado o maior dos últimos cinco anos. Uma dívida que será paga pelos munícipes nos próximos anos, sem saberem dos impactos futuros, ao custo da diminuição dos programas sociais.

### 3. Propostas

- Recriar o programa Orçamento Participativo, de modo a estimular a participação da população nas principais decisões da gestão, democratizar e dar transparência ao processo, à governança e à destinação dos recursos para investimentos no município
- Criar um aparato de governança para direcionar a preparação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades populares, e monitorar os resultados, o desempenho e o seu cumprimento, confrontando-os com as metas estabelecidas
- Recriar o programa Governo no Bairro, que percorrerá as regiões da cidade com a presença do prefeito e seu secretariado, com um calendário anual de audiências públicas, com o objetivo de aproximar o governo do povo na resolução de problemas, em parceria com a sociedade
- Criar os Conselhos Populares de Políticas Públicas para aproximar a sociedade organizada, estudantes, associações e líderes comunitários da formulação e acompanhamento das políticas públicas para os vários segmentos, inclusive aqueles historicamente sub-representados
- Criar a Câmara Regional de Desenvolvimento Econômico, composta pela sociedade organizada, movimentos sociais, associações de bairro e representantes das universidades e cursos técnicos para fortalecer e cooperar para o desenvolvimento da cidade a partir da elaboração de planos de desenvolvimento de potencialidades e crescimento econômico
- Realizar conferências para o desenvolvimento das regiões da cidade para elaborar propostas de curto, médio e longo prazos para a solução dos problemas e obstáculos ao desenvolvimento nas áreas social, emprego e geração de renda, infraestrutura urbana, mobilidade, transporte de cargas, produção e exportação, e formação educacional e profissional
- Propor a pactuação em torno de políticas e agendas de desenvolvimento a partir das demandas e especificidades territoriais, com diálogo entre as cidades da região metropolitana, Estado e União, estabelecendo um regime de colaboração na implementação de políticas públicas e estimulando o uso de instrumentos de cooperação para a resolução de problemas de natureza intermunicipal, como os consórcios intermunicipais, conselhos, comitês e associações de municípios
- Criar o Programa Povo Conectado para assegurar a participação cidadã por meio da inclusão digital, aplicativos, meios eletrônicos e sinal de internet gratuita em praças e equipamentos públicos, de modo a promover e democratizar a interação do cidadão com a Prefeitura
- Criar a Ouvidoria Cidadã como meio prático e imediato do governo ouvir reclamações e sugestões sobre os serviços públicos, devendo ser acessível a todos os cidadãos, de modo a dar voz aos que não conseguem ser ouvidos pelos órgãos públicos e priorizar a melhoria constante dos serviços prestados
- Ampliar o Portal da Transparência com adoção de modelo que possibilite fácil compreensão dos dados e informações sobre despesas e investimentos públicos, acessível por qualquer cidadão; e instituir o Conselho Permanente de Transparência e Combate à Corrupção, que norteará as ações de governo no combate à corrupção
- Recriar as administrações regionais por regiões da cidade, de modo a acelerar a zeladoria da cidade e agilizar o atendimento da população
- Descentralizar a gestão, compartilhando as decisões por meio de comitês participativos com a sociedade organizada e representantes da população.

## **Expediente**

### **COLIGAÇÃO AMOR POR RIBEIRÃO**

Jorge Augusto Roque Souza – Candidato a Prefeito

Artemizia Torres – Candidata a Vice-Prefeita

### **COORDENADOR GERAL DA CAMPANHA**

José Alfredo Carvalho

in memoriam

Fernando Tremura

### **PARTIDOS DA FRENTE POPULAR**

André Molinari - **Unidade Popular**

Caio Cristiano - **PSOL**

Glauber Silva - **PCdoB**

Genivaldo Gomes - **PMB**

Hermes Murtha - **PV**

Jorge Roque - **PT**

Sônia Borges - **Rede Sustentabilidade**

### **COORDENADOR DO PROGRAMA DE GOVERNO**

#### **PARTICIPATIVO - PGP**

Galeno Amorim

**Assistente do Programa de Governo Participativo - PGP**

Marlene Salomé

### **EQUIPE EXECUTIVA**

#### **Coordenação**

Raquel Montero

#### **Assistentes**

Clísia Santos

Leticia Rodrigues

Milene Machado Vieira

### **GRUPOS TEMÁTICOS**

#### **Assistência Social e Cidadania**

Luciana Paschoalin

Lucy Leal

#### ***Cidade Inteligente***

André Almeida

Luís Ricardo Figueiredo

#### ***Clima***

Perla Muller

#### ***Cultura***

José Antônio Lages

Márcio Coelho

#### ***Desenvolvimento Agrário***

Renata Leite

#### ***Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda***

Edson Fedelino

#### ***Direitos Animais***

Camila Castro

#### ***Diversidade***

Gabriela Grecco

#### ***Economia Solidária***

Ricardo Jimenez

#### ***Educação***

Fábio Sardinha

Judeti Zilli

#### ***Esportes e Lazer***

José Augusto Camargo

### ***Gestão Participativa***

Elsa Rossi  
Sônia Borges

### ***Habitação***

Mauro de Castro Freitas

### ***Igualdade Racial***

Adria Maria Bezerra  
Silvia Seixas

### ***Infância e Adolescência***

Patrícia de Bortoli Neri

### ***Juventude***

Marcos Ferrarini

### ***Mobilidade***

Eugênia Rodrigues  
Renato Boareto

### ***Saúde***

Vera Navarro  
Ulysses Strogoff

### ***Segurança***

Caio Cristiano

### ***Turismo***

Marlene Salomé

### **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO PT RIBEIRÃO PRETO**

Ex-vereador José Alfredo Carvalho - Secretário Executivo  
Fabiana Fernandes da Silva - Secretária Administrativa  
Nando Medeiros - Apresentador Rede PT  
Rafael Rocha Neri - Assistente de Produção  
Brás Henrique - Jornalista

### **EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO**

FS Marketing Político

### **REVISÃO**

Political Mind

### **COMITÊ ROQUE PREFEITO**

Av. Santa Luzia, 120 – Jd. Sumaré – Ribeirão Preto – SP  
(16) 3635-5113 [secretaria@redept.org](mailto:secretaria@redept.org)  
[www.redept.org](http://www.redept.org) [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br) [www.fabramo.org.br](http://www.fabramo.org.br)

2024



PREFEITO É  
**ROQUE**  
vice **ARTEMÍZIA**

**13**